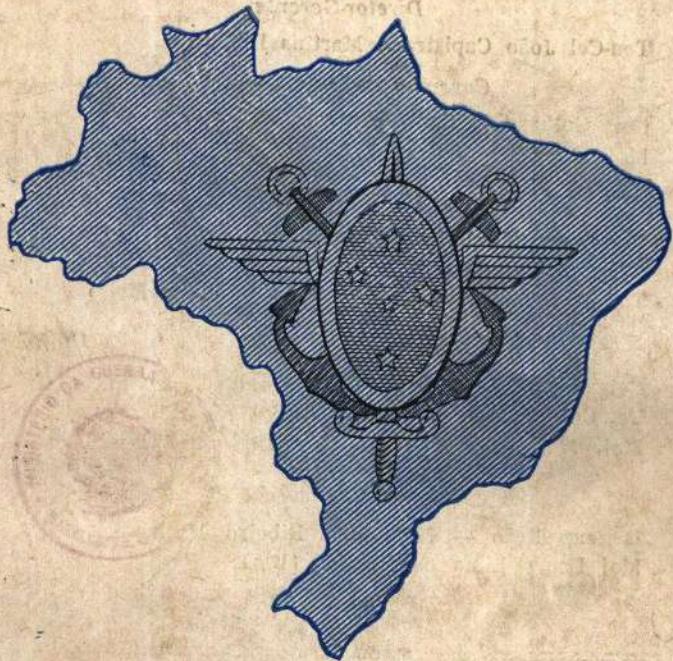


A Defesa Nacional



EXÉRCITO — MARINHA — AERONÁUTICA

N. 559

B R A S I L

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1958/1960

Diretor-Presidente

Gen João Baptista de Mattos

Diretor-Secretário

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas

Diretor-Gerente

Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Cel Golbery do Couto e Silva

Maj Amerino Raposo Filho

Conselho Fiscal

Gen Armando Batista Gonçalves

Cel Adailton Sampaio Pirassununga

Ten-Cel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello

Suplentes

Cel João Batista Peixoto

Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu

Maj Nilton Freixinho

Chefias

De expedição — Maj Dario Ribeiro Machado

Maj Lauro Lima dos Santos (Rio)

PEDE-SE PERMUTA

PIDESE CANJE

SI RICHIENDE LO SCAMBIO

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DÉMANDE L'ÉCHANGE

ONI PETAS INTERSAGON

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano
XLVIII

Rio de Janeiro, GB — Fevereiro de 1961

Número
559

SUMÁRIO

ASSUNTOS MILITARES

	Págs.
A importância das Armas Convencionais — Cel Ayrton Salgueiro de Freitas	3

SEÇÃO DO CANDIDATO À ECEME

I — Sugestões Bibliográficas	7
II — Questões do Concurso de 1960	13
III — Preparação para o Exame de Admissão — Uma Experiência — Capitão Alvaro Galvão Pereira	28

MARINHA

Lançamento dos Mísseis Submarinos — Cap-Ten Ayrton Brandão F.	29
--	----

DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA

Guerra Revolucionária (A Tática e a Estratégia na Guerra Revolucionária) — J. Hogard	35
--	----

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

Homenagem ao Sesquicentenário (Histórico do Curso de Artilharia)	55
--	----

CASOS DE ESPIONAGEM

O Caso Abel — Cel Ayrton Salgueiro de Freitas	81
---	----

GUERRA ATÔMICA

Págs.

A Proteção Contra os Efeitos das Explosões Nucleares — 2ª Parte — Ten-Cel Ferdinando de Carvalho	109
---	------------

HISTÓRIA

Tibúrcio, Modelo do Espírito Indomável do Cearense — Cel Raimundo Teles Pinheiro	123
---	------------

ASSUNTOS DIVERSOS

I — Democracia Versus Comunismo — 9ª Parte — Contrôle da Massa Trabalhadora	131
II — Pensões Militares	141
III — Dever Militar e Política Partidária — Cel Felicíssimo Azevedo Ave- line	143





ASSUNTOS MILITARES

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

A IMPORTÂNCIA DAS ARMAS CONVENCIONAIS

Admitindo que, em última análise, a defesa do mundo livre repousa em seu arsenal atômico, o Presidente Kennedy declarou, em sua última entrevista coletiva, que estava estudando proposta do secretário da Defesa McNamara sobre o aumento do poderio de guerra convencional dos Estados Unidos.

Para muitos a declaração de Kennedy poderá parecer surpreendente, de vez que predomina a crença de que o aperfeiçoamento dos mísseis e das bombas nucleares que tais engenhos conduzem em suas ogivas acabaram por tornar obsoleto o armamento convencional. Mas para quantos acompanhem, com atenção, os debates constantes que se travam nos Estados Unidos a respeito dos problemas de defesa do Ocidente, Kennedy e McNamara estão apenas demonstrando aceitar os prudentes argumentos últimamente esposados pelos mais competentes especialistas na matéria.

A tese ora aceita pelo Presidente Kennedy é a mesma que Henry A. Kissinger, professor de Harvard e conselheiro do Pentágono, expõe em seu importante livro "Necessidade de uma Escolha", que alcança larga repercussão nos Estados Unidos.

Kissinger aconselha, preliminarmente, uma dispersão e uma proteção das bases de bombardeios e de mísseis, de tal sorte que um ataque de surpresa que seja desfechado contra os Estados Unidos tenha efeito reduzido sobre sua capacidade de revide. O concurso dos "Minutemen" (lançados de plataformas sobre trilhos) e dos "Polaris" (dos submersíveis) completariam o sistema. Com tais precauções, o eventual agressor

dificilmente teria audácia bastante para desfechar seu ataque, atingindo-se, dessa forma, a situação que Kissinger denomina de "invulnerabilidade recíproca".

Ocorre, porém, que os soviéticos, ainda que convencidos dos riscos incalculáveis de uma guerra atômica que viessem a provocar, jamais perfillariam, assim pensando, sua própria "tese" da "convivência" pacífica, mas continuariam a agir em termos de guerra fria e optando pelo recurso às crises isoladas, que se encaminham necessariamente para conflitos com armamento convencional, como na Coréia e na Indochina.

Ora, o Ocidente não pode ficar sempre diante desta alternativa incômoda — guerra total ou inação. Sabem os chefes militares ocidentais que os países da OTAN não estão em condições de revidar, com seus próprios recursos, a uma agressão soviética, a menos que empreguem bombas atômicas. Mas pondo-se de parte a hipótese da guerra total, implícita no revide atômico, torna-se forçoso inferir que é imperativo o aperfeiçoamento de um sistema defensivo, apoiado, sem dúvida, nas bombas nucleares, mas em condições de funcionar eficazmente sem elas e tão somente com o emprego do armamento convencional.

É isso que afirmou o professor Kissinger em seu livro e é esse ponto-de-vista que agora Kennedy e McNamara consagram em decisão de amplas consequências de sentido benéfico e talvez decisivo para a defesa do mundo livre.



AB BOFORS

Bofors, Suécia

ARMAMENTOS - EXPLOSIVOS MILITARES E CIVIS
AÇOS E PEÇAS FORJADAS

Representantes exclusivos no Brasil :

CIA. T. JANÉR, Comércio e Indústria

RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO — PÓRTO ALEGRE —
CURITIBA — BELO HORIZONTE — RECIFE — BELÉM
— SALVADOR — SANTOS



Secção
do CANDIDATO à



Coordenador: Maj GERMANO SEIDL VIDAL

SUMÁRIO

I — SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Extraídas das "Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão à ECEME para 1959-60".

II — QUESTÕES DO CONCURSO DE 1960

Prova de Conhecimentos Militares — Topografia.

III — PREPARAÇÃO PARA O EXAME DE ADMISSÃO

Uma experiência — Cap Art ALVARO GALVÃO PEREIRA



**DOCUMENTOS BÁSICOS PARA O
PREPARO DO CANDIDATO À Es ECEME**

GEOGRAFIA

- Geografia do Brasil — Delgado de Carvalho
Geografia Regional do Brasil — Delgado de Carvalho
Geografia Humana de 1934 — Aroldo de Azevedo
Geografia Humana do Brasil — Pierre Deffontaines
Notas de Geografia Militar Sul-Americana — P. de Paula Cidade
História Econômica do Brasil — Roberto Simonsen
Realidades Econômicas do Brasil — Pires do Rio
Partes da Geologia da História Natural — Waldemar Potsch
Geologia do Brasil — Avelino — Oliveira e Othon A. Leonards
As Grandes Regiões do Brasil — Conselho Nacional de Geografia
Alguns Problemas brasileiros (subsídios para o seu estudo, coligidos pelo Conselho Técnico Consultivo da Confederação Nacional do Comércio — 1955)
Aspectos geográficos sul-americanos ou Projeção continental do Brasil — Mário Travassos
O Domínio da Bacia Hidrográfica do Prata — Francisco de Paula Cidade (Rev Mil Brasileira — Jan, Mar, Jun, Jul e Set 1930)
Sobre os fundamentos para o estudo dos aspectos militares da Bacia do Prata — Cel R1 João Batista de Magalhães (idem Jan-Jun 1940)
Perspectivas da Economia Brasileira — Industrialização da Economia Nacional — ISEP — 1958.

HISTÓRIA

- História do Brasil — João Ribeiro (Curso Superior)
Manual de História do Brasil — Basílio de Magalhães
História do Brasil — Barão do Rio Branco
História Geral do Brasil — Visconde de Pôrto Seguro, anotada por Rodolpho Garcia
História do Brasil — Rocha Pombo
História do Brasil — Pedro Calmon
Evolução do Povo Brasileiro — Oliveira Viana
História das Américas, publicada sob a direção de Ricardo Levone, Ed Bras dirigida por Pedro Calmon, 14 vol (Ed Jackson) — 1947
História da América — Gastão Ruch

(Das Instruções para o Concurso, atualmente em vigor)

I — SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Extraídas das "Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão à ECEME para 1959-60" (1)

A) GEOGRAFIA

a) DOCUMENTOS BÁSICOS

1. Geografia do Brasil — Delgado de Carvalho
Geografia Regional do Brasil — Delgado de Carvalho
2. Geografia Humana de 1934 — Aroldo de Azevedo
3. Geografia Humana do Brasil — Pierre Deffontaines
4. Notas de Geografia Militar Sul-Americana — F. de Paula Cidade
5. História Econômica do Brasil — Roberto Simonsen
6. Realidades Econômicas do Brasil — Pires do Rio
7. Partes da Geologia da História Natural — Waldemar Potsch
8. Geologia do Brasil — Avelino J. Oliveira e Othon A. Leonards
9. As Grandes Regiões do Brasil — Conselho Nacional de Geografia
10. Alguns problemas brasileiros (subsídio para o seu estudo, coligidos pelo Conselho Técnico Consultivo da Confederação Nacional do Comércio — 1955)
11. Aspectos geográficos sul-americanos ou Projeção continental do Brasil — Mário Travassos
12. O Domínio da Bacia Hidrográfica do Prata — Francisco de Paula Cidade (Rev. Militar Brasileira, Jan-Mar-Jun e Jul-Set 1930)
13. Sobre os fundamentos para o estudo dos aspectos militares da Bacia do Prata — Cel R1 João Batista de Magalhães (idem Jan-Jun 1940)
14. Perspectivas da Economia Brasileira — Industrialização da Economia Nacional — ISEP — 1958

b) PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS, TAMBÉM BÁSICAS

15. Anuário Estatístico — IBGE
16. Revista Brasileira de Geografia
17. Boletim Geográfico
18. Carta Mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio (números a partir de Abr 55 — Problemas e Soluções)
19. "A Defesa Nacional"
20. O Direito Econômico
21. Conjunturas Econômicas
22. Observador Econômico

23. Estudos Econômicos da América Latina — Editados pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da ONU
 24. CIN — Notícias, Órgãos da Confederação Nacional da Indústria

c) FONTES DE CONSULTA, PELOS PONTOS DO PROGRAMA (2)

1º) *Geografia Geral e Regional do Brasil*

25. Censo Demográfico de 1950 (IBGE)
 26. Brasil — 1955 — Ministério das Relações Exteriores
 27. Estudos brasileiros de Demografia — Georgio Mortara

2º) *Estudo Geográfico-Militar do Rio Grande do Sul*

28. A fisionomia do Rio Grande do Sul — B. Rambó — Imprensa Oficial — Pôrto Alegre, 1942
 29. Rio Grande do Sul — M.C. e Silva, A. P. Pires e L. J. Schidowitz
 30. Imagem da terra gaúcha — Ed. Cosmos — P. Alegre — 1942
 31. Trabalhos publicados na A DEFESA NACIONAL:
 Jun 50 — Gen Danton Teixeira
 Mai 51 — Ten-Cel Amvr Borges Fortes
 Jan 50 — Maj Carlos Alberto da Fontoura
 Jan 39 —

3º) *Bacias do Paraguai, Paraná, S. Francisco, Amazonas, Paraíba do Sul e Doce*

32. Plano Geral para aproveitamento econômico do Vale do S. Francisco — publicação da CVSF
 33. Ribeira do S. Francisco — M. Cavalcante Proença — Biblioteca do Exército
 34. O Vale do S. Francisco — Lucas Lopes — MVOP
 35. O Médio S. Francisco — Jorge Zarur — CNG
 36. A Bacia do Rio Doce — Ney Strauch — CNG
 37. Relatórios Anuais da Cia. Vale do Rio Doce
 38. O Homem e a Serra — Alberto Ribeiro Lamego
 39. O Médio Paraíba — Rev. Bras. de Geografia — n. 3 — ano XV
 40. A Amazônia que eu vi — 3^a ed. — Cia. Ed. Nacional
 41. A Amazônia: a terra e o homem — Araujo Lima — 3^a ed. — Cia. Ed. Nac. — 1945
 42. Primeiro Plano Quinquenal do SVPVA — 1955
 43. A Conquista da Amazônia — Edson Carneiro — Coleção Mauá — 1956

4º) *Fronteiras do Brasil*

44. Limites do Brasil — Lima Figueiredo
 45. História das Fronteiras do Brasil — Hélio Viana

46. Fronteiras Flutuantes — Gen R1 Antônio de Souza Junior
47. Fronteiras do Brasil — Cel Omar Emir Chaves
48. Nossas Fronteiras — João Ribeiro
49. Geografia das Fronteiras do Brasil — F. A. Gabaglia e Cel Renato Barbosa Rodrigues Pereira — Instituto Rio Branco — Ministério do Exterior
50. Fronteiras do Brasil no Regime Colonial — Macedo Soares
51. Obras Completas — Barão do Rio Branco — Vol. I a V

5º) Plano e Política Nacional de Viação

52. Plano Nacional de Viação — MVOP
53. Geografia dos Transportes do Brasil — Moacyr Silva
54. História da Viação Nacional — Hélio Viana — Biblioteca do Exército — 1944
55. Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras — Mário Travassos
56. ABC dos Transportes — Humberto Bastos — MVOP
57. Uma Política Nacional dos Transportes — Cap Frag Edgard Froes da Fonseca — MVOP — 1955
58. O transporte ferroviário no Brasil e suas possibilidades — Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico — 1954

6º) Política Nacional de Combustíveis, Petróleo, Carvão, Xistos e Turfas. Industrialização, na América do Sul, do Carvão e Petróleo (3)

59. Plano Nacional do Carvão — Mário da Silva Pinto
60. Programa do Petróleo e a Ampliação do Fundo Rodoviário — Departamento da Imprensa Nacional
61. Os Fundamentos da Petrobrás — Presidência da República
62. Petróleo para o Brasil — Gen Ex R1 Juarez Távora
63. Industrialização do Xisto Betuminoso — Cel Gabriel Fonseca — Conferência no Clube Militar, em 30 Set 52
64. Seccional de Geografia Argentina — de G. F. Tobal

7º) Mineração na América do Sul (3)

65. Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira — Sylvio Fróis Abreu
66. As Perspectivas da Mineração do Brasil — Mário da Silva Pinto — M Ag
67. A Solução do Problema do Ferro — Durval Bastos Menezes
68. O Minério de Ferro na Economia Nacional — Demerval José Pimenta
69. Una Nueva Argentina — A. Burge — 1940

- 8º) *Fronteiras Marítimas do Brasil*
70. As Condições Geográficas e o Problema Militar Brasileiro — Mário Travassos — A DEFESA NACIONAL — Separata
- 9º) *Grande Siderurgia e a Exportação do Minério Brasileiro em Larga Escala* (Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda)
71. Plano Siderúrgico Nacional — Relatório
72. A Solução do Problema do Ferro — Durval Bastos Menezes
73. Conferências — Gen R1 Edmundo de Macedo Soares
- 10º) *Plano Nacional de Eletrificação e Centrais Elétricas Brasileiras* (Departamento de Imprensa Nacional)
74. Coleção da Revista “Águas e Energia Elétrica”, a partir de 1950
75. Brasil — 1955 (Publicação do Ministério das Relações Exteriores)

Observações:

- (1) Publicadas na Separta do BE n. 4, de 24 Jan 59
- Consta das referidas Instruções serem as sugestões bibliográficas, em aprêço, enunciadas “a título meramente exemplificativo”.
- (2) Citando-se sintéticamente o assunto de cada “Ponto”
- Deixando-se de enumerar as fontes já incluídas na “Documentação de base” ou nas incluídas, digo, indicadas em “Pontos” anteriores.
- (3) a) Para o estudo de Geografia Econômica (Pontos 6º e 7º), em vista da dificuldade de ser indicada uma única obra que abarque, em conjunto, todos os países sul-americanos, sugere-se a consulta de obras sobre cada país, análogas às indicadas para a República Argentina, como por exemplo a Geografia Econômica do Chile (Tomo I — Fundación Pedro Aguirre Cerda — Santiago do Chile — 1950); ou então das publicações da OEA sobre os aspectos econômicos, históricos, culturais e sociais dos países deste hemisfério.
- b) Como subsídio, recomenda-se, ainda, a leitura dos trabalhos de grupo ou de turma, elaborados pelos estagiários na EsSG, ou obras existentes na sua preciosa Biblioteca.

B) HISTÓRIA

a) DOCUMENTOS BÁSICOS

1. História do Brasil — João Ribeiro (Curso Superior)
2. Manual de História do Brasil — Basílio de Magalhães
3. História do Brasil — Barão do Rio Branco
4. História Geral do Brasil — Visconde de Pôrto Seguro, anotada por Rodolpho Garcia
5. História do Brasil — Rocha Pombo
6. História do Brasil — Pedro Calmon
7. Evolução do Povo Brasileiro — Oliveira Viana
8. História das Américas, publicada sob a direção de Ricardo Levone, Ed. Bras., dirigida por Pedro Calmon, 14 vol. (Ed. Jakson) 1947
9. História da América — Gastão Ruch

b) FONTEIS DE CONSULTA, PELOS PONTOS DO PROGRAMA

1º) *Formação das nacionalidades sul-americanas*

10. Capítulos de História Colonial (1500-1800) — Capistrano de Abreu
11. Expansão Geográfica do Brasil Colonial — Basílio de Magalhães
12. O Bandeirismo Paulista e Recuo do Meridiano — Alfredo Ellis Júnior
13. Formação Histórica do Brasil — J. Pandiá Calógeras

2º) *Lutas militares com franceses, holandeses e ingleses*

14. Os Franceses no Rio de Janeiro — Tasso Fragoso
15. Do Recôncavo, aos Guararapes — Gen R1 Antônio de Souza Júnior
16. Formação da Nacionalidade Brasileira — Maj-Brig Lysias Rodrigues (Biblioteca do Exército, 1949, 1950 e 1954, respectivamente)

3º) *Lutas militares na Bacia do Prata*

17. Lutas ao Sul do Brasil, entre espanhóis e portuguêses e seus descendentes — Gen R1 Francisco de Paula Cidade
18. História Militar do Brasil — Gen R1 Pedro Cordolino F. de Azevedo
19. Caminhos Históricos de Invasão e Fronteiras Flutuantes — Gen R1 Antônio de Souza Júnior (Biblioteca do Exército, 1950 e Gráfica Laemert Ltda., respectivamente)

- 4º) *Campanhas militares da independência dos países sul-americanos focalizando-se o papel de Bolívar e San Martín*
20. As Repúblicas Hispano-Sul-Americanas — Cap Ayrton Salgueiro de Freitas (Biblioteca do Exército, 1945)
- 5º) *Guerra Cisplatina*
21. História da Guerra Entre a Tríplice Aliança e o Governo do Paraguai — Gen Tasso Fragoso
22. História Militar do Brasil — Cel R1 Genserico de Vasconcelos (Biblioteca do Exército, 1941-1942)
23. A Batalha do Passo do Rosário — Gen Tasso Frágoso (Bib Ex, 1951)
24. História Militar do Brasil — Gen R1 F. Cordolino Azevedo
- 6º) *Guerra de 1851 a 1852*
- Idem do ponto 5º
- 7º) *Guerra do Paraguai e da Tríplice Aliança*
- Idem do ponto 5º
- 8º) *Campanhas militares internas brasileiras durante o Império, ação de Caxias*
25. A Revolução Farroupilha — Gen Tasso Fragoso (Bib Ex, 1939)
26. Vida do Grande Brasileiro, Duque de Caxias — Padre Joaquim Pinto de Campos (Biblioteca do Exército, 1938)
27. Caxias — Major Afonso de Carvalho (Biblioteca do Exército, 1939)
- 9º) *História das fronteiras do Brasil*
28. Fronteiras do Brasil no Período Colonial — J. C. Macedo Soares
29. Fronteiras do Brasil — Hélio Vianna (Biblioteca do Exército, 1948)
- 10º) *Evolução política, social e econômica do Brasil durante o século XIX, a Abolição e a República*
30. Recursos Econômicos e Movimentos das Populações — Roberto Simonsen (Rev. Bras. Estatística — 1:199-2-1940)
31. História Administrativa e Econômica do Brasil — Hélio Vianna, 1951

II — QUESTÕES DO CONCURSO DE 1960

PROVA DE CONHECIMENTOS MILITARES — TOPOGRAFIA

1^a PARTE

DISTÂNCIAS E DIREÇÕES

1. Na escala de 1/30.000:

- 0,25m corresponde a m
- 4dm corresponde a km

Cálculos:

2. Um comprimento gráfico de 150mm:

- na escala de 1/20.000 corresponde a m
- na escala de 1/100.000 corresponde a km

Cálculos:

3. Uma distância real de 5.000m:

- na escala de 1/25.000 corresponde a cm
- na escala de 1/50.000 corresponde a mm

Cálculos:

4. A distância entre dois pontos A e B é de 6.550m. Qual será a ESCALA de uma carta em que esta distância mede 262mm?

RESPOSTA

CÁLCULOS:

5. Em uma carta de escala 1/50.000 a distância entre dois pontos A e B é indicada por 0,24m. Em um calco, de escala desconhecida, esta mesma distância está representada por 48cm. Qual é a ESCALA do calco?

RESPOSTA

CÁLCULOS:

6. O Sr. dispõe de duas cartas de uma mesma região, a saber:
 — a carta A, na escala de 1/10.000;
 — a carta B, na escala de 1/20.000.

PERGUNTA-SE:

- a. Qual das duas cartas possui MAIOR escala?

RESPOSTA

- b. Qual é a aproximação da carta A?

RESPOSTAm

- c. Qual é o valor do ERRO GRÁFICO na carta B?

RESPOSTAm

- d. Levando-se em consideração sómente a escala, qual das duas cartas oferece MAIOR precisão para os trabalhos topográficos?

RESPOSTA

7. Um observador colocado em um ponto 0 (Fig. 1) deseja conhecer a distância existente entre seu observatório e uma ponte AB (Fig. 1). O observador dispõe dos seguintes dados:

- comprimento da ponte 200m
 — ângulo segundo o qual a ponte foi vista de 0 100''

PEDE-SE: a distância do observatório à ponte.

RESPOSTAm

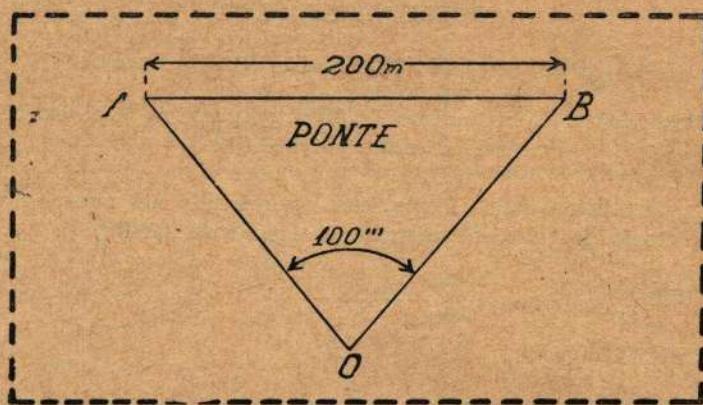
Cálculos.

8. A carta de ALEGRETE, escala 1/50.000, apresenta em seu rodapé a seguinte inscrição (Fig. 2):

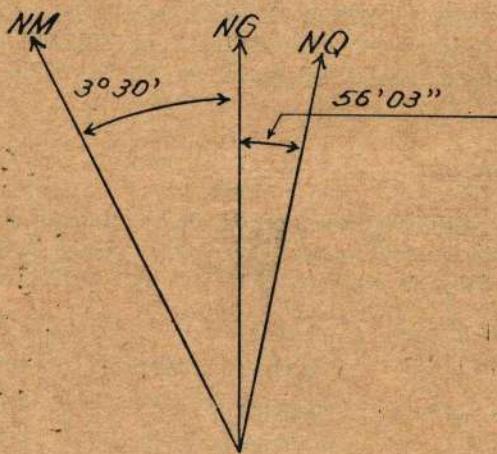
Com base nesses elementos, um oficial designado para realizar trabalhos topográficos na região de ALEGRETE, no CORRENTE ANO (1960), deseja conhecer o valor atual da DECLINAÇÃO MAGNÉTICA.

RESPOSTA

CÁLCULOS:



DECLINAÇÃO MAGNÉTICA ~ 1954 ~



Cresce 6' 8'' anualmente

2a PARTE

PROBLEMAS NA CARTA

(Crt RS, Esc 1/50.000, F1 ALEGRETE, anexo 1)

Observação — A reprodução da carta, existente no final desta Prova, reduziu a escala a 1/100.000.

1. Determine, pelo cálculo, com aproximação até metro, a COTA da bifurcação de estradas, constante da quadrícula (20-82):

RESPOSTA m

CÁLCULOS:

2. Determine o DECLIVE, em percentagem, do trecho de estrada compreendido entre o Ponto Cotado 164 (quadrícula 18-90) e a curva de nível de cota 120 (quadrícula 18-88):

RESPOSTA

CÁLCULOS:

3. Utilizando a fôlha de papel milimetrado, anexo 2, verifique se a casa de MANOEL FIGUEIREDO (quadrícula 20-88), com 3m de altura, onde será instalado um PC, está ENFIADA ou DESENFIADA, em relação a um observatório inimigo localizado em VISTA ALEGRE (quadrícula 22-92):

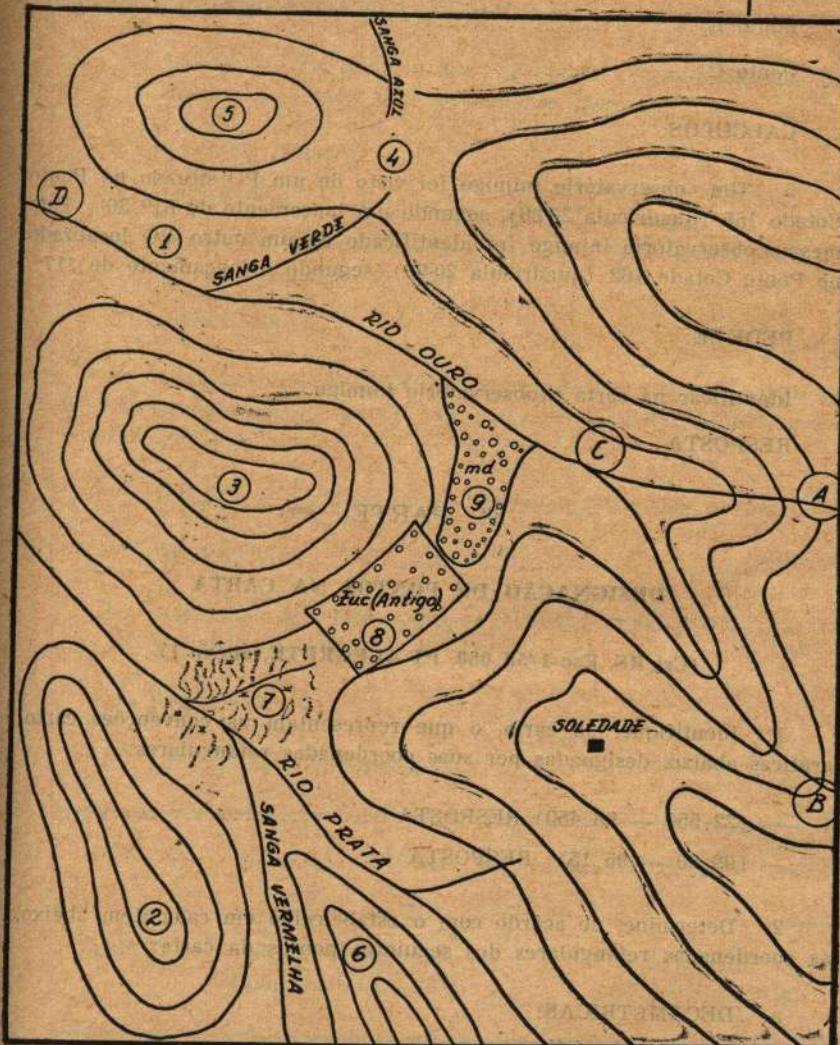
RESPOSTA

4. Uma patrulha recebeu ordem de se deslocar do Ponto Cotado 104 (quadrícula 24-1700) para reconhecer os pontos A, B e C. O Cmt da patrulha recebeu os seguintes elementos para identificação dos pontos:

a. Ponto 104 — Ponto A: distância	4.770m
azimute verdadeiro...	46° 26'
Ponto 104 — Ponto B: distância	6.600m
azimute magnético...	317° 26'
Ponto 104 — Ponto C: distância	4.050m
lançamento	0000"
b. Declinação magnética	3° 30' (a da carta)
Convergência dos meridianos	0° 56' 03" (a da carta)

IME - CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME - 1960
CONHECIMENTOS MILITARES
3ª PROVA - TOPOGRAFIA

Anexo N° 4 - Escala : - 1/25.000
 Esboço da Região de Soledade.



PEDE-SE:

Identificar os pontos A, B e C na carta.

RESPOSTA:

Ponto A

Ponto B

Ponto C

CÁLCULOS:

5. Um observatório inimigo foi visto de um PO situado no Ponto Cotado 165 (quadricula 20-86), segundo um lançamento de $81^{\circ} 30'$. Este mesmo observatório inimigo foi identificado de um outro PO localizado no Ponto Cotado 162 (quadricula 20-90), segundo o lançamento de 117° .

PEDE-SE:

Identificar na carta o observatório inimigo.

RESPOSTA

3^a PARTE

DESIGNAÇÃO DE PONTOS NA CARTA

(Crt RS, Esc 1/50.000, F1 ALEGRETE, anexo 1)

1. Identifique, na carta, o que representam as convenções cartográficas abaixo, designadas por suas coordenadas retangulares:

— (22.550 — 98.450) RESPOSTA

— (09.80 — 95.15) RESPOSTA

2. Determine, de acordo com o estabelecido em cada item abaixo, as coordenadas retangulares dos seguintes pontos da carta:

a. DECAMÉTRICAS:

— Árvore isolada (quadricula 12-04).

RESPOSTA

b. HECTOMÉTRICAS:

— Campo de aviação (quadricula 28-02).

RESPOSTA

3. Adotando como ponto de origem o CANTO DE ARAMADO 250m W da casa de SEZEFREDO DIAS (quadricula 14-96) e para direção origem a direção NORTE da carta, solução os quesitos abaixo:

a. Identifique, na carta, o que representa a convenção cartográfica abaixo, designada por coordenadas polares:

— PL (6240 — 4300).

RESPOSTA

b. Determine as coordenadas polares da casa da ESTÂNCIA SOBRADO (quadricula 18-94):

RESPOSTA

4. Usando a TELA-CÓDIGO (1), anexo 3, e adotando como Ponto de Referência o Ponto Cotado 142 (quadricula 16-98), solução os seguintes quesitos:

a. Identifique, na carta, o que representa o ponto (37-64):

RESPOSTA

b. Determine as coordenadas do MARCO TROGONOMÉTRICO 112 (quadricula 24-04):

RESPOSTA

5. CHAVE DA LINHA-CÓDIGO:

CÔR	PONTO ORIGEM	PONTO DE REFERÊNCIA
AZUL	Ponto Cotado 116 (quadricula 14-1700)	Ponto Cotado 98 (quadricula 12-04)

(1) A TELA-CÓDIGO é de quadricula de 0,02m e não se acha publicada pela dificuldade tipográfica.

— Adotando a chave acima:

- a. Identifique, na carta, o ponto AZUL (F 56 — D 55).
RESPOSTA
- b. Determine as coordenadas da LAGOA (quadricula 18-96).
RESPOSTA

4^a PARTE

LEIS DO MODELADO — RELEVO

(Esbôço da região de SOLEDADE, anexo 4)

1. À luz das leis do modelado responda às seguintes perguntas:
 - a. Para que direção corre o RIO OURO?
RESPOSTA
 - b. Qual dos trechos C-A ou C-B é o afluente e qual é o RIO OURO?
RESPOSTA: Trecho C-A é
Trecho C-B é
2. Identifique os acidentes do terreno, numerados de 1 a 6, inclusive, colocando à direita dos têrmos abaixo o número do acidente que lhe corresponde:

VALE — 1 (como exemplo)

COLO —

ESPORÃO —

COLINA —

MAMELÃO —

ESPIGÃO —

3. Entre as regiões 7, 8 e 9 qual a mais permeável à progressão:

— de combatentes a pé.

RESPOSTA — Região

— de carros de combate.

RESPOSTA — Região

5a PARTE

ESTUDO TOPOGRÁFICO DO TERRENO

(Crt RS, Esc 1/50.000, F1 ALEGRETE, anexo 1)

1. Para a solução dos pedidos abaixo, considere os seguintes dados:

- a. O RIO IBIRAPUITAN, a jusante da confluência com o RIO PAIPASSO (quadrícula 26-94), possui as seguintes características:

— largura	100 metros
— profundidade	1,80 metros
— margens íngremes.	

- b. A vegetação que a carta apresenta margeando os cursos de água é constituída de ESPINILHO. Este tipo de vegetação é de difícil transposição, só é permeável a homens a pé.

2. Os GT A e GT B atuam ofensivamente de SW para NE.

O GT A atua a cavaleiro da rodovia ESTA INHAME (quadrícula 08-82) — APOLINÁRIO VISCA (quadrícula 16-92).

O GT B atua a cavaleiro da rodovia DIAS FERREIRA (quadrícula 16-82) ZEFERINO NUNES (quadrícula 18-94).

Considerando sómente o fator TERRENO, diga qual dos GT progride pela MELHOR via de acesso, até a linha APOLINÁRIO VISCA—ZEFERINO NUNES. JUSTIFIQUE sua resposta sucintamente.

RESPOSTA

JUSTIFICAÇÃO:

.....

.....

.....

.....

3. A 1^a DI que havia recebido a missão de barrar a entrada SW de ALEGRETE, vai cumprí-la adotando o dispositivo expresso no calcu n. 1, anexo 5. Considerando sómente o fator TERRENO, diga qual das Unidades divisionárias (1º Esqd Rec Mec, 1º RI, 2º RI ou 3º RI):

- a. Recebeu a frente MAIS FÁCIL de defender?

RESPOSTA

- b. Recebeu a frente MAIS DIFÍCIL de defender?

RESPOSTA

- c. Dispõe de MELHORES locais para instalação de observatórios?

RESPOSTA

6^a PARTE

FOTOGRAFIAS AÉREAS

(Observação Importante. Para maior facilidade do trabalho na fotografia distribuída, anexo 6, (2) os 4 índices de colimação foram avivados a nanquim branco)

1. Por comparação entre a fotografia aérea e a carta de ALEGRETE, solucione os seguintes problemas:

- a. Determine a ESCALA da fotografia aérea.
RESPOSTA

- b. Utilizando a QUADRICULACÃO PARA DESIGNAÇÃO DE PONTOS (3), anexo 7:

- (1) — Identifique o seguinte ponto da fotografia aérea:

QDP (4832 — 4932).

RESPOSTA

- (2) Determine as COORDENADAS, na fotografia, do seguinte ponto da carta:

Cruzamento RODO-FERROVIÁRIO (quadricula 22-1700).

RESPOSTA

2. Determine o valor do LANÇAMENTO da direção AB, balizada pelos seguintes pontos da fotografia aérea:

Ponto A — Bif de estradas QDP (4854-4933);

Ponto B — Bosq QUADRADO QDP (50002-4773).

RESPOSTA: (AB) =

L _____

3. Restitua para a carta de ALEGRETE, pelo processo do papel calco (use o calco anexo 8), o BOSQUE QUADRADO QDP (5002-4773). DÊ A RESPOSTA EM COORDENADAS RETANGULARES. (Para que o trabalho possa ser verificado, inscreva em um círculo, na carta, os pontos auxiliares identificados).

RESPOSTA

(2) A fotografia aérea consta do clichê anexo, com a redução exigida para a publicação. Os interessados em receber a foto original podem dirigir-se ao Coordenador desta Seção, que a remeterá com o próximo número desta REVISTA.

III — PREPARAÇÃO PARA O EXAME DE ADMISSÃO — UMA EXPERIÊNCIA

Cap. Art. ALVARO GALVÃO PEREIRA

Este trabalho representa uma colaboração modesta ao esforço que a seção do Candidato à ECEME vem realizando, com o objetivo de orientar os companheiros sobre o concurso de admissão à ECEME. Pareceu-nos interessante transmitir os ensinamentos de uma experiência que obteve êxito. Não se trata de uma experiência individual, mas de um grupo de estudo constituído por 9 Oficiais: 4 Majores e 1 Capitão de Infantaria, 1 Major e 1 Capitão de Artilharia e 2 Capitães de Engenharia. O resultado favorável obtido por todos os componentes do grupo serviu-nos de incentivo para o presente trabalho.

I — INTRODUÇÃO

O concurso de admissão à ECEME não deve constituir um acontecimento inopinado na carreira do Oficial. Muito pelo contrário, é fruto de uma decisão tomada com bastante antecedência e na oportunidade em que o companheiro enfrenta, pela segunda vez, a situação de escolher entre prosseguir normalmente a sua vida, ou interrompê-la e retornar ao estudo.

Ao se eleger candidato, o Oficial envereda, conscientemente, por um caminho diferente do que seguem os demais. Esta decisão implica em:

a) prejuízo financeiro, pois além da aquisição de livros e pagamento de um turso especializado (do Club Militar ou particular), o companheiro que estiver servindo na tropa perderá a gratificação correspondente, durante o mês à disposição e durante os 15 dias de exame.

b) prejuízo das horas de lazer, pois além do tempo passado nos dois expedientes, no quartel, o tempo restante do dia deverá ser aproveitado para o estudo.

c) finalmente, redução considerável na assistência prestada, normalmente, à família. Por exemplo, se você dedicar algumas horas aos trabalhos escolares de seus filhos, em prejuízo do seu estudo, haverá o perigo dêles serem aprovados e você, não.

Se a decisão de candidatar-se fôr tomada antes da EsAO, aproveite o retorno ao ambiente de estudo, não há necessidade de "descansar" após o curso daquela escola, aproveite o impulso e inicie a sua preparação. Se a decisão fôr tomada depois de descansar da EsAO, o esforço será um pouco maior, mas uma preparação eficiente assegurar-lhe-á o sucesso.

É nosso desejo apresentar aos companheiros que já se decidiram, os ensinamentos que colhemos na preparação para o concurso de admissão à ECEME.

II — O ESTUDO EM GRUPO

Parece-nos constituir uma forma excelente de preparação. Se um vacila, os outros o estimulam. As dúvidas são resolvidas com maior facilidade porque, após a discussão do assunto, a maioria sempre se inclina para a solução correta. O estudo assume um caráter obrigatório, pois há o compromisso, entre os membros do grupo, de comparecer ao local de estudo, no horário fixado. Os pontos mais extensos, como por exemplo, Regiões Naturais ou Guerra do Paraguai, são estudados com maior rapidez, sem prejudicar a eficiência, através da sua divisão em fases que serão estudadas por subgrupos. Concluído o estudo das fases, em reunião do grupo são apresentados os trabalhos dos subgrupos. Uma vez discutidos e, em consequência, aprendidos, faz-se um rodízio das fases entre os subgrupos para confecção de resumos. Por este processo tornou-se possível estudar a Guerra do Paraguai em, apenas, uma semana, o que exige, em estudo individual, de 20 a 30 dias.

Achamos que o rendimento do estudo em grupo independe do grau de adiantamento dos seus componentes. Parece-nos, entretanto, que varia na razão direta da obediência às normas fixadas para o trabalho. Assim, é importante que não haja "professores" no grupo. Todos devem participar ativamente do estudo, e as opiniões individuais serão discutidas em plenário. Porém, uma voz será ouvida por todos, sem ser replicada: a do elemento que estiver lendo a nota de aula ou livro que o grupo tenha aceitado como documentação básica. Trataremos dela mais adiante.

Para o estudo de Geografia e História, em grupo, julgamos conveniente separar duas fases distintas: uma de aprendizagem, em que cada um dos membros realiza a leitura, em voz alta, do documento básico, enquanto os outros o acompanham em silêncio. Convém frisar que o documento básico deve ser lido integralmente, muito embora alguns elementos do grupo julguem supérfluos certos aspectos. A outra fase é a de sedimentação dos conhecimentos adquiridos, realizada imediatamente após a aprendizagem, na qual cada elemento é designado para expor, resumidamente, uma parte do assunto estudado. E

permitido o debate e, caso persista a dúvida, o documento básico é consultado.

Este tipo de estudo exige a presença de dois elementos importantes no grupo. Um, o "chefe de disciplina", é encarregado de interromper os debates, quando êstes se tornarem improdutivos, acordar os "sonolentos" durante o estudo noturno, etc. Outro, o "encarregado do programa", distribui o tempo e os assuntos a serem estudados durante o ano. Deve ter em vista que, no último mês, o grupo não deverá estudar assunto novo, apenas recapitular o que foi estudado.

Quanto às línguas, Inglês e Espanhol, devem ser objeto de um exercício diário e individual de versão ou tradução de trechos de FM 101-5 e 100-5. Aqui vai uma sugestão ao coordenador desta seção: a revista poderia publicar trechos dos regulamentos citados, com a respectiva tradução. Acreditamos que isto auxiliaria muito aos candidatos que não tem a facilidade de possuir êsses regulamentos.

Merece citação especial o Português, embora não constitua, por si só, uma prova do concurso. Trata-se de estudar gramática, regência de verbos e acentuação. Só então verificaremos como desconhecemos a nossa língua. E não é por outro motivo que os relatórios das comissões de exame têm acentuado a falta de preparo dos candidatos nessa matéria.

III — DOCUMENTAÇÃO

É, sem dúvida, muito vasta a documentação já existente sobre os pontos do concurso. Apresentaremos a seguir uma sugestão aos candidatos, mas desejamos acentuar que por mais variada que seja, há necessidade de escolher uma documentação básica. Esta servirá para esclarecer os aspectos controvertidos em outras fontes de consulta. Ela ditará a orientação a ser seguida pelo candidato.

Sugerimos a seguinte documentação, que assegurará uma preparação suficiente para o concurso, uma vez que é impossível consultar todas as fontes citadas nas instruções para o exame, publicadas anualmente no Boletim do Exército:

A — Para Geografia e História:

- Pontos do Club Militar, distribuídos aos inscritos no curso de preparação, tanto na Guanabara como no interior.

— A Defesa Nacional.

Publicações da Biblioteca Militar.

B — Para línguas:

- FM 101-5 e 100-5, em inglês e espanhol.

- Dicionário de termos militares, publicado pelo EGCF e facilmente adquirido naquele Estabelecimento.

- Dicionário Inglês-Português, de Leonel Valandro, editado pela livraria Globo.
- Dicionário Português-Inglês, editado pelo Ministério da Educação, com a vantagem de servir para esclarecer as dúvidas de acentuação e ortografia, pois obedece rigorosamente ao acôrdo ortográfico em vigor.
- Dicionário Espanhol-Português e Português-Espanhol, ambos de JM Almoyna, editôra Pôrto.

Finalmente, lembramos aos companheiros que não é aconselhável a utilização de resumos elaborados por candidatos já aprovados. Há grande proveito em resumir, por escrito, as idéias fundamentais de um assunto estudado. Convém, mesmo, que o estudo realizado no mês à disposição do EM se restrinja aos resumos. Eles constituem, em síntese, o que o candidato é obrigado a saber. Por isto, por constituiram a síntese de um estudo realizado, achamos que só apresentam valor para quem os elaborou.

IV — ADESTRAMENTO

Estudando em grupo ou individualmente, o candidato realiza sua preparação para o concurso de forma oral. As provas, entretanto, são todas escritas. Nesta transição, do estudo oral para a prova escrita, é que se encontra a chave do sucesso no concurso de admissão à ECEME. As provas escritas são realizadas dentro de um tempo estipulado e o candidato, normalmente, possui uma quantidade de conhecimentos muito superiores a sua capacidade de redação. Decorre daí, necessidade de, na realização das provas, compreender perfeitamente o pedido feito pelo examinador e ordenar as respostas dentro do tempo concedido.

Assim, chamamos adestramento à fase de preparação que comprende a interpretação e solução escrita de uma questão sobre assunto estudado, dentro de um tempo estabelecido. Sem realizar esta fase de preparação, o candidato reduz, voluntariamente, suas probabilidades de êxito. E é nesta fase que julgamos indispensável a consulta à seção do candidato de "A Defesa Nacional". Esta seção publica questões formuladas por mestres competentes e as respectivas soluções. É suficiente que o candidato copie em papel almano a questão proposta e escreva a sua solução. Em seguida, comparando-a com a solução publicada, anotará as idéias que deixou de abordar e os pontos em que se deteve e que não eram necessários à solução da questão. Eis aí o indispensável adestramento, que deverá ser realizado semanalmente.

Aqui vai mais uma sugestão ao coordenador desta seção: as questões propostas devem mencionar o tempo concedido para a solução bem como que ponto ou pontos devem ser considerados sabidos para solucioná-las.

Em relação às línguas, o adestramento consiste em praticar versão e tradução até obter, digamos assim, velocidade. Naturalmente, sem prejuízo da correção. O candidato que conseguir traduzir de 30 a 40 palavras em 10 minutos e verter até 20 palavras, no mesmo tempo, parece-nos, terá adquirido a velocidade suficiente para resolver integralmente a prova de línguas, desde que sejam mantidos os mesmos números de palavras das provas dos 3 últimos anos. Sobrar-lhe-á, ainda, algum tempo para rever a ortografia e acentuação, na parte da tradução.

V — O TEMPO

Para o candidato de nível intelectual normal, sugerimos que realize a preparação em dois anos. No primeiro, a que chamamos "ano do Club Militar", o candidato reunirá a documentação para iniciar a preparação (por exemplo, as notas de aula do Club). Os candidatos sujeitos ao regime de dois expedientes, devem assumir o compromisso de, todas as noites, de segunda a sexta-feira, dedicar duas horas à leitura da documentação reunida. Isto servirá para dar ao candidato uma idéia da extensão do programa e formar um quadro preparatório para o estudo no ano seguinte. Este estágio da preparação é o mais crítico de todos porque:

- a) o candidato reagirá, espontaneamente, contra um regime de trabalho que implicará em restrições às suas atividades privadas.
- b) o candidato imaginará que poderá recuperar qualquer tempo perdido, transferindo para outro dia o estudo marcado ou argumentando, para si próprio, que "afinal", não vai fazer exame no fim do ano".

O estudo de línguas, isto é, exercício de versão e tradução, tem que ser realizado diariamente. Poderá ser realizado até mesmo no quartel, pois a interrupção, por qualquer motivo, não deturpa a seqüência do exercício. Durante o ano é preciso traduzir ou verter todos os dias, ora inglês, ora espanhol, da ordem de 100 palavras, sem tempo determinado.

No segundo ano de preparação, a que denominamos "ano do estudo em grupo", dois, três ou mais companheiros procurarão reunir-se, em local previamente escolhido, para estudar em grupo. Julgamos indispensável a realização de reuniões diárias, durante a semana, de duas horas e trinta minutos (por exemplo, das 20 às 22,30 horas). Deve-se aproveitar, integralmente, a tarde do sábado e a manhã do domingo. Por exemplo, a noite de segunda-feira pode ser destinada ao adestramento. Convém que a solução, por escrito, da questão proposta seja realizada por todos ao mesmo tempo, em condições semelhantes às do exame.

No dia 16 de outubro, com a passagem à disposição do EM, o grupo organizará um horário integral de estudo: 8 horas diurnas e 2 noturnas. O estudo neste mês é de importância vital para o exame. E, além do mais dará ao candidato uma prova segura da sedimentação dos conhecimentos.

mentos. Pois, parece-nos que todos nós, chegamos ao comêço de outubro, após haver estudado todo o assunto, com a impressão de que ou estamos confusos, ou já esquecemos tudo o que estudamos.

VI — CONCLUSÃO

A realização do exame de admissão à ECEME é consequência de uma decisão consciente. Altera sensivelmente o modo de vida do Oficial, impondo-lhe sacrifícios e, mesmo, prejuízo financeiro. Uma preparação eficiente, contínua e metódica constitui uma garantia certa de sucesso. Os companheiros que não obtiveram êxito na primeira tentativa sabem como é penoso repetir a preparação.

Nem todos subestimam o esforço que é preciso fazer para ingressar na ECEME. Há muita gente interessada no bom êxito do candidato. As comissões das armas, o curso de preparação do Club Militar, esta seção e os professores dos cursos particulares locais. A sua preparação deve começar já. Use e abuse dos que lhe podem auxiliar no cumprimento da missão que você se impôs.

Se o nosso trabalho tiver algum proveito para você, a sua aprovação no exame será uma recompensa valiosa.

CACIQUE HOTEL

DE

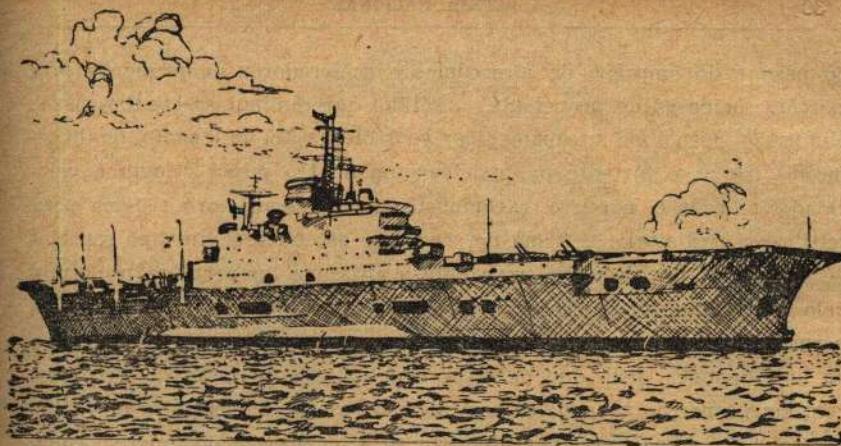
PIOTROWSKI & CIA. LTDA.

RUA TOBIAS DE MACEDO, 26

(Antiga Travessa Morumbi) Esquina Praça Tiradentes

Telefone 4-6558 — Enderêço Telegráfico "CACITEL"

CURITIBA — PARANÁ — BRASIL



MARINHA

Coordenador: Cap.Ten AYRTON BRANDÃO F.

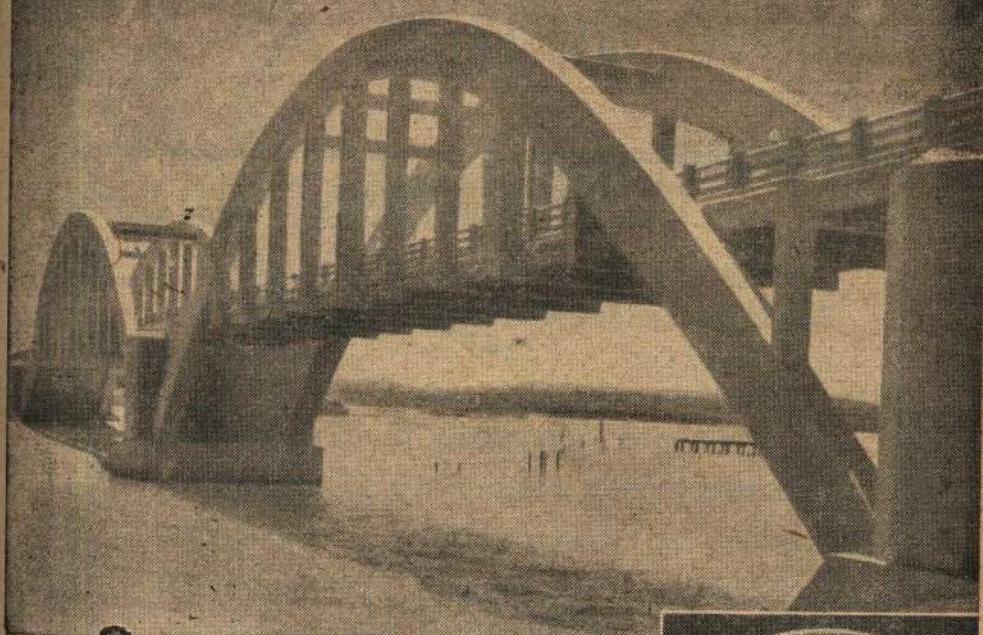
LANÇAMENTO DOS MÍSSEIS SUBMARINOS

Em recente artigo aparecido no "New York Times" o conhecido correspondente militar Hanson W. Baldwin resume os principais desenvolvimentos da arma submarina em relação à sua capacidade de lançar mísseis e aos novos desenvolvimentos técnicos destinados a conduzir a navegação e determinação dos dados dos objetivos. A Marinha dos EUA tem atualmente em serviço três submarinos lança-mísseis com propulsão convencional e cujo armamento é constituído por mísseis de tipo "Regulus", para cujo lançamento é necessária a emersão do submarino. A próxima unidade prevista no Programa de Construções dará um impulso decisivo ao poder naval norte-americano, pois será um submarino capaz de lançar o míssil "Polaris", mesmo imerso. Cada unidade terá uma dotação de 16 dos referidos mísseis, que poderão atingir até 1.500 milhas, numa velocidade de cerca de 15.000 milhas horárias.

O problema balístico do lançamento em imersão, só foi possível graças a certos desenvolvimentos técnicos, que permitiram: a redução

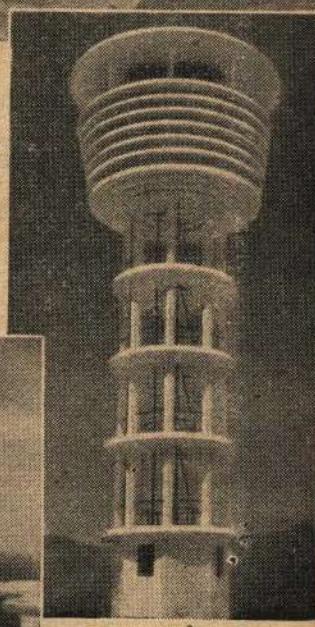
do peso e do emprêgo de giroscópios e aceleradores de pequenas proporções; emprêgo de propelente — sólido, que diminui as canalizações e elimina o perigo de escapamentos; controle exato do "ponto de liberação", isto é, o instante da trajetória no qual o míssil atingiu a velocidade indicada e, por isso, a combustão deve cessar; novo sistema para retificar a trajetória da arma no seu rumo ascendente; um tipo especial de capa protetora da ogiva, resistente à altíssima temperatura produzida pelo atrito atmosférico. Ao cessar a descarga do motor, o míssil balístico permanece, como qualquer outro corpo, sujeito às leis da gravidade e da aerodinâmica, pelo que os erros eventuais na precisão do tiro crescem em proporção geométrica com alcance; assim, é necessário enfrentar e resolver os problemas inerentes não só à localização do objetivo como também a uma acurada determinação do ponto no qual se encontra o submarino e para onde o leva os seus movimentos. Essa é a diferença principal com referência aos lançamentos terrestres, nos quais uma triangulação bem feita é suficiente para determinar, com a máxima precisão, as posições relativas do lançador e do alvo, sem maiores preocupações com a instabilidade da plataforma de lançamento. As dificuldades acima expostas foram superadas brilhantemente com o desenvolvimento do SINS ("Ship's Inertial Navigation System"), longamente experimentado no navio "Compan Island". Esse aparelho, constituído por giroscópio, acelerador e integrador, instrumentos para "seguimento do movimento aparente dos astros" e um sonar especial, permite um contínuo e exato conhecimento das coordenadas da situação do navio, da estima de seus movimentos futuros e da oscilação da plataforma. Seus mínimos erros eventuais são corrigidos por um dispositivo instalado no periscópio e ajustado pela posição de alguma estréla. Com tais inovações técnicas, a Marinha norte-americana está certa que seus submarinos, mesmo depois de longos períodos de imersão, podem atingir com precisão os objetivos pré-fixados.





O CIMENTO MAUÁ NA MODERNIZAÇÃO DO EXERCITO

O Polígono de Tiro da Marambaia apresenta em suas obras uma visão agradável de linhas harmoniosas, às quais se alia a solidez e segurança que lhes assegura o emprego do cimento Portland MAUÁ.



COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

UM APÉLO

PREZADO COMPANHEIRO,
 apelamos para **você**, que pode ajudar à
 Seção do Candidato à ECEME de "A DEFESA
 NACIONAL".

Buscamos orientação para o próximo ano, que atenda aos anseios dos candidatos e esteja apoiada na valiosa e indispensável contribuição dos oficiais de EM, dos alunos da ECEME e dos próprios candidatos.

Encarecemos o valor de sua ajuda, através da remessa de ensaios, resumos ou questões resolvidas.

Precisamos de suas críticas e de suas sugestões.

Folgaremos em divulgar os trabalhos remetidos e em vitalizar o intercâmbio de idéias que concorram para o fim precípua destas colunas: Servir ao Candidato!

Dirija-se ao Major G. Vidal — 5^a Seção — EME — Palácio da Guerra — GB.

O Redator



Ano II — N. 12
(Fev 61)

Coordenador: Maj AMERINO RAPOSO FILHO

SUMÁRIO

GUERRA REVOLUCIONARIA

A TÁTICA E A ESTRATÉGIA NA GUERRA REVOLUCIONÁRIA
J. Hogard



TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOCTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, sómente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A TÁTICA E A ESTRATÉGIA NA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Traduzido da "Revue Militaire d'Information" de Junho de 1958

J. HOGARD

NOTA DO REDATOR

Eis um estudo realmente notável do ponto de vista doutrinário, que submetemos à apreciação dos leitores de "A Defesa Nacional". Sobretudo, pela objetividade dos conceitos visando à tática anti-revolucionária.

Basta, a êste propósito, lembrar os 10 Princípios resumidos no final do trabalho, verdadeiro decálogo para as ações operacionais contra a Guerra Revolucionária. Por outro lado, há que destacar as 5 Fases do desenvolvimento da Guerra Revolucionária, tão bem focalizadas por HOGARD.

Que os camaradas das Forças Armadas possam recolher preciosos ensinamentos desse trabalho de fundo eminentemente filosófico-doutrinário, são os votos que sinceramente formulamos.

Maj A. Raposo Filho

A teoria e a prática da guerra revolucionária começam a ser bem conhecidas na França. Sabe-se hoje que nesta forma de guerra, as populações representam ao mesmo tempo o ambiente onde se realiza a luta, o objetivo dos dois adversários e um dos principais meios de ação. Os processos revolucionários foram estudados e compreendem a dissolução física e moral do corpo social, mediante uma ação no seu interior e outra partindo do seu exterior, simultaneamente com a construção da sociedade revolucionária totalitária no próprio interior da sociedade vigente e as suas custas, até que a primeira se tenha desenvolvido suficientemente para fazer desaparecer a segunda.

Tanto para destruir como para construir, a Revolução recorre, toda vez que se torna necessário, ao processo de militarização da sociedade revolucionária. Finalmente, as técnicas pseudocientíficas que permitem aperfeiçoar êsses diferentes processos têm sido analisadas e descritas; elas atuam sobre os indivíduos da mesma forma que sobre as massas; sobre os espíritos tanto quanto sobre os corpos.

A guerra revolucionária, porém, apresenta uma outra particularidade essencial: ela é realizada por dois adversários dificilmente comparáveis. De um lado a Revolução totalitária demoradamente fraca no sentido clássico da palavra, porém armada de suas técnicas admiráveis, desenvolvendo seus processos insidiosos e eficazes. Do outro lado, as "Fôrças da Ordem", poderosas, porém desprovidas de uma doutrina coerente, de um regulamento bem estudado e rigorosamente aplicado. Antigamente se comparavam certas regiões da Indochina a um jôgo de damas no qual o Viet-Minh usava as pedras negras e as fôrças franco-vietnamenses as amarelas; nossos métodos se aperfeiçoaram depois. Porém, estamos nós certos hoje de combater a "revolução" argelina em todos os terrenos, de uma maneira perfeitamente coerente e eficaz?

Um exército em combate tem necessidade de uma doutrina, de um regulamento. Os revolucionários totalitários têm os seus. O estudo que se segue representa o desejo de contribuir para precisar o que pode ser a nossa doutrina e o nosso regulamento.

PRIMEIRA CONDIÇÃO DE SUCESSO — A DETERMINAÇÃO

Durante muito tempo acreditou-se, (e alguns ainda acreditam) que a guerra revolucionária era um fenômeno espontâneo, surgido das aspirações profundas das massas populares por uma sorte melhor ou pela "independência". Sabe-se hoje que esse conceito não é verdadeiro; a guerra revolucionária é perfeitamente artificial; sua causa manifesta-se através da vontade de uma organização política totalitária que quer conquistar o Poder para ela sómente. Está claro que para dissolver a sociedade que ela ataca, esta organização deve utilizar todos os "antagonismos internos" desta sociedade: sociais, éticos, políticos e outros. Ela, porém, domina as populações mediante o emprêgo de técnicas, hoje, aperfeiçoadíssimas apoiadas numa ideologia bem escolhida e adaptada às massas que pretende conquistar. Mesmo uma sociedade relativamente equilibrada pode estar sujeita a uma guerra revolucionária.

Conclui-se que é inútil esperar uma "solução" nas "negociações" ou em "reformas". Os chefes da rebelião querem o Poder total, sómente para êles. Com o mesmo objetivo êles consideram as negociações apenas como uma pausa, um meio de aumentar seu prestígio, de exaltar o moral dos seus partidários, de convencer os neutros e os hesitantes de sua vitória inevitável, de desmoralizar as fôrças da ordem legal. Utilizadas com essa finalidade, as negociações aceleram o progresso da guerra revolucionária e desencadeiam, na maioria das vezes, a contra-ofensiva geral mais cedo do que se previa. Não falta exemplo de uma tal evolução de situação: lembremos por exemplo, a influência decisiva da conferência de Genebra sobre as operações no norte da Indochina.

Em uma guerra do tipo revolucionário, só se pode pensar em negociações com alguns aliados provisórios da Revolução, que pretendam objetivos parciais diferentes daqueles que a organização política totalitária, ambiciona. É possível, com efeito, acalmar tais adversários asseguran-

do-lhes uma situação livre de qualquer perigo; se êles forem sinceros e suficientemente esclarecidos pode-se até, algumas vêzes, tentar atraí-los para o campo da legalidade. Porém, os revolucionários autênticos só consentem em negociar com o objetivo de enfraquecer seus inimigos.

"Reformas" destinadas a satisfazer as aspirações profundas do povo não são mais que uma "solução". Essas reformas não são inúteis; veremos que elas são mesmos *indispensáveis*; porém, são insuficientes: a organização revolucionária não pode aceitá-las porque se tal acontecesse uma de suas armas desapareceria com a supressão das causas do descontentamento. Por isso, o Partido ou as ridiculariza, exigindo-lhes o impossível, ou expressamente as sabota; os camponeses argelinos que tinham aceitado terras em decorrência da reforma agrária foram ameaçados e algumas assassinados pelos rebeldes; os membros das "delegações administrativas especiais" (novas municipalidades) foram igualmente objeto de atentados terroristas.

As reformas efetivadas com bastante antecedência, quando a revolução ainda se mantém muito poderosa, podem ser até perigosas. Os rebeldes, com efeito, se servem delas para persuadir as massas de que o Poder se sente fraco, uma vez que faz concessões; Impedindo-as de concluir realizações concretas e retirando-lhes a substância, contribuem também para desmoralizar o povo e para convencê-lo da impotência da ordem estabelecida para se renovar e progredir.

Não seria demasiado insistir sobre este primeiro caráter da guerra revolucionária, seu aspecto "total". A luta só pode terminar com o triunfo de um dos dois adversários: o governo legal ou a rebelião. Não há meio termo, porque é próprio da revolução totalitária ser intransigente e explorar, em proveito próprio, as tentativas de conciliação (1).

O primeiro princípio que se impõe na conduta de uma guerra contra um movimento revolucionário é, portanto, o princípio da *determinação*.

"Tratar de igual para igual com a revolução totalitária não põe fim ao seu designio; apenas facilita e ajuda seu sucesso". (1º princípio).

Não há "solução política" em uma guerra revolucionária: o poder legal está condenado à vitória ou ao aniquilamento.

É POSSÍVEL BLOQUEAR O MECANISMO DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

O processo típico da guerra revolucionária se divide geralmente, no tempo e no espaço, em cinco fases que podem ser caracterizadas, como se segue:

1º — *Entrada em ação de uma infra-estrutura clandestina*, uma organização constituída de ativistas e de agitadores propagandistas que for-

(1) Notemos bem que, se uma revolução fosse verdadeiramente espontânea, desejada pelo conjunto do povo e não artificialmente por uma organização política, seria possível fazê-la cessar mediante negociações e reformas. Porém, não pode ser assim no caso da guerra revolucionária tal como os comunistas e seus discípulos a fazem, por isso que o propósito desta guerra é justamente se apoderar das massas por meio de técnicas particulares e pelo terror. Se os muçulmanos da Argélia desejassem verdadeiramente a separação da França, a F.L.N. (Frente de Liberação Nacional) não teria necessidade de assassinar milhares para fundar seu domínio.

mam o núcleo revolucionário; *agitação* conduzida pelo núcleo objetivando a agravar os "antagonismos internos" da sociedade atacada.

2º — Ampliação dessa organização; *infiltração* de elementos revolucionários no maior número possível de órgãos do Estado e da sociedade; descontentamento contra a sociedade estabelecida e *propaganda* em favor da ideologia revolucionária; criação de um "clima" favorável (algumas vezes aparecimento de desordens e mesmo de sabotagem e de terrorismo). A finalidade desta fase é criar uma "situação revolucionária".

3º — Utilização da violência sistemática; generalização do *terror*; *ruptura* do contato físico e psicológico entre as massas e a elite da sociedade; aparição de uma *administração revolucionária clandestina* que enquadra paulatinamente a população; criação de "bases" parciais onde fôr possível; desenvolvimento do *espírito de guerrilha*.

4º — Criação de "zonas liberadas" onde a administração revolucionária se torna oficial e onde se procura instalar um *governo insurreccional*; criação de um *exército pseudo-regular*.

5º — Quando as zonas liberadas se tornam bastante extensas, bastante ricas em recursos de toda espécie e o resto do país muito pobre: "contr-ofensiva geral" tanto política e psicológica como militar.

A análise dêsse processo nos leva a descobrir uma primeira fraqueza do adversário: atacado a tempo, todo o mecanismo pode facilmente ser bloqueado. O inimigo só pode iniciar uma fase do seu empreendimento quando a fase precedente foi conduzida com êxito. É impossível, para ele, desencadear a guerrilha se suas bases ainda não estão bastante garantidas, não são suficientemente numerosas, e se o clima geral não é muito favorável. É impossível criar um exército regular, dar-lhe uma aparéncia de legalidade se não existem ainda "zonas liberadas"... O governo francês tem explorado essa fraqueza; ao permitir o esforço necessário para esquadrinhar a Argélia, ele bloqueou o mecanismo da guerra revolucionária na terceira fase, impedindo aos rebeldes a criação e a livre utilização de "zonas liberadas"; dessa forma fez fracassar todas as possibilidades de criação de uma "República Argelina" e de um exército regular, de serem os rebeldes "reconhecidos" pelos Estados comunistas, árabes e neutralistas. Não há mais esperança de vitória para a "revolução" argelina, pelo menos no plano local; enquanto o governo assim quiser, assim será, com pequenas despesas... Aconteceu a mesma coisa em 1947-48, na Metrópole, quando a atitude resoluta do Poder e das autoridades impidiu o partido de passar da segunda para a terceira fase (ou talvez diretamente para quinta?). Na Grécia, o Marechal Papagos não agiu de outro modo quando aproveitando o êrro cometido pelos insurretos ao passarem precipitadamente para a quarta fase, reduziu ao nada todo o seu empreendimento. O tema favorito dos nossos adversários a respeito do "determinismo histórico" tem assim, muitíssimas vezes, recebido desmentidos categóricos. Este espantalho que causou e ainda causa tanto mal, não mais pode fazer medo senão àqueles que não têm coragem de enfrentá-lo.

Enquanto o momento da "contra-ofensiva geral" não houver soado, é sempre possível a um governo decidido bloquear o mecanismo da guerra revolucionária empenando meios suficientes. Até à quinta fase, com efeito, quando a balança se inverte, os meios da autoridade legal permanecem sempre muito superiores aos da Revolução.

Enfrentada a tempo, a situação exige um esforço mínimo. Durante a primeira ou a segunda fase, a administração normal — ajudada por alguns gendarmes e policiais — pode ser suficiente, desde que ela seja ativa, eficaz e realmente onipresente. Mais tarde, batalhões serão necessários; no limite, desde que se tenha deixado agravar a situação, a ponto de ser preciso reocupar "zonas liberadas" e fazer malograr a "guerra de movimento", serão necessárias divisões.

O segundo princípio da tática contra-revolucionária pode portanto ser enunciado:

"O processo da guerra revolucionária pode ser bloqueado tanto mais facilmente quanto mais cedo fôr combatido. Esta batalha de contenção se apóia na onipresença permanente das fôrças da ordem" (2).

Por "Fôrças da Ordem" é preciso compreender também tanto a administração (no sentido amplo) como o organismo judiciário, a gendarmeria, a polícia... e se preciso, o Exército; em resumo, todos os representantes da autoridade legal.

A AÇÃO DECISIVA CONSISTE EM DESTRUIR O "ORGANISMO" POLÍTICO REVOLUCIONÁRIO

Consciente do seu poder e da sua vontade, um governo, que dessa forma tiver contido o processo revolucionário, poderá esperar tranquilamente, sem relaxar sua pressão, que o cansaço das populações e das guerrilhas ponha, por si mesmo, fim à luta. Não faltam exemplos de uma tal tática na História; é a "solução" chamada "militar". Porém, para alcançar a vitória dessa forma, é preciso esperar muito. É de temer-se que a opinião pública, nacional e internacional, cedo se canse e exerça pressão sobre o governo e que este, por fraqueza, concorde em "negociar".

Na época moderna, cada cidadão tem suas próprias idéias sobre a política do Estado e reclama "soluções" rápidas.

Por isso é preciso iniciar a ofensiva e obrigar a Revolução a bater em retirada.

A análise do processo da guerra revolucionária sob o ângulo dos métodos nós indica onde levar o esforço. Sabe-se que o inimigo conduz,

(2) Compreende-se, desde já, que este método será tanto mais eficaz quanto mais isolado do exterior estiver o território em guerra e quanto menos apoio de toda espécie (em particular político e moral) receberem os rebeldes. Este problema será examinado depois.

do princípio ao fim, uma dupla ação: — dissolução física e moral da sociedade estabelecida; construção no próprio interior dessa sociedade, da sociedade revolucionária tanto mais coerente e dinâmica quanto mais ela fôr militarizada. A vitória é obtida quando a segunda tem suficiente desenvolvimento para fazer a primeira dissolver-se. Ora, ambos êsses designios se apóiam na presença e na atividade do “núcleo” revolucionário, essa rême de quadros, de agitadores, de propagandistas e de matadores. É esse núcleo que assegura o contrôle da população (com exclusão eventual de suas fôrças armadas) lançando em ação suas técnicas de conquista dos corpos e dos espíritos. É portanto êle — e só êle — que deve ser considerado como inimigo. Neutralizá-lo, destruí-lo se possível, é a missão essencial.

O terceiro princípio da tática contra-revolucionária sé expressa portanto assim:

“A vitória contra a Revolução, armada ou não, repousa essencialmente na destruição do “núcleo” revolucionário. Este “núcleo” deve ser considerado como o verdadeiro inimigo.”

A organização adversa é sempre pouco numerosa. Ramificada ao extremo para conduzir eficientemente sua ação, ela é sempre vulnerável (3), sobretudo no início quando, em face de um Estado forte, senhor de sua armadura administrativa, policial e militar, ela está só, sem população conquistada para cobri-la e sem fôrças armadas para protegê-la. Empreendido a fundo na Argélia de 1954, o desmantelamento da organização revolucionária nos teria poupad o muitos aborrecimentos.

Caso se permita que a situação se degenera e que a organização chegue a controlar todo ou parte do povo, a tarefa será mais difícil, porque a população com seu poder a cobrirá. É ainda possível neutralizá-la parcialmente mediante a onipresença constante e uma vigilância assídua das Fôrças da Ordem, porém sua destruição completa requer, a partir dêsse momento, a ajuda dos habitantes. É preciso, portanto, obter o concurso, no mínimo, de uma parte dos habitantes.

“A vitória contra a Revolução, armada ou não, exige a conquista (ou a conservação) de um amplo apoio popular”. (4º princípio).

A CONQUISTA (OU A CONSERVAÇÃO) DO APOIO POPULAR

A conquista (ou a conservação) do apoio popular é, portanto, ao mesmo tempo o objetivo do Poder legal e um meio essencial para a vitória. Será únicamente na proporção em que as Fôrças da ordem

(3) Na Argélia, foi suficiente prender algumas centenas de dirigentes e de matadores para trazer a segurança e o sorriso aos lábios dos franceses muçulmanos; a greve imposta rapidamente cessou, as crianças retornaram ao caminho das escolas, etc.

souverem aproveitar o apoio da população que elas alcançarão os dois objetivos que lhes serão designados:

— impedir o inimigo de obter do povo os recursos morais e materiais de que necessita para reforçar-se pouco a pouco, até tornar-se mais forte do que a autoridade estabelecida e, então, desencadear a sua contra-ofensiva geral;

— obter o concurso da população para destruir o organismo revolucionário e impedi-lo de se reconstituir.

E, portanto, o Homem que é preciso conquistar e uma vez que o Homem é ao mesmo tempo Espírito e Corpo, a luta será antes de tudo psicológica.

Sob esse aspecto, a ação das Fôrças da ordem (no sentido amplo) será grandemente facilitada pelas contradições que existirão sempre no meio adversário totalitário. Será suficiente tornar "subjetivas" as mentiras "objetivas".

Mentiras, de início, entre a ideologia verdadeira do partido revolucionário e aquela que ele se utiliza para apoderar-se das massas. A ideologia marxista-leninista é obrigatoriamente esotérica; apenas uma pequena élite pode compreendê-la e submeter-se ao que se tem denominado "a tentação marxista" da ação. Para atingir as massas, o comunismo é obrigado a mentir e a utilizar a lei moral "burguesa" que ele despreza. Quando Hitler atacou a Tcheco-Eslováquia agiu de acordo com a doutrina nazista; o conjunto do seu povo, provisoriamente magnetizado, o seguiu sem refletir. Porém quando os comunistas massacraram os húngaros eles foram obrigados a enganar as multidões e mesmo as suas próprias tropas para justificar-se, porque sua ação, perfeitamente de acordo com sua verdadeira ideologia, era contrária ao que eles alardeavam. Os eletores comunistas e muitos dos militantes categorizados (e mesmo das elites), estão persuadidos, no seu íntimo, do valor absoluto da nossa moral; seus chefes são obrigados a, perpétuamente, lhes falsear a verdade a fim de conservá-los em sua companhia.

Se não é inteiramente assim para os revolucionários de outras crenças, é, pelo menos, certo que há sempre diferenças importantes, muitas vezes mesmo, oposições entre as convicções dos dirigentes e a ideologia que eles pregam a suas tropas para galvanizá-las. Não é segredo para ninguém que a maior parte dos chefes revolucionários da África do Norte é constituída de incrédulos que "utilizam" o Islan para vencer, de Cabilas que se servem do pan-arabismo, de sectários fanáticos que se impõem a liberdade (4).

A segunda contradição, a segunda mentira é flagrante: — ao serviço de uma causa que procura apresentar como nobre, elevada, a revolução

(4) Ou para alguns dentre eles, na verdade sem influência, "liberais" dentro de uma engrenagem totalitária.

totalitária emprega processos criminosos que repugnam naturalmente aos homens.

O constrangimento dos espíritos, a violência física e psicológica, o terrorismo, não são, normalmente, aceitos pelas multidões. Sómente à custa de pressões morais e materiais é que os revolucionários conseguem justificá-los perante as massas (5).

É, portanto, possível, desde que se adotem técnicas que tornem nossas ações eficazes, atuar sobre essas contradições profundas, expondo claramente as mentiras de propaganda do adversário e, assim, fazer voltar-se essa propaganda contra nossos inimigos. Nossa ação psicológica positiva será vigorosa, ao contrário de estar ao serviço da boa fé. Definitivamente, os valores verdadeiros da nossa civilização e da nossa moral são naturais aos homens, quer eles sejam brancos, morenos, amarelos ou Pretos. Deveria ser fácil, por exemplo, nesta Argélia que assistiu o 1789 de sua törre, mostrar aos franceses muçulmanos que o progresso do homem, com liberdade e dignidade, sómente pode ser conseguido por intermédio da França e que a vitória da F.L.N., se ela significasse talvez a independência coletiva (6) não poderia deixar de desembocar sobre um sombrio futuro de opressão e de regressão social e humana.

Já existem bastantes franceses muçulmanos que sentiram ser a nossa civilização boa, porque a "justiça" sumária dos degoladores da F.L.N. lhes apareceu sob o seu aspecto verdadeiro: uma volta à mais sombria barbárie. Que seria de um Estado alicerçado sobre tais auspícios? Pessoas evoluídas como M. Farhat Abbas estão certamente angustiadas; porém muitos outros argelinos, entre os humildes, o sentem também e, por certo, nos dizem...

Fixar com precisão os conceitos que se assenhoream de nós e nós os incorporamos, compreender nosso dever de divulgá-los, tais são as condições que colocarão as Forças morais do nosso lado. Difundir êsses conceitos tal é a "arma fundamental" indispensável ao nosso combate.

"A conquista psicológica da população (ou a conservação da sua adesão moral) se apóia de um lado sobre a exploração das contradições ideológicas fundamentais da Revolução e do outro sobre a Fé, nos conceitos universais da civilização e na difusão desses conceitos". (5º princípio).

Entretanto, o homem não é sómente o Espírito; ele é igualmente Corpo e, se o espírito guia o corpo, ele sofre também sua influência. Seria inéquo defender a mais nobre causa, pôr ao seu serviço a mais hábil ação psicológica, se esta ação não se apoiasse sobre realizações

(5) Parece que êles (os revolucionários) conseguem essa justificativa mais facilmente entre os "intelectuais", na proporção em que êsses mais sofisticados tenham perdido seu bom senso.

(6) "Talvez" porque uma Argélia "independente" parece uma utopia aos espíritos mais esclarecidos.

materiais concretas. A Fé e a Esperança que nós nos esforçamos por propagar têm necessidade dêste apoio. A população libertada — ou simplesmente ameaçada — deve ser beneficiada com a administração eficaz e humana, com a justiça equitativa e rápida a que ela tem direito; deve encontrar um trabalho justamente remunerado, desfrutar de todos os progressos desejáveis no domínio social, sanitário, cultural, etc. . . .

Sómente nessas condições a luta psicológica poderá apoiar-se sobre um suporte material que, definitivamente, fará pender a balança para o lado do Poder legal.

Isto significa que a luta deve ser conduzida em todos os domínios: — administrativo, econômico e social, tanto quanto no cultural e psicológico. Não se trata de manter a "ordem" antiga porque uma sociedade estática está condenada a desaparecer. A luta contra a Revolução supõe que a sociedade estabelecida continue a se desenvolver e progredir, possibilitando às massas nela condensar suas esperanças. Em uma palavra, numa guerra revolucionária é impossível "manter a ordem": é preciso criar uma "ordem" nova, aberta às possibilidades indefinidas do progresso.

"A conquista ou a "conservação" do apoio popular se apóia no aperfeiçoamento contínuo da ordem antiga visando uma ordem nova capaz de condensar as esperanças das populações". (6º princípio).

Porém a ação psicológica e a ação material sobre a qual ela se apóia não são suficientes. O adversário sabe perfeitamente, quem se esforça por aplicá-las aos meios organizados por ele. Tanto para preservar uma população ainda só como para assegurar os sucessos que obtivermos ao desmantelar uma base inimiga, é preciso a nós também, organizar (ou reorganizar) as populações, para torná-las capazes de resistir, por si mesmas, às investidas revolucionárias. É fácil ao adversário apoderar-se de multidões em desordem ou destruir uma sociedade corrompida; é-lhe impossível conquistar uma sociedade dinâmica, organizada sem ele, portanto, contra ele.

Conseqüentemente só é preciso conservar das nossas velhas estruturas, aquelas que são indiscutíveis, aperfeiçoando-as de maneira a organizar ou reorganizar coletividades que condensarão as verdadeiras aspirações da população contra o totalitarismo adverso. Com esse objetivo é indispensável favorecer as associações sindicais, profissionais (7), culturais ou mesmo esportivas; dar às coletividades locais o prazer e a possibilidade de participar da direção dos seus negócios, interessá-las na melhoria de sua própria sorte. Se o inimigo usar a violência, o objetivo será plenamente atingido no dia em que essas coletividades tomarem com suas próprias mãos sua defesa, realizando a autodefesa. Esta, certamente, jamais deve ser imposta, compete-nos porém fazer surgir o desejo de criá-la, organizá-la e apoiá-la. Quando as populações de uma região estão grupadas e armadas, resolvidas a não mais aceitar o jugo

(7) Os outros combatentes, por exemplo.

dos rebeldes, a partida está ganha, mesmo que se produza um insucesso militar isolado; a "base" revolucionária estará, a partir de então, substituída pela nossa, e será mais impermeável ao adversário do que o foi para nós. A autodefesa é, em última análise, a aplicação pelo Poder legal de um processo revolucionário: — militarizar (no que diz respeito ao local e provisoriamente) uma sociedade para torná-la mais coerente e mais dinâmica, física e moralmente.

Tôdas essas organizações devem ser animadas por homens indiscutíveis que nos cabe selecionar e, por vêzes, formar. Muitos dentre eles deverão ser "homens novos", freqüentemente saídos do povo, porque é muito mais fácil à Revolução desmoralizar e isolar os antigos notáveis. Um homem rude, experimentado sob a ação do fogo, se revela muitas vêzes um chefe de autodefesa mais resoluto e mais eficiente do que o ex-prefeito ou o chefe político local; élé tem, também, muito a ganhar ao nosso lado.

Essas considerações conduzem a enunciar o seguinte princípio:

"A conquista (ou a conservação) do apoio popular exige a ORGANIZAÇÃO DO MEIO. Esta organização deve, em caso de necessidade e onde fôr preciso, tomar, provisoriamente, uma forma militar, sobreposta à organização civil". (Autodefesa).

"Esta organização, em particular sob sua forma de autodefesa, será tanto mais sólida quanto mais estiver de acordo com o desejo da população e quanto mais fôr encorajada por personalidades energicas e indubitáveis". (7º princípio).

A CONQUISTA (CONSERVAÇÃO) DO APOIO POPULAR SE APÓIA, TAMBÉM, NA DESTRUIÇÃO DAS FÔRÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS

Quando as populações estão, no todo ou em parte, controladas pelos rebeldes, será vão, durante êste tempo, esperar reconquistá-las, sem lhes inspirar a confiança em nossa fôrça. É preciso persuadi-las de que estamos mais fortes do que a Revolução; se esta pôde dispor de fôrças armadas organizadas, é necessário, então, começar a luta contra elas e conduzi-la eficazmente, tanto para adquirir o respeito e a confiança dos habitantes como para fazer cessar a coação decorrente da proximidade de fôrças rebeldes e para poder restabelecer o contato mediante nossa presença suficientemente diluída e "infiltrada".

"A conquista (conservação) do apoio popular está ligada ao prosseguimento de uma luta eficaz contra as fôrças armadas revolucionárias". (8º princípio).

Se o processo da guerra revolucionária atingir a quarta fase e fôr preciso destruir um exército pseudo-regular, os combates apresentam, aparentemente, o aspecto das batalhas clássicas de outrora (guerra de

movimento). Porém a natureza é diferente. A "Fôrça principal" revolucionária atua na realidade pelo exterior à maneira de uma super-guerrilha. Ela, praticamente, não pode ser fixada e os seus elementos destruídos se reconstituem facilmente. É impossível destruí-la por meio da batalha. O único meio de se obter êxito é pela asfixia mediante a supressão das "zonas liberadas" das quais ela tem necessidade para viver. Isto significa que se deve dispor de suficientes efetivos para ocupar essas "zonas liberadas" e forçar o exército regular a se dissolver em guerrilhas.

"A destruição das Fôrças pseudo-regulares revolucionárias não pode ser obtida por meio da batalha. Porém é possível sufocá-las e forçá-las a passar novamente à guerrilha, ocupando, à fôrça, as zonas de onde ela retira seus recursos humanos e materiais". (9º princípio).

É preciso evidentemente grande efetivo para realizar essa missão. Caso se disponha de tropa com efetivo bastante reduzido a ação será obrigatoriamente progressiva (8). A vitória, porém, será apressada com a queda do moral das tropas revolucionárias e com a diminuição do prestígio que acarretará à Revolução a perda dos territórios "liberados" e a obrigação de retornar da guerra de movimento para a guerrilha. Tal ocasião bem explorada (em particular pela ação psicológica) pode ser o comêço da "contra-ofensiva geral" pelas fôrças da ordem, e pode abreviar, assim, consideravelmente, a duração da guerra.

A destruição das guerrilhas baseia-se, desde o início, no mesmo processo de "esmigalhamento", mas exige, igualmente, que se lhes retire a ajuda da população. Finalmente nunca se deve esquecer que o moral das guerrilhas é frágil; ele se apóia no sentimento de invulnerabilidade, na certeza de manter a iniciativa, de sempre fustigar com o forte ao fraco. Se ao contrário, mesmo sem as importunar freqüentemente, sabe-se dar-lhes a impressão de que estão sendo constantemente perseguidas, sua combatividade diminui rapidamente, tornam-se sem vigor e acabam por dissolver-se. É infinitamente melhor encurralar permanentemente as guerrilhas e matar diariamente um ou dois de seus homens do que atacá-los uma vez por mês, ou alcançar um grande êxito uma vez por ano. A contra-guerrilha se apóia não sobre "grandes operações" esporádicas, comportando o emprêgo de importantes meios, porém sobre uma atividade incessante de pequenas unidades implantadas na zona, conhecendo bem o terreno e respectiva população, aptos a obter, facilmente, com seus próprios meios, suas informações e explorá-las rapidamente.

"O único método para reduzir as guerrilhas à impotência e depois fazê-las desaparecer, consiste (retirando-lhes sempre a ajuda da população) em esgotá-las mantendo-as permanentemente cercadas por unidades adequadas (9) atuando sempre na mesma zona, entre a população que elas muito bem conhecem. (10º princípio).

(8) Este problema será estudado adiante.

(9) Em qualidade e quantidade.

Dispersar grandes efetivos "em proteção" de zonas, eixos e pontos sensíveis é um grave erro". Tal providência conduz ao abandono da iniciativa às guerrilhas que se tornam cada vez mais audaciosas, à desmoralização das Fôrças da ordem e da população. É preciso, então, cada vez mais tropas para proporcionar uma segurança cada vez mais precária.

"A segurança se apóia, antes de tudo, na criação de uma insegurança constante para as guerrilhas; insegurança esta que lhes retira a liberdade de ação". (11º princípio).

TODAS ESSAS AÇÕES DEVEM SER CONDUZIDAS SIMULTANEAMENTE E DE MANEIRA INTEGRAL

Da mesma forma que o organismo revolucionário realiza uma dupla ação de dissolução da sociedade estabelecida e de construção da sociedade revolucionária (que ele militariza para torná-la mais flexível e mais coerente) as Fôrças das ordem devem, portanto, cumprir três missões diferentes:

- destruição do organismo político-administrativo do adversário;
- destruição das Fôrças Armadas revolucionárias;
- conquista (ou conservação) direta do apoio popular, por meio da ação psicológica, pela organização do meio (10) e pelo progresso contínuo do seio da sociedade estabelecida.

As duas primeiras ações visam a destruir a sociedade revolucionária; a terceira tem por finalidade fortalecer a sociedade estabelecida fazendo-a progredir moral, intelectual e materialmente. Porém seria imprudente estas diferentes tarefas. Da mesma forma que o empreendimento adverso só é eficaz se fôr coerente consigo mesmo, nosso trabalho só será coroado de sucesso se ele fôr inteiramente "integrado".

As três ações descritas são com efeito inseparáveis no tempo e no espaço. É impossível destruir o organismo revolucionário sem a ajuda de uma parte mínima dos habitantes ou se ele é protegido por poderosas fôrças armadas; porém a população só se empenhará verdadeiramente ao nosso lado se as tropas rebeldes estiverem mal dirigidas e, principalmente, se a autoridade do organismo revolucionário estiver enfraquecida. É inócuo aniquilar as unidades inimigas se a população as apoia, logo se e a está ainda controlada pelo organismo político-administrativo intato ou se suas simpatias tendem para a Revolução.

Tudo isto parece um círculo vicioso, porém a experiência prova que o menor sucesso obtido em qualquer dessas três ações repercute, no mesmo instante, sobre as outras duas. A captura das elites políticas de uma aldeia, tira aos camponeses o medo, "solta-lhes as línguas" e permite destruir um destacamento de guerrilha; de outra forma a captura de um guerri-

(10) Em particular, se houver necessidade, por meio da miliciarização provisória (autodefesa).

lheiro põe, às vezes, as Fôrças da ordem em condições de destruir uma célula política; do mesmo modo, felizes medidas administrativas, econômicas ou sociais são suficientes, por vezes, para restituírem a confiança aos habitantes que abandonam espontâneamente seu comissário político, etc.

Em resumo, parece que é impossível separar, durante a ação, as diversas atividades da luta contra a Revolução. Realmente, porque é absurdo pretender reservar aos gendarmes e aos policiais a destruição do organismo subversivo, ao exército a luta contra as fôrças armadas rebeldes e à administração, ajudada pelas assistência médica, magistério, obras públicas, etc., a tarefa chamada "de Pacificação" (como se a destruição da infra-estrutura política e dos bandos revolucionários não fosse essencial à pacificação)! A guerra revolucionária desorganiza a sociedade, impede os representantes da autoridade civil de cumprir normalmente sua missão e com mais forte razão de executar tôdas as novas missões que se impõem. Administradores, homens públicos, médicos, mestres, funcionários públicos ameaçados não podem mais viver isolados, inspecionar seus subordinados ou seus setores de trabalho, nem dirigir seus cursos sem proteção; gendarmes e policiais não são mais suficientemente numerosos e vêm sua liberdade de ação se restringir. De outra parte, o Exército tem constantemente necessidade de ajuda dos civis, em particular no domínio da logística e das informações. Sem um contato estreito e permanente com a população, ele não pode obter nenhum sucesso importante. Finalmente, seria insensato não aproveitar o esquadrinhamento que os efetivos militares permitem para multiplicar a ação das autoridades civis sobre a população. Compreende-se porque o Exército Francês na Argélia foi levado a participar no desmantelamento da trama rebelde, a abrir oficinas, a construir novas aldeias, assegurar em parte a assistência médica, o funcionamento das escolas e até de agências de correios, etc. É, realmente, impossível separar as diferentes tarefas da pacificação. O Exército deve tomar sob sua responsabilidade, de acordo com as circunstâncias, tôdas as tarefas que os civis não mais possam cumprir eficazmente. Inversamente, os civis devem lhe dar sua ajuda tôdas as vezes que estiverem em condições de fazê-lo, orientando e conduzindo sua ação em íntima união com os militares.

"A Pacificação é um todo. O sucesso da luta contra a revolução exige em todos os escalões a integração, em uma única ação global, de tôdas as ações particulares civis e militares prèviamente reconhecidas como necessárias. (12º princípio).

UMA TÁTICA "GERAL"

Ao ensaiar-se traduzir em termos militares (uma vez que também se trata de uma "guerra") tôdas as conclusões precedentes, surge imediatamente que a integração das diferentes ações reconhecidas necessárias não é senão a realização de uma tática verdadeiramente "geral", por isso que se manifesta em todos os domínios da atividade humana e em-

prega os meios civis e militares. Ao lado da tática militar haverá, para o futuro, uma tática psicológica, uma tática econômica, uma tática social, etc.; essas diferentes táticas, como outrora as táticas das armas (infantaria, cavalaria...), só serão eficazes se se integrarem no seio de uma tática que se chamava antigamente "geral", porque era "interarmas" porém que, hoje, comprehende diversos ramos civis.

O segundo princípio, pode, portanto, se expressar sob a forma seguinte que resume tôdas as precedentes:

"A conduta da luta contra a Revolução só pode ser concebida como a aplicação de uma tática verdadeiramente "geral" (no sentido "civil — militar" e não mais "interarmas"), que combine, em todos os escalões, os meios de toda natureza, políticos, psicológicos, administrativos, judiciários e policiais, econômicos, sociais, culturais, militares, tendo em vista conservar (ou conquistar) o apoio popular ao governo legal e, simultaneamente, destruir o núcleo e as forças armadas revolucionárias."

A aplicação dêste princípio essencial impõe evidentemente a existência em todos os escalões até o mais baixo de uma "cabeça" para conceber e realizar esta tática de uma maneira perfeitamente coerente adaptada ao meio e ao inimigo locais e aos meios de que se dispõe. A única solução realmente satisfatória consiste na designação de um chefe e de um único (11). Pouco importa que ele seja civil ou militar. É, porém, essencial que ele tenha plena consciência da natureza total da luta, que conheça seu adversário, que disponha de todos os meios necessários e que saiba se servir dêles. De acordo com a situação e a dosagem desses meios, pode-se logo ser levado a confiar o comando seja a um civil, seja a um militar. Conclui-se, assim, que freqüentemente um estará sob as ordens do outro. Uma tal mistura das hierarquias não se fará harmoniosamente senão se uns e outros se conhecerem bem e aplicarem a mesma doutrina. O terceiro princípio deve logo ser completado assim:

"A aplicação dêste princípio essencial implica a realização da unidade de comando (no mínimo moral e intelectual)."

A Unidade de Comando exige a unidade de doutrina. Ela se traduz pela elaboração e a execução, em cada escalão, de uma verdadeira "idéia de manobra" adaptada à situação local e obedecendo aos princípios enumerados anteriormente. Ela implica na unificação da organização da informação, etc.

TÁTICA E ESTRATÉGIA

Na guerra clássica, a estratégia e a tática diferiam principalmente por sua natureza; a estratégia geral, relativa à conduta da guerra, com-

(11) Se o comando é "colegiado" o sucesso repousa na boa compreensão de muitas pessoas. Uma tal forma tem algumas vezes sido feliz; não se deve fazer dela uma regra de organização.

preendia um ramo econômico, um ramo político e diplomático, um ramo militar, etc. A tática denominada "geral" era estritamente militar e só dizia respeito à conduta do combate por meio da combinação das armas.

Esta distinção essencial desapareceu com o advento da guerra revolucionária. Mesmo nos pequenos escalões (comandante de posto ou comandante de subquarteirão) a ação de comando sobre o território obriga, como se viu, a conduzir uma ação geral, combinando meios de toda espécie e atuando em todos os domínios, tanto civil como militar. Se geralmente subsiste uma tática militar (combates, emboscadas, reconhecimentos, etc.) esta tática militar deve ser integrada na tática geral civil-militar. Esta integração é tão essencial, desde que os pequenos escalões, que a estratégia militar tende a desaparecer na maior parte das guerras revolucionárias. Todos os problemas militares que se apresentaram nestas guerras eram problemas táticos e não estratégicos (estes reapareceriam apenas numa guerra revolucionária violenta e em grande escala, mundial, por exemplo). Pode-se logo perfeitamente dizer que não há mais diferença de "natureza" entre a estratégia e a tática geral.

Porém a estratégia e a tática se distinguem ainda por dois pontos: os prazos em que elas se executam e o escalão no qual elas se realizam. Se a primeira diferença tende a desaparecer (para pacificar uma aldeia ou um "aduar" faz-se o cálculo em meses como em estratégia) a segunda subsiste. No nível de comando correspondente a teatro ou governo as preocupações permanecem estratégicas; o nível de comando de departamento (*) de zona ou de setor, elas permanecem táticas.

Se não existe mais diferença de "natureza" entre estratégia e tática, todos os princípios que temos enunciado anteriormente são igualmente aplicáveis à estratégia. Ao se refletir sobre o assunto, não se poderá deixar de ficar admirado, por isso que a Revolução aplica os mesmos métodos e executa os mesmos processos tanto para criar uma pequena base como para conquistar o mundo. Guardadas as devidas proporções, as preocupações de um comandante de posto isolado da Argélia são da mesma natureza que as do Ministro Residente em Argel ou do governo em Paris. Com efeito, o primeiro princípio, aquêle da determinação e o segundo, o do "bloqueio" do processo revolucionário pela ação das Fôrças da Ordem, onipresentes são, sobretudo, de importância no escalão estratégico.

Convém agora voltar a onipresença das Fôrças da Ordem. Estas, nós vimos, compreendem todos os meios de que a autoridade dispõe para a luta. Durante as duas primeiras fases da guerra revolucionária, o exército desempenha um papel discreto e o sucesso depende essencialmente da administração que dispõe de seus meios normais. (embora o exército já possa ajudar consideravelmente em particular no ultramar, pelas possibilidades de "presença" e ação psicológica que seus efetivos permitem). Porém se a terceira ou mesmo a quarta fase foi atingida,

(*) Cada uma das grandes divisões administrativas do território francês.

a tarefa do exército, na missão de pacificar, torna-se muito importante; não se pode mais dispensá-la por isso que a onipresença das Fôrças da Ordem só pode ser assegurada por meio dos seus efetivos.

Uma grave falta deve, então, ser evitada: dispersar exageradamente os efetivos. Se a densidade das tropas não fôr suficiente em determinada zona, a população dessa zona continuará efetivamente a se corromper e a presença das nossas Fôrças tornar-se-á antes prejudicial que útil; uma região que foi conquistada pela Revolução apesar da presença de nossas fôrças será muito mais difícil de ser reconquistada, depois. Em tática e, principalmente em estratégia, um problema se apresenta imediatamente: *qual a área que pode ser adotada como objetivo de pacificação com os efetivos de que dispõe?*

A resposta é diferente para cada caso particular. A densidade de tropas necessária ao esquadrinhamento deve, com efeito, ser apreciada antes de tudo em relação à densidade da população, porém, deve também ser função da superfície a cobrir, da natureza do terreno, da fôrça do inimigo, do estágio atingido pela subversão e, finalmente, da qualidade e do grau de adaptação das tropas empregadas no país e da sua missão. Em muitos casos não se dispõe de efetivos necessários para empreender, numa única tentativa, a pacificação em todo o território ameaçado. É preciso, portanto, empregar o método bem conhecido da "mancha de óleo" ou processos como o da criação de zonas interditas e o reagrupamento das populações. Porém é essencial jamais perder de vista o grave perigo que haverá em deixar à inteira disposição do inimigo "zonas liberadas", sobretudo se são regiões ricas em recursos humanos e materiais ou se são vizinhas de países estrangeiros que favorecem à subversão.

Uma regra — a única — própria à estratégia, prescreve de fato *isolar o mais possível do exterior o território onde a guerra revolucionária se faz com violência* (14º princípio). Materialmente, de início, porque a ajuda que a Revolução recebe do exterior lhe permite apressar o desenvolvimento do seu processo. Moral e psicológicamente depois, porque o apoio moral que os insurretos recebem do exterior prolonga sempre a luta e a torna mais mortífera (12). Inversamente, a ação revolucionária no exterior se beneficia do que se passa no teatro de operação (13). Como muitas vezes é mais fácil isolar um território ameaçado do que

(12) Em alguns setores da Argélia os oficiais de informações resumem a evolução da subversão indicando o número de exemplares de um grande jornal diário da Metrópole que é vendido em sua zona: — "Aqui a coisa vai mal, a venda de... aumentou; aqui a coisa vai melhor, a venda de... baixou".

(13) A interação da revolução local e do partido da revolução mundial (mais precisamente de todas as fôrças revolucionárias) se manifesta de maneira evidente a propósito da campanha "pela paz da Argélia". O PC e seus auxiliares da Metrópole e da União, os Estados comunistas e árabes no Mundo trabalham pelo êxito da F.L.N.: este aspecto do problema é evidente. Porém inversamente, e isto tem sido menos assinalado, eles se servem desta campanha para aumentar sua audácia e fazer crescer sua influência em todos os países e em todos os organismos internacionais.

conduzir uma luta eficaz contra os aliados externos da Revolução, essa providência deve sempre ser aplicada, sem que para isso se despreze o segundo ponto.

Porque a luta não é limitada ao teatro de operações. Sob sua forma não violenta, porém insidiosa, ela envolve tôda a União Francesa, o Mundo inteiro. Da mesma forma que na Argélia, existem atualmente zonas "corrompidas", setores disputados e regiões intactas ou já pacificadas que devem ser preservadas, o conjunto da União compreende territórios "intactos" onde o inimigo desenvolve, com dificuldade, sua primeira fase, províncias mais atingidas onde ele já está na segunda fase e, enfim, a Argélia onde ele atingiu a terceira. Constatamos que a rebelião nesta Província não tem mais possibilidades de passar à quarta fase e de vislumbrar a vitória no plano local. Porém, a vitória pode ser obtida na Metrópole; os representantes da revolução atuamativamente lá, ajudados pelo partido comunista e seus auxiliares. A própria revolução é apoiada também nos setores diplomáticos; moral e algumas vezes materialmente pelo Marrocos e pela Tunísia (14), pelos Estados comunistas e seus aliados. A menor sublevação de uma tribo oculta da África é da mesma forma apoiada por todos os inimigos interiores da Nação, pela Liga Árabe, pela URSS e seus satélites, etc. (15). Torna-se portanto muito difícil, em todos os numerosos casos, dominar tais revoltas sem conceber e aplicar uma estratégia contra-revolucionária na escala da União Francesa.

Finalmente, a longo prazo, a União não se pode salvar sózinha. Apesar de certas dificuldades que não devem ser subestimadas, o partido da revolução mundial realiza uma estratégia única. Sua derrota exige, portanto, de nosso lado outra definição e aplicação de *estratégias locais e nacionais*, e de uma *estratégia ocidental*.

As regras do combate contra a revolução totalitária estão, portanto, desde já, conhecidas. Quer se trate de estratégia no mais alto escalão ou de tática relativa a um distrito ou a um bairro, é suficiente compreender que o objetivo da guerra é a adesão da população e que esta não pode ser conquistada (ou ser conservada) senão com a realização de uma estratégia e de uma tática realmente gerais, combinando em cada escalão os meios de tôda natureza para realizar uma única idéia de manobra.

É, porém, essencial compreender perfeitamente a interação da estratégia e da tática. Se a União Francesa é hoje especialmente atacada é porque ela representa um adversário digno de escolha, enfraquecido por seus "antagonismos internos" de tôdas as espécies, cuidadosamente corrompida e explorada há vários anos; dessa forma é que diversos reveses têm dado uma aparência de verdade ao mito do "determinismo

(14) Com nuances.

(15) Os acontecimentos da Sanaga marítima (Camerum) devem merecer tôda nossa atenção. Lá, estamos em presença da primeira revolta verdadeiramente comunista na África e ela se efetua em estreita ligação com a subversão pan-árabe organizada no Cairo.

histórico", uma indubitável atenção ao derrotismo. A ação dos nossos inimigos tem, assim, dado origem a esse paradoxo: no momento em que as oportunidades da França são maiores do que jamais foram, graças à sua nova demografia, às suas riquezas em fontes de energia (16), franceses entre os melhores, chegam a duvidar do futuro. No momento em que a Rússia, a Índia, a China e mesmo os Estados Unidos ampliam seus impérios, em que novos e violentos imperialismos se revelam (17), em que a Europa só cuida de si, em que um pequeno Estado como Portugal prova, cada dia, a coesão da comunidade de várias raças que ele fundou, os franceses foram tão bem trabalhados que vozes se elevam para proclamar "a irremediável desagregação dos impérios" e pregar a retirada voluntária para o hexágono... Insucessos táticos são assim a causa de uma mediocre situação estratégica.

Uma oportunidade única se apresenta a nós para inverter esta situação. É claro que se o partido da revolução mundial e seus aliados forem impedidos de atuar na Metrópole, a Argélia será salva e "a fortiori" o resto da União. De modo inverso se a Argélia fôr pacificada, o falso ídolo do determinismo histórico será derrubado, o derrotismo será desfeito, a União reencontrará sua autoridade moral e econômica, o prestígio do Exército Francês será assim restabelecido com mais solidez do que nunca (18).

O futuro da França dependerá, portanto, da inteligência e da vontade, com as quais, em todos os escalões, forem executadas a estratégia e a tática contra-revolucionárias. Doutrina e regulamentos são apenas uma base; o sucesso se apóia principalmente na sua enérgica e hábil aplicação:

"A guerra é uma arte simples e só de execução."

OS PRINCÍPIOS DA TÁTICA ANTI-REVOLUCIONÁRIA

1º — "Tratar de igual para igual com um movimento revolucionário totalitário não põe fim ao seu designio; facilita e ajuda seu sucesso.

2º — "Todo território onde se realiza uma revolução armada deve ser isolado moral e materialmente do exterior, ao máximo possível".

3º — "O processo da guerra revolucionária pode ser bloqueado tanto mais facilmente quanto mais cedo fôr combatido. Esta batalha de contenção se apóia na onipresença permanente das Forças da Ordem (no sentido amplo)".

(16) Urânia na Metrópole; petróleo e hidroeletricidade no ultramar.

(17) Imperialismo egípcio; indonésio, marroquino...

(18) Quem não percebe que o "reinício" da guerra na Argélia seria efetivado de maneira decisiva, no dia em que os rebeldes deixassem de ser encorajados, ajudados por alguns franceses da França, no dia em que as populações argelinas tivessem finalmente certeza de que a França não capitularia, nem jamais se abandonaria aos seus algozes? Se os rebeldes precisam, no ambiente atual de incerteza, assassinar cada mês centenas de muçulmanos para tentar assegurar o controle da população, é claro que uma esmagadora maioria de argelinos se revoltaria contra a F.L.N. se nossa vontade de permanecer e de vencer fosse retumbante, convincente.

4º — “A conduta da luta contra a revolução totalitária só se pode conceber como a aplicação de uma estratégia e de uma tática da mesma espécie, verdadeiramente gerais (no sentido “civil-militar” e não mais “interarmas”), combinando em todos os escalões os meios de toda natureza, políticos, psicológicos, administrativos, econômicos, sociais, culturais, militares, tendo em vista conservar (ou reconquistar) o apoio popular ao governo legal e, simultaneamente, destruir a organização e as forças armadas revolucionárias.

A aplicação deste princípio essencial implica na realização da unidade de comando (no mínimo moral e intelectual), da unidade de informação, da ação psicológica, etc.”.

5º — “A vitória contra a revolução totalitária, armada ou não, se apóia, antes de tudo, na destruição da “organização” político-administrativa-militar revolucionária. Esta “organização” deve ser considerada como o verdadeiro inimigo”.

6º — A conquista (ou a conservação) de um amplo apoio popular é ao mesmo tempo o objetivo das autoridades legais e um meio essencial à vitória”.

7º — “A conquista (ou a conservação) do apoio popular, se baseia:

a) Na conquista psicológica da população (ou na conservação da sua adesão moral). Esta se fundamenta de uma parte na exploração das contradições ideológicas da Revolução e de outra Fé nos conceitos universais da civilização e na difusão desses conceitos”.

b) No aperfeiçoamento contínuo da ordem antiga objetivando uma ordem nova capaz de consolidar as esperanças da população.

c) Na organização do meio. Esta organização deve, em caso de necessidade e onde for preciso, tomar provisoriamente uma forma militar adaptada à organização civil (autodefesa). Sob sua forma de autodefesa em particular, esta organização será tanto mais sólida quanto mais ela estiver de acordo com o desejo da população e quanto mais ela for encorajada por personalidades enérgicas e indubitáveis.

8º — “A destruição das forças armadas revolucionárias não é um fim porém, antes de tudo, um meio para conquistar o apoio popular”.

9º — “A destruição das forças revolucionárias pseudo-regulares não pode ser obtido apenas por meio do combate. Porém é possível “sufocá-las” e forçá-las a retornar à guerrilha, ocupando em força as zonas onde elas possuem seus recursos humanos e materiais”.

10º — “O único método para reduzir as guerrilhas à impotência e, em seguida, fazê-las desaparecer consiste (antes retirando-lhes pouco a pouco o apoio da população) em esgotá-las moral e fisicamente assediando-as permanentemente com unidades adequadas em qualidade e em quantidade, que atuam sempre na mesma zona e entre a mesma população que conhecem perfeitamente”.

11º — “A segurança dos eixos e pontos sensíveis em uma zona de guerrilha repousa, antes de tudo, não em uma proteção estática, sempre aliatória, porém na criação de uma insegurança constante para as guerrilhas”.

DOCTRINA MILITAR NACIONAL

"O problema é diferente para cada país, dependendo de ser ele uma grande potência industrial, ter as novas armas e de quanto a política e a administração estão ligadas às necessidades das grandes massas. Tudo isso influencia a elaboração final de uma doutrina e o estabelecimento dos princípios a que o país e suas forças armadas obedecerão na guerra. Por esse motivo, as doutrinas oficiais e semi-oficiais e a reorganização dos exércitos dos diferentes países em geral revelam o verdadeiro aspecto da situação interna e externa."

General VIKTOR BUBANJ, ex-iugoslavo

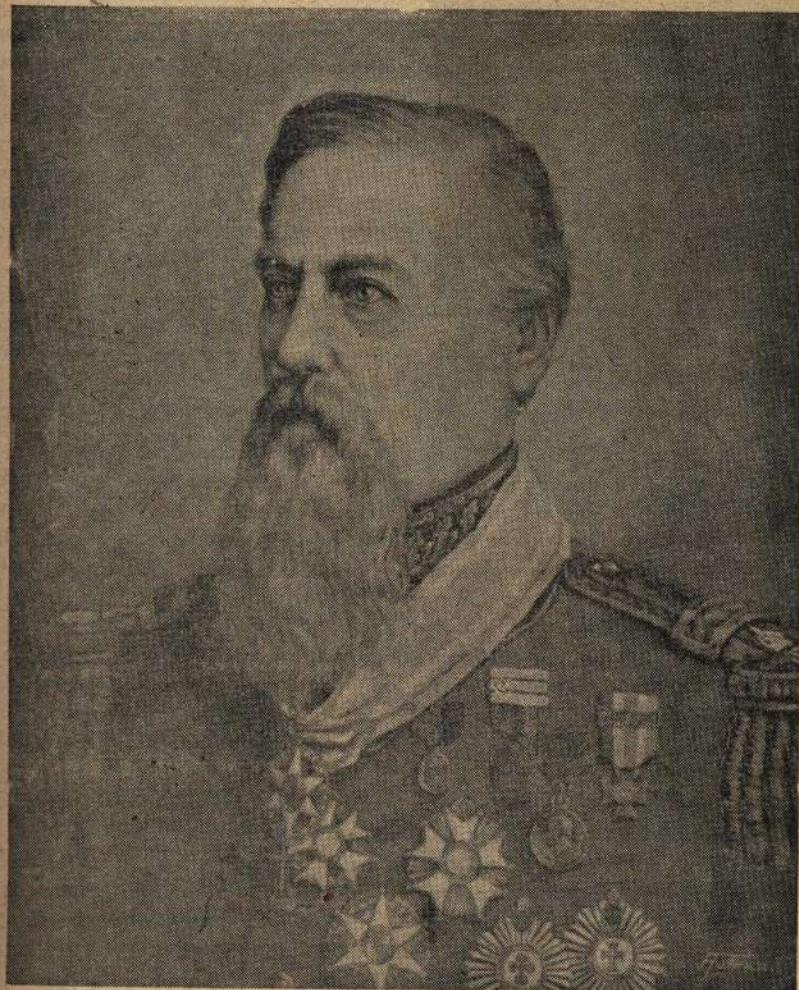
DOCTRINA E TÉCNICA

"O passo de sete léguas dado pela tecnologia possivelmente permitiu maior progresso nos últimos 15 anos do que nos 15 séculos anteriores. Esta constatação torna bem claro que o progresso científico e tecnológico, para criar novo equipamento, é mais fácil de conquistar, muitas vezes, do que o progresso doutrinário, isto é, o desenvolvimento de novas concepções e sua integração completa como componente do poder de combate. A causa é que a complexidade crescente da evolução doutrinária, com seus valores humanos e éticos, períodos de elaboração e opiniões divergentes, é normalmente terreno mais difícil de desbravar do que o dos problemas de laboratório ou de fábrica. O progresso doutrinário também é mais complexo do que o tecnológico porque o pensamento profissional militar não se pode limitar ao material, com exclusão de novas táticas e idéias mais ou menos independentes daquele — as ligadas à chefia, os problemas de moral, comunicações, psicologia e organização. A sobrevivência nacional impõe o aproveitamento da tecnologia no máximo grau possível.

Em consequência, o militar profissional deve continuamente procurar hoje trocar o manto da praxe e da suficiência por uma busca incessante de respostas realistas e práticas aos problemas de amanhã."

Gen Div LIONEL C. McGARR, Cmt ECUME/EUA

HOMENAGEM AO SESQUICENTENÁRIO
DA
ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS



EMILIO LUIZ MALLET — PATRONO DA ARTILHARIA

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

HISTÓRICO DO CURSO DE ARTILHARIA

Os primeiros vestígios do ensino militar no Brasil datam de 1698, no Rio de Janeiro, através das lições dadas aos condestáveis e Artilheiros dessa praça, sobre o uso e manejo da Artilharia, sendo mestre o Capitão Engenheiro GREGÓRIO GOMES HENRIQUES.



General Aventino Ribeiro, Cap Cmt
da Bateria em 1919/1920

Este curso era freqüentado por alunos maiores de 18 anos.

Denunciado ao Governador "por culpas que resultaram de erros de um ofício", é preso e recolhido à Cadeia da Cidade, continuando, entretanto, a ministrar aulas sobre Artilharia, na Cadeia. Sendo julgado e condenado a 4 anos de degrêdo na Colônia do Sacramento, é substituído por Francisco de Castro Moraes.

O ensino é acrescido, em 1710, da parte de "Artifícios de Fogos", sendo encarregado deste assunto o Capitão de Artilharia Antônio Antunes (para isso receberia mais 4\$000 por mês).

Em 1738, há um novo progresso com a criação, ainda no Rio de Janeiro, de um Térço de Artilharia, onde também se ensinava a teoria da Artilharia, ministrada por José Fernandes Pinto d'Alpoim; e o oficial para conseguir promoção teria que estudar esta "aula" pelo espaço de 5 anos. Foi nesta época que se editou o primeiro livro no Brasil: "Exame de Bombeiros".

Em 1763 foi inaugurado pelo Conde da Cunha o Trem de Artilharia.

Em 1792 é instalada a primeira Academia: "Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro". O curso era feito em 6 anos e no 3º estudava-se, entre outros assuntos, a teoria de Artilharia.

No fim de cada ano havia um exame e o processo usado era o do ponto sorteado 24 horas antes da arguição.

O curso de Artilharia era tirado até o 5º ano.

Com a criação desta Academia o ensino passou a visar à formação de oficiais de todas as Armas, o que não se dava antes. Instalou-se na Casa do Trem de Artilharia, na Ponta do Calabouço, onde hoje funciona o Museu Histórico Nacional.

O seu primeiro lente foi o Coronel Antônio Joaquim de Oliveira, lente da Aula do Regimento de Artilharia desde 1774.

Em 1795 há o desdobramento desta Academia e é criada uma outra destinada ao preparo dos oficiais da Arma de Infantaria.



Fotografia tirada em Tuiucuê, onde reconhecemos: sentado, Emilio Luiz Mallet, então Cel Cmt da Brigada de Artilharia; em pé, Cap Antonio Julio de Medeiros Mallet (o mais baixo), Cap Pedro Felix de Medeiros Mallet e Maj em comissão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, seus três filhos.

Numa quarta-feira, 10 de junho de 1801, nascia em Dunquerque, na França, aquél que seria no futuro o patrono da Arma de Artilharia, Emilio Luiz Mallet.

Como fato marcante para o progresso de nosso ensino temos a chegada de D. João de Bragança (D. João VI) no Brasil em 1808, que deixa Portugal trazendo sua Corte.

Logo sentíamos os efeitos dos benefícios trazidos quando em 13 de maio de 1810 manda estabelecer "uma fábrica de fundição de peças de artilharia e de canos de espingarda".

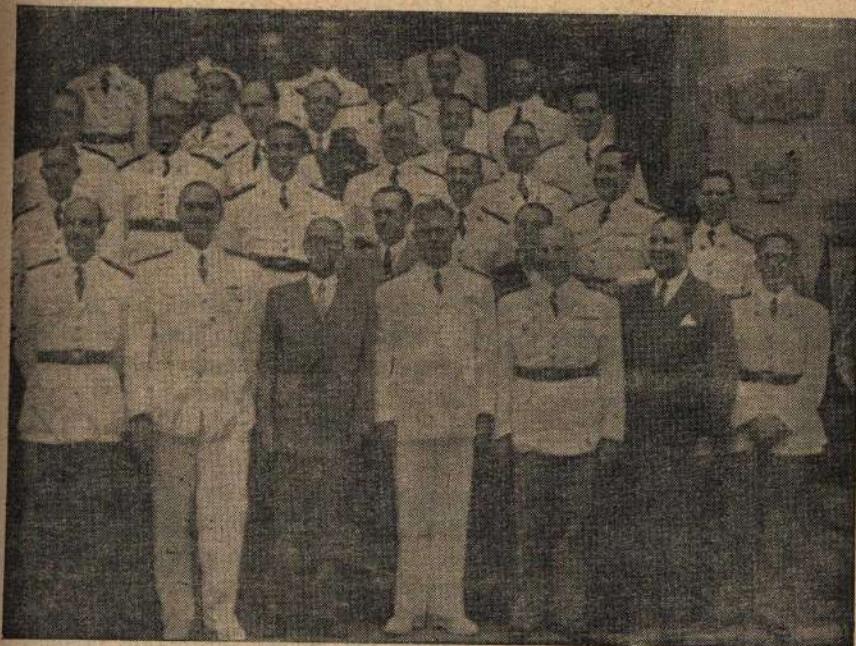
Em 14 de julho de 1810 manda também que cada Companhia de Artilharia tenha um 2º Tenente agregado para comandar as peças ligeiras, destinadas a combater com as tropas de linha. Diz ainda que os cadetes e oficiais inferiores que almejam à promoção a esse posto sejam aprovados nos estudos do 1º ano do Curso Matemático Militar e na prática

de Artilharia. Compreende D. João VI, que "só a espada não basta ao oficial, mas que lhe são precisos também a inteligência e o saber", a primeira só se desenvolvendo pela reflexão e o segundo se adquirindo pelo estudo. Compreendera patrioticamente ainda que consolidar a força do Exército é preparar a prosperidade e a grandeza da Pátria, e que o Brasil pelas suas condições necessitava de uma tropa de escol.

Culminando com a Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810 "a criação no Rio de Janeiro de um Curso Regular das Ciências Exatas e de observação, assim como de todas aquelas que são aplicações das mesmas aos Estudos Militares e Práticos que formam a Ciência Militar de maneira que dos mesmos Cursos de Estudos se formem hábeis Oficiais de Artilharia e Engenharia". Nasce a Academia Militar para um Curso no qual se inclui o ensino da Artilharia, que teria um polígono de tiro para os seus exercícios, conforme prevê a mesma Carta de Lei. O Curso seria de 8 anos e somente no 7º começava o estudo da "Artilharia teórica e prática".



Turma de Aspirantes de Artilharia e Engenharia de 1919, onde reconhecemos:
 Asps 1 — Asdrubal Escobar, 2 — Afonso de Carvalho, 3 — Prati de Aguiar,
 4 — Honorato Pradel, 5 — Milton Daemon, 6 — Eduardo Gomes, 7 — Bévilqua,
 8 — Henrique Cunha, 9 — Santos Dias, 10 — Osvino Alves, 11 — Stenio Lima,
 12 — Lírias Rodrigues, 13 — Daudt Fabricio, 14 — Lincoln de Queiroz, 15 — Altair
 de Queiroz, 16 — Otávio Pinto, 17 — Plínio Cardoso, 18 — Rodrigo Mauricio,
 19 — Siqueira Campos, 20 — Ivo Borges, 21 — André Braga, 22 — Bina Machado
 e 23 — Costa Leite.



AIGUNS CADETES DA FOTOGRAFIA ANTERIOR ANOS DEPOIS

O curso completo só era obrigatório para os oficiais engenheiros e de Artilharia. As aulas foram abertas na Academia numa terça-feira, 23 de abril de 1811, com a assistência de D. Rodrigo de Souza Coutinho (Conde de Linhares) então Ministro da Guerra, que cooperou sobremaneira para a fundação deste Estabelecimento de Ensino, embrião da atual Academia Militar das Agulhas Negras.

Em 1812 passa a funcionar no edifício que hoje é a Escola de Engenharia, no Largo de São Francisco de Paula e que, naquela época, estava em adiantado estado de construção com o objetivo, depois abandonado, de instalar a Catedral do Rio de Janeiro.

Foram criados prêmios para os três alunos melhores classificados em cada ano (exceto para o 1º) que receberiam: 20 moedas de ouro para o 1º, 15 para o 2º e 10 para o 3º (cada moeda com o valor de 4\$800). Manoel da Costa Pinto, Sargento-Mor de Artilharia, era contado entre os primeiros lentes da nova Academia e lecionava “Artilharia Teórica e Prática, Minas e Geometria Subterrânea”.

Em 2 de dezembro de 1818 há uma profunda reforma nos estatutos.

Com a proclamação da Independência a Academia fundada em 1810 passa a se chamar Academia Imperial Militar.

Nesta época, quarta-feira, 15 de novembro de 1822, Mallet sentou praça como 1º cadete. No entanto, em virtude de uma lei, em 1830 é colocado para fora do Exército.

A 5 de dezembro de 1831 o Imperador determina que se organize um plano para modificação do estudo na Academia, visando:

- 1º — melhor distribuição das matérias pelos diferentes anos de cada curso;
- 2º — multiplicação dos exercícios práticos;
- 3º — aumento da ordem e da disciplina.

E, como consequência, em 9 de março de 1832 reforma a Academia incorporando a ela a dos Guardas-Marinhas, tomando então o nome de Academia Militar da Corte e passando a ter quatro cursos, entre eles:

Curso Matemático — 4 anos;

Curso Militar — 2 anos.

Para que se fosse declarado oficial de Artilharia, era necessário cursar 3 anos do Curso Matemático e 1 ano do Curso Militar.

O decreto de 22 de outubro de 1833 separa a Academia Militar da Academia da Marinha, consórcio momentâneo e passageiro que parece não ter produzido bons frutos, e prevê que o ensino de Artilharia seja feito no 3º ano de um curso de seis. São também instituídos prêmios em dinheiro (120\$000), aos melhores discípulos.

Porém este regulamento não teve tempo para amadurecer e produzir os resultados que decreto os legisladores esperavam e eis que, em 3 de fevereiro de 1834, passa a Academia para 8 anos de curso, sendo que no 2º era lecionado "Cálculo das probabilidades" e às matérias propriamente militares a partir do 5º ano, como, por exemplo: "Artilharia Teórica e Prática" no 7º. Para ser declarado oficial de Artilharia era imprescindível cursar os 8 anos.

Pelo Decreto n. 25, de 14 de janeiro de 1839, a Academia teve nova organização sendo denominada, a partir de então, Escola Militar. Em 22 de fevereiro de 1839, com um novo regulamento, a Escola passa a ter o curso das 3 Armas (Inf, Cav, Art) além dos de EM e Eng que deveriam ser completados em 5 anos.

Ensina-se "Cálculo das probabilidades e Instruções de Artilharia" e no 5º havia a Cadeira de Artilharia, sendo lente João Paulo dos Santos Barreto.

Pela Lei n. 149, de 27 de agosto de 1840, é criado o quadro de "alferes-aluno" para premiar os que mais se destacassem nos estudos.

O Decreto n. 140, de 9 de março de 1842, aprova novos Estatutos para a Escola Militar, passando para o 6º ano a Cadeira de Artilharia e reduzindo o curso para 7 anos. Pelo decreto de 1 de março de 1845, novo regulamento é posto em prática, com um curso ainda de 7 anos,



"CHARGE" publicada na Revista da Escola (1924)

no qual se estudava Artilharia no 6º, último ano para os que seriam declarados dessa Arma. Como curiosidade, um lente nesta época recebia 100\$000 e um Capitão do Exército 60\$000.

Em 5 de outubro de 1850 regularizam-se as manobras e exercícios das diferentes Armas do Exército, determinando-se que seja adotado para a Arma de Artilharia as Instruções organizadas pela comissão de prática de Artilharia para o serviço das diferentes bocas de fogo montadas em reparos à Onofre; e regulando para a Artilharia Montada as instruções organizadas pelo Marechal-de-Campo João Carlos Pardal e para as manobras das baterias de campanha as da guarda real francesa.

Por esse tempo (20 de setembro de 1851) é reintegrado no Exército e no antigo posto Emílio Luiz Mallet.

Por um decreto de 23 de janeiro de 1855 (o de n. 1.356) é alterado o curso da Escola, e nesta data, também é criada a Escola de Aplicação do Exército onde funcionaria o 5º e o 6º ano da Escola Militar, por serem constituídos de matérias propriamente militares.

Em 1 de março de 1858, a Escola Militar da Corte tem o seu nome mudado para Escola Central e a Escola de Aplicação do Exército para Escola Militar e de Aplicação. A 1ª ensinaria matemática, ciências físicas e naturais e doutrinas próprias da Engenharia civil, enquanto que a 2ª abordaria o ensino teórico e prático das doutrinas militares para os alunos, oficiais e praças das diferentes Armas. A Escola Militar Preparatória da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, criada nesta

data e oriunda do Curso de Cavalaria e Infantaria instalado nesta Província desde 20 de setembro de 1851, ensinaria as doutrinas preparatórias exigidas para os cursos das diferentes Armas e a instrução elementar e prática dos exercícios militares das Armas de Artilharia, Infantaria e Cavalaria. O curso da Escola Central seria de 6 anos e o da Militar e Aplicação de 2 anos. O oficial para ser declarado da Arma de Artilharia teria que cursar os 3 primeiros anos da Escola Central e os 2 outros da Militar e de Aplicação.

Em 21 de abril de 1860 a Escola Militar e de Aplicação passa a se chamar Escola Militar e em 14 de maio de 1860 o Curso da Escola Central passa para 3 anos.

Pelo decreto de 22 de abril de 1863 o ensino militar passa a ser feito na Escola Militar, Escola Militar Auxiliar (ex-Escola Militar Preparatória) e Escolas Preparatórias, ficando a da Corte anexa à Escola Militar da Corte.

Os Cursos das Escolas Preparatórias eram de 2 anos, e o da Escola Militar da Corte de 3 anos, sendo que no seu último ano estudava-se Artilharia. A Escola Central receberia os aprovados nestes 3 anos para a realização de 1 curso de 6 anos.

Travando-se a guerra entre o Brasil aliado à Argentina e o Uruguai, e o governo paraguaio, a vida nacional por inteiro se ressentiu das conseqüências que esse grave acontecimento produziu. As Escolas Militares viram seus exercícios suspensos, as suas aulas paralisadas e só depois da guerra seria lícito cuidar novamente de imprimir-lhes revigorante impulso e mais completa organização.

Se considerarmos este espaço de tempo, i.e., da fundação da Academia Real Militar até à guerra do Paraguai como um período, tal qual o eminentíssimo Coronel Lima Figueiredo, diremos que "houve tendência para aumentar os conhecimentos culturais, teóricos de nossa oficialidade, sem que fosse cuidada a parte prática profissional, que chegou ao ponto de ser realizada por ocasião das férias entre dois anos letivos. A preocupação do título de doutor, de anel e de bacharelismo deu ao Exército uma mentalidade diferente, incompatível com a missão que lhe está destinada".

Confrontando as diversas tentativas de regulamentação do ensino, torna-se difícil compreender claramente os motivos de açãoamento com que a cada passo se empreendiam as mudanças mais ou menos profundas e radicais. Não se observa em geral o natural desejo de acompanhar o progresso ou aproveitar as lições da experiência própria ou de outros povos. Muita vez, é apenas questão de mudança de rótulo ou de ordem na distribuição das disciplinas pelo curso. Tem-se a sensação de que executavam vagos e incoerentes ensaios, tateando a êsma, sem uma orientação segura, acompanhando apenas as oscilações dos partidos políticos ou caprichos dos poderosos do dia.

De modo que os frutos de uma sementeira, às vezes cuidadosa e racional, não tinham tempo de atingir a maturidade, pois que a primitiva cultura depressa era abandonada para ser substituída por uma nova, cheias das mais fecundas esperanças.

Neste período nos preocupávamos mais em formar Artilharia de fortificação e de sitio, pois tínhamos que defender nossos 8.000 km de costas permanentemente atacados por estrangeiros, daí um dos objetivos colimados com a fundação da Academia em 1810: A Engenharia deveria construir nossos fortões e a Artilharia guarnecê-los. Com a experiência da guerra do Paraguai e com diminuição dos ataques às nossas costas, passamos, a partir dessa época, a formar principalmente Artilharia de Campanha.

Como conhecer o cadete..



de Artilharia

"CHARGE" de 1932

Em 15 de julho de 1885, quarta-feira, mesmo dia da semana em que nasceu e sentou praça, foi reformado no posto de Tenente-General e em 2 de janeiro de 1886 morre, com mais de 85 anos, aquél que seria o patrono da Arma "que na luta se impõe pela metralha".

O Decreto n. 10.203, de 9 de março de 1889, cria a Escola Superior de Guerra, para dar instrução técnica de Artilharia (duração de 1 ano), Engenharia e Estado-Maior.

Em virtude deste conflito, e enquanto durou, o ensino militar foi suspenso.

Em março de 1869 foi nomeado o Major Brasílio de Amorim Bezerra para instrutor da Arma de Artilharia, lugar que ocupava antes da guerra do Paraguai em 1864.

Em 17 de janeiro de 1874 a Escola Central passa a ficar sob a jurisdição do Ministério do Império. É aprovado um novo regulamento no qual o curso de Artilharia passa a ser de 3 anos.

Pelo decreto de 30 de julho de 1881, o Curso de Infantaria e Cavalaria da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul recebe o nome de Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul, sendo aumentado o curso de 1 ano a fim de formar oficiais de Artilharia (passou, com a República, a se chamar Escola Militar de Porto Alegre).

Com a proclamação da República, outro fato marcante dentro do quadro do ensino militar, finda-se o 2º período que teve início após a Guerra do Paraguai. Neste interstício houve preocupação com a parte prática. Os exemplos da guerra 1866-70 e da Franco-Alemã (1870) achavam-se bem vivos para que a teoria viesse novamente a imperar. Os oficiais que lutaram contra o Paraguai foram aproveitados para o Ensino nas Escolas Militares. A Escola Preparatória, que era anexa à Escola Militar da Corte, passou à República com o nome de Escola Militar e é mantida pelo Decreto n. 330, de 12 de abril de 1890. Este mesmo ato amplia a Escola Militar de Fortaleza, criada em 9 de março de 1889, dando-lhe um curso geral. É também criada a Escola Prática do Exército, sendo que o respectivo regulamento é aprovado sómente em 4 de junho de 1891.

Em 18 de abril de 1898, a Escola Superior de Guerra é fundida à Escola Militar recebendo o nome de Escola Militar do Brasil, e com isso temos nova reforma no ensino. Nesta mesma data são extintas as Escolas Militares de Fortaleza e de Pôrto Alegre, como também a Escola Prática do Exército que cede lugar à Escola Preparatória e de Tática (em Realengo).

Em 16 de novembro de 1904 é fechada a Escola da Praia Vermelha após os lamentáveis acontecimentos por ocasião da discussão da lei sobre a vacina obrigatória.

Com este acontecimento formamos um outro período, o 3º do ensino militar no Brasil, que foi caótico e confuso, caracterizado pela luta entre os que se batiam pelo ensino científico e os que imaginavam uma oficialidade culta, porém voltada para os problemas profissionais.

Após a proclamação da República, para este recanto da Praia Vermelha eram drenados todos os acontecimentos políticos, ou pelo menos estes iam ter repercussão na Escola (chamada o Tabernáculo da Ciência). Um marco notável deste prestígio foi o memorável discurso de Benjamim Constant em fins de outubro de 1889, onde fez a profissão de fé republicana.

Serviu de apoio incondicional ao Marechal de Ferro, e após a sua morte, tomou quase um caráter de Pantheon, onde conservava a pira ardente com o espírito do incomparável consolidador.

Em 1897, a política, num dos momentos de agitação envolveu a Escola, fechando-a para só reabrir no ano seguinte regida por novo regulamento que desarticulou por completo a maneira de viver da antiga Escola, sedimentada que era por 6 anos de internato.

O Decreto n. 5.698, de 2 de outubro de 1905, cria a Escola de Guerra com um curso de 2 anos (no Rio Grande do Sul) que mais tarde seria transferida para Realengo, ficando anexa à Escola de Artilharia e Engenharia, que fôra, também, criada por aquêle decreto. Nasce, outrossim, a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia.

Neste ano (1905), foram declarados 2 Aspirantes da Arma de Artilharia.

A Escola de Artilharia e Engenharia, com sede em Realengo, destinava-se à instrução dos oficiais da Arma de Artilharia e Aspirantes a Oficial da mesma Arma, indispensável ao respectivo curso e necessária à matrícula na Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia.

Eram 2 cursos, sendo o 1º de Artilharia e com a duração de 2 anos, não podendo nenhum aluno freqüentá-lo por mais de três:

1º ano:

1ª, 2ª, 3ª e 4ª aulas eram matérias de cultura geral, tais como Física, Química, Desenho, etc.

2º ano:

1ª aula — Mecânica racional e sua aplicação às máquinas.

2ª aula — Tática aplicada à Artilharia; fortificação permanente; minas militares; ataque e defesa das praças de guerra.

3ª aula — Balística, estudo completo; Artilharia, estudo completo de seu material.

4ª aula — Desenho de fortificação, de máquinas, especialmente de Artilharia.



"Charge" publicada na Revista de 1930

A instrução prática, no que se refere à Artilharia, estava organizada em 6 Grupos assim distribuídos:

- 1º — manipulações pirotécnicas;
- 2º — manobras e evoluções da Artilharia;
- 3º — prática de telegrafia, telefonia e fotografia;
- 4º — equitação e esgrima a cavalo;
- 5º — esgrima de espada, florete e baioneta;
- 6º — trabalhos topográficos.

Havia um instrutor para cada grupo.

A Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia tinha, por fim, ministrar o ensino prático complementando, no caso, a instrução do artilheiro com um curso de 10 meses, não podendo nenhum aluno freqüentá-lo por mais de uma vez. Deveria funcionar no Curato de Santa Cruz, com a instrução assim organizada:

- 1º Grupo — Fabrico de bôcas de fogo; seus acessórios;
- 2º Grupo — Instrução completa do tiro; cartuchame, artifícios de fogo, seu emprego; uso das diversas espécies de projétes e cargas;
- 3º Grupo — Visita às fábricas militares e arsenais;
- 4º Grupo — Ataque e defesa das praças de guerra e dos entroncheiramentos; minas militares;
- 5º Grupo — Exercícios de Artilharia;
- 6º Grupo — Equitação e esgrima a cavalo;
- 7º Grupo — Esgrima de espada, florete e baioneta;
- 8º Grupo — Trabalhos topográficos;
- 9º Grupo — Telegrafia, telefonia e fotografia;
- 10º Grupo — Prática falada das línguas francesa (obrigatória), inglesa ou alemã (facultativa).

É digno de nota o artigo do 1º Tenente Flávio Queiroz Nascimento, editado em novembro de 1912, na "Revista dos Alunos da Escola de Artilharia e Engenharia", que trata do Torpedo Dirigível por ondas hertzianas, invenção de Bernardo Lamarão. Explica êle o que era, como era e qual a sua finalidade, concitando a mocidade de então a voltar os olhos para êsse problema.

No período de 1905 a 1910, sendo Ministro da Guerra o eminente Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, houve a renovação do Material de Artilharia, sendo que o canhão "Krupp" apareceu em 1908. (Neste ano foram declarados 3 Aspirantes da Arma de Artilharia).

Em 30 de abril de 1913 (Decreto n. 10.198) é aprovado um novo Regulamento e, segundo êle, o curso fundamental seria de 2 anos e o de Artilharia em outros 2, sendo também instituídas a Escola Militar e a Escola Prática do Exército.

ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA



O Curso Fundamental da Escola, comum a tôdas as Armas, possuía no seu 1º ano 4 aulas (Geometria analítica, Direito, História Militar do Brasil, Geometria descriptiva, etc.) e um ensino prático; o 2º ano grupava outras tantas aulas (mecânica, Física, Química, etc.) e o mesmo ensino prático do 1º ano.

O Curso de Artilharia estava assim montado:

1º ano:

1ª aula — Organização da Art nos Exércitos em geral e especialmente nos sul-americanos; Art brasileira; Mat de Art, compreendendo noções de Art Naval e de Costa.

2ª aula — Tática e serviços da Artilharia; Tática Naval.

3ª aula — Balística (estudo completo); aplicação ao tiro das armas de fogo em geral.

Ensino prático: Topografia militar, equitação, Artilharia, tiro ao alvo e esgrima. Prática falada de francês e inglês ou alemão.

2º ano:

1ª aula — Fortificação de campanha; fortificação permanente; ataque e defesa das praças de guerra.

2ª aula — Conhecimentos essenciais de metalurgia; eletrotécnica militar; noções gerais sobre o fabrico de material de guerra, excluindo explosivos.

3ª aula — Pirotécnica militar; propriedades e emprêgo dos explosivos e minas militares.

4ª aula — Desenho de fortificações e de máquinas.

Ensino prático: o mesmo do 1º ano, apenas trocando a equitação por fortificação.

A Escola Prática do Exército tinha por objetivo completar e aperfeiçoar, dando um caráter eminentemente prático, em todos os sentidos, aos possuidores de um dos cursos da Escola Militar.

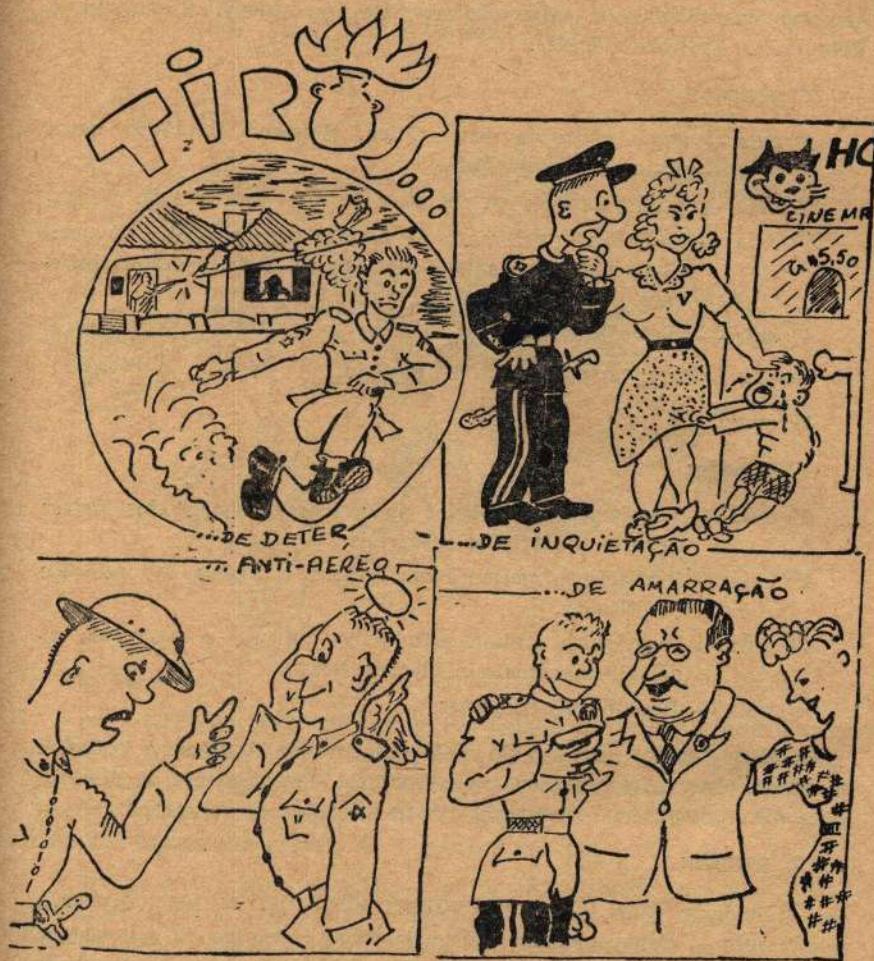
Em 5 de abril de 1915, 1 Asp Art termina o curso e em 1 de fevereiro de 1918, 7 outros.

Pelo Decreto de 24 de abril de 1918 (de n. 12.977), era extinta a Escola Prática, ficando todo o ensino concentrado na Escola Militar cuja sede deveria continuar em Realengo, e montado em 5 cursos; dentre êles o Fundamental e o de Artilharia (Tanto o 1º curso como o 2º em 2 anos).

É criado o Corpo de Alunos.

O Ensino Teórico-Prático é dividido em 18 cadeiras, que por sua vez são subdivididas em diversas partes.

A Revista de 1943 publicou: "O MISTÉRIO DOS ARTILHEIROS"



O Curso de Artilharia seguiria as normas abaixo:

1º ano:

1º período:

1ª aula — Tática regulamentar de Infantaria e Cavalaria; tática das armas combinadas.

2ª aula — Material de Artilharia do Exército Brasileiro; Estudo do Material de Artilharia Naval nos pontos que interessam à defesa da costa. Holofotes.

3ª aula — Metalurgia.

Ensino Prático — evolução da escola atrelada, inclusive acionamento; emprêgo dos telêmetros; equitação; esgrima de espada. Topografia e Fotografia. Francês e Inglês.

2º período:

1ª aula — Organização da Art: tática. Resumo da tática naval contra a Art de Costa.

2ª aula — Adm e Serviço nos corpos de tropa; escrituração militar.

3ª aula — Balística; organização de tabelas para o fuzil e os principais tipos de canhão adotados no Brasil; efeitos balísticos.

4ª aula — Eletrotécnica militar.

Ensino Prático: o mesmo do 1º período.

2º ano:

1º Período:

1ª aula — Regulamentos adotados na Art brasileira; razões lógicas de suas prescrições essenciais.

2ª aula — Fortificação permanente; ataque e defesa das posições fortificadas.

3ª aula — Pirotécnica militar, estudo das pólvoras e explosivos especialmente dos adotados no Brasil.

4ª aula — Desenho de máquinas.

Ensino Prático: Serviço de esclarecimento de Artilharia; patrulha de oficial observador, auxiliar, etc. Tiro real, levantamento da eficácia. Telefonia e sinaleiros; construção das fortificações de campanha.

2º período:

1ª aula — Temas táticos no terreno e sobre a carta; jôgo da guerra.

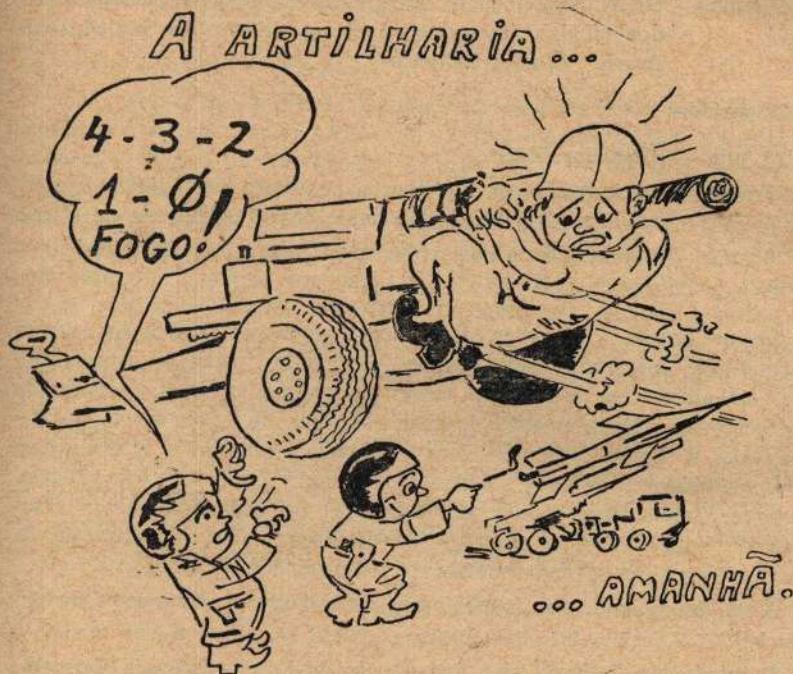
2ª aula — Conhecimentos essenciais sobre o fabrico do material de guerra. Estudo geral dos principais tipos de máquinas empregados para este fim. Fabrico de projéteis e estojos para a Artilharia e armas portáteis; provas necessárias ao exame desse material.

3ª aula — Desenho de fortificação.

Ensino prático: O mesmo do 1º período.

Todo o aluno tinha um ano de tolerância e podia depender de uma só disciplina; seriam declarados Asp Of com os alunos de Inf e Cav, um ano antes de terminarem o Curso.

Em 29 de abril de 1918 são declarados 16 Asp Of, em 17 de dezembro de 1918 mais 44, além de outros 5 declarados a 19 de dezembro de 1918.



Charge de 1945

De acordo com uma autorização em janeiro de 1919, foi promulgado o Decreto n. 13.574, de 30 de abril de 1919, aprovando novo Regulamento para a Escola Militar que reza deveriam ser ministrados conhecimentos necessários para o desempenho das funções de oficial de tropa de cada uma das Armas, até o posto de Capitão.

Seriam 5 os cursos existentes e entre êles contamos o Fundamental (2 anos) e o de Artilharia (1 ano). O ensino seria ministrado em dois períodos: março a junho e agosto a novembro, com os exames em julho e dezembro.

O ensino no Curso de Artilharia ficou assim organizado:

1º período:

1ª aula — Resumo da tática regulamentar de Infantaria e da Cavalaria brasileira; combate das armas combinadas.

2ª aula — Estudo dos regulamentos adotados na Artilharia brasileira; razões lógicas de suas prescrições essenciais.

3ª aula — Material de Artilharia adotado no Exército Brasileiro. Estudo do Material de Artilharia naval nos pontos que interessam à defesa da costa. Holofotes. Telêmetros.

4^a aula — Balística elementar em geral. Emprêgo e interpretação das tabelas dos principais tipos de canhão adotados no Brasil. Efeitos Balísticos.

2^o período:

1^a aula — História Militar.

2^a aula — Organização da Artilharia brasileira, sua tática regulamentar. Resumo tático naval contra Artilharia de Costa.

3^a aula — Temas táticos no terreno e na carta; jôgo da guerra.

4^a aula — Hipologia.

Ensino prático: ginástica das tropas montadas; equitação; escola do condutor; sinaleiros especiais de Artilharia; instrução especial do Cap; trabalhos com a luneta; temas de tiros simulados; serviço de esclarecimento; levantamento de tiro; boletins de tiro; escola de Bateria, com o material, sem e com atrelagem; formações e evoluções; exercícios táticos e de tiros simulados; execução das fortificações regulamentares; telémetros; tiro real; exercícios de remuniciamento; exercícios de ligação com o emprêgo de diversos meios; escrituração da Bateria; primeiros socorros médicos e de urgência.

A 30 de dezembro de 1919 foram declarados 86 Aspirantes de Artilharia.

O interregno limitado pelo fechamento da Escola da Praia Vermelha e pela época da chegada da Missão Francesa, forma o 4^o período do ensino militar no Brasil. Tumultuoso e com altos e baixos. Começou com a excelente reforma de 1905; a de 1913 foi infeliz, mostrando seus efeitos até 1918. Fixamos em demasia a atenção na parte prática e deixamos em 2^o plano a parte teórica.

Para a Artilharia houve um progresso inicial devido à renovação do material e, após, em virtude da guerra de 1914-18, na qual a Artilharia passou de arma aliatória para principal e da ofensiva para a defensiva.

Como parte humorística a revista da Escola, de 1923, traz numa de suas páginas uma carta das Senhoritas Maria, Hilza e Glorinha na qual perguntavam:

a — de quantos elementos se compõe o 3^o ano da Escola;

b — de quantos se acham comprometidos;

c — distribuição dos cadetes pelas diversas Armas;

d — quais os que pretendem servir aqui (RJ).

... e foram atendidas!

Em 18 de janeiro de 1921 foram declarados 45 Aspirantes de Artilharia, 58 em 7 de janeiro de 1922 e 4 em 17 de janeiro de 1924.

Em fevereiro de 1924, no dia 27, mais um regulamento é aprovado, e por élle o aluno deveria fazer 2 anos no curso Preparatório, 2 anos no

fundamental (Unidade de Infantaria) e 1 ano de Especial (no caso, na Artilharia).

Cria-se o "Carro de Fogo".

Foi o Curso de Artilharia montado da seguinte maneira: além das cadeiras de ensino teórico, tínhamos: Tática de Artilharia; Material de Artilharia; noções de fortificações permanentes (terrestre e de costa); síntese histórica das fortificações; estudo do armamento da Artilharia brasileira; aplicação prática dos regulamentos referentes aos exercícios, ao tiro e ao emprêgo da Artilharia; revisão da instrução anterior na parte referente à Arma; exercícios táticos na carta e no terreno; noções de hipologia e veterinária; exercícios topográficos; esgrima e equitação.

Em 25 de abril de 1929 outro Regulamento traça novos caminhos para a Escola Militar. O objetivo era ainda preparar o aluno para exercer as funções até o posto de Capitão.

Entravam na Escola e eram incluídos na Infantaria, onde cursavam o 1º ano. Neste ano, o ensino fundamental correspondia ao ensino geral do 1º ano do Regulamento de 1924, e o ensino militar era idêntico ao seu correspondente do citado regulamento, com exceção da Equitação que deixou de ser ministrada no ensino militar prático do 1º ano.

No 2º ano o ensino fundamental correspondia ao ensino geral do 2º ano do Regulamento de 1924 e o militar compreendia:

Ensino teórico — Noções de higiene e profilaxia indispensáveis à saúde dos homens e à conservação do bom estado sanitário das habitações militares em tempo de paz e de guerra; estudo da metralhadora pesada e o seu emprêgo na Art; estudo do regulamento para exercícios, o emprêgo e o tiro da Art; escolas do servente e da peça (1ª parte); instruções a pé e a cavalo (anexo 1 e 2); noções gerais sobre organização do Mat de Artilharia; estudo do armamento da Art brasileira. Noções gerais sobre o tiro; continuação do estudo dos regulamentos de instrução física, organização do terreno; serviço em campanha; transmissões nas partes que interessam à Art e aos serviços gerais nos Corpos de Tropa.

Ensino prático — Instrução física militar; equitação e escola dos condutores; exercícios relativos à escola do servente e emprêgo da peça; instrução técnica e tiro de fuzil, metralhadora e pistola; exercícios de organização das posições de bateria, observatórios e postos de comando; exercícios de topografia no que concerne às operações fundamentais para a preparação e observação do tiro; esboços planimétricos e panorâmicos; instrução prática de transmissões; emprêgo dos sinaleiros e telefonistas; instrução dos radiotelegrafistas; exercício de redação das ordens, partes e relatórios concernentes a assuntos tratados na prática; esgrima.

No 3º ano sómente era ministrado o ensino militar.

Ensino teórico — Assuntos comuns a todas as Armas, e mais para a Artilharia — Tática de Artilharia.

Ensino Prático — Instrução física militar; revisão de desenvolvimento da instrução relativa ao regulamento para os exercícios, o emprêgo e o tiro de Artilharia (1^a parte e anexos); estudo do regulamento de tiro da Artilharia, suas aplicações; exercícios práticos de emprêgo da Bateria e do Grupo em campanha; exercícios topográficos concernentes à Artilharia; continuação do estudo do Material de Artilharia; armamento da Artilharia brasileira; noções de hipologia e higiene veterinária; noções gerais de administração nos Corpos de Tropa; administração detalhada da Bateria; esgrima e equitação.

Em 15 de janeiro de 1931, o C Art passou a ter a organização de uma Bateria e órgãos do Grupo; e em 20 de agosto de 1931 é criado o Corpo de Cadetes (Cadete — do francês "Cadet" — irmão mais novo; expressão existente desde 1757).

O Decreto n. 21.196, de 23 de março de 1932, institui a Medalha Mallet, destinada a galardoar o campeão de pontaria de cada ano, na Bateria da Escola Militar.

Foram declarados Asp a Of em 21 de janeiro de 1930, 17 cadetes; 24 em 22 de novembro de 1930; 31 em 25 de janeiro de 1932; 1 em 21 de março do mesmo ano e 42 em 22 de dezembro ainda dêste ano.

Uma Revista da Escola, do ano de 1933, traz do Cad. Talmo Rey a seguinte poesia:

*Peça! Fogo!... Silêncio!... é a voz da guerra
que o canhão faz sentir e faz temer
quer no céu, quer no mar, e quer na terra
êle domina a fôrça do poder.*

*Peça! Fogo!... Silêncio!... é a voz da guerra
rolando pelos campos de batalha
alma de ferro, corpo de metralha
o monstro segue e o seu perfil aterra.*

*Súbito estanca! e entra em posição
ergue a fronte a espreitar a prêsa humana
e fala... a sua fala de canhão.*

*E é tão feroz que mesmo quando erra
pelo estilhaçamento a morte emana
Peça! Fogo!... Silêncio!... é a voz da guerra*

É aprovado um novo Regulamento pelo Decreto n. 23.994, de 13 de março de 1934. O Curso seria feito em 4 anos e o objetivo da Escola era preparar o cadete para exercer as funções até o posto de Capitão.

Os assuntos do ensino que constituíam o Fundamental era comum a todas as Armas e além disso, para o C Art, existia uma Instrução Militar teórica e prática assim distribuída:

2º ano — Educação moral e instrução geral; instrução técnica (Manobra e tração; armamento e material; tiro; observação; OT e instrução a pé); topografia; transmissões; instrução tática (combate e serviço em campanha); equitação elementar.

3º ano — Idêntica à do 2º ano, menos a instrução a pé e equitação elementar que passa a ser secundária.

4º ano — Idêntica à do 2º ano, menos armamento e material, OT e instrução a pé e a equitação elementar passa a ser aplicada.

O art. 42 previa para o Curso 1 Instrutor-Chefe e um número variável de Instrutores e Auxiliares de Instrutor.

O art. 74 instituiu as manobras anuais como complemento indispensável à Instrução.

Em 15 de maio de 1935, cadetes do Curso tomaram parte numa representação da Escola Militar que seguiu em viagem oficial às Repúblicas do Prata.

O Regulamento da Escola, aprovado em 13 de março de 1934, tem a sua execução suspensa em 20 de junho de 1935, enquanto o Estado-Maior ultima a revisão reclamada pela falta de 2ºs Tenentes nos Quadros das diversas Armas. Continuou em vigor o Regulamento aprovado em 25 de abril de 1929, com pequenas modificações.

Em 6 de fevereiro de 1936 foi criada a Biblioteca do Curso para uso dos cadetes.

Em 29 de junho de 1938, uma quarta-feira, é lançada a Pedra Fundamental da atual AMAN.

O interregno 1920-40 se constitui no 5º período do nosso Ensino Militar, que aí atingiu a sua fase áurea.

Pantaleão Pessoa, Epaminondas Lima e Silva, Aventino Ribeiro, Fiúza de Castro, Gustavo Cordeiro de Faria, Canrobert Pereira da Costa, Orestes Kocha Lima e outros, foram bravos batalhadores e inspiradores da mentalidade punjante dos oficiais de hoje.

No início, por vêzes, o Governo resolveu manter alguns oficiais subalternos praticando nos exércitos europeus, sobretudo o alemão. A vantagem resultante dessa medida para o progresso de nossas instituições

militares não foi apreciável, pois tais oficiais, apesar da real capacidade de aproveitamento de muitos, não possuíam a força e o prestígio necessários para fazer vingar os novos métodos em nosso meio.

A idéia de contratar u'a missão militar estrangeira tomou corpo até que por fim a da França foi preferida à alemã. Inicialmente chefiada pelo General Gamelin e constituída por oficiais competentes e laboriosos nos trouxe influxo de ensinamentos.

Neste período vieram a nós também as Missões Americana e Austríaca que trouxeram um sabor de modernismo ao nosso Exército.

Cumpre destacar, também, a grande contribuição trazida ao nosso preparo militar pela Revista "The Field Artillery Journal".

Em 2 de fevereiro de 1940 são aprovadas instruções provisórias para o funcionamento da Escola, que continuava a preparar o cadete para exercer as funções até o posto de Capitão.

O Curso Fundamental seria de 2 anos, como também seria o Profissional, que teve o ensino organizado da seguinte maneira:

3º ano — Equitação e ginástica a cavalo; esgrima; hipologia; higiene, veterinária e conhecimentos essenciais de zootécnica (assuntos comuns a todas as Armas); e mais: Mat Art; escolas do servente e da peça; preparação dos especialistas; escola do condutor; aplicação prática da topografia no que interessa à preparação e execução do tiro; emprêgo e tiro das armas automáticas; OT no que interessa às posições de Art.

4º ano — Preparação do instrutor e prática correspondente; educação física e jogos; equitação, ginástica a cavalo e esgrima (assuntos comuns a todas as Armas) e mais: escola de seção e formação dos comandantes de seção; preparação dos oficiais orientador, observador, de transmissões e de segurança; prática de reconhecimento; preparação dos comandantes de LF e Bateria; prática de comando de fogo; serviço da Bateria em Campanha; organização das posições de tiro e demais abrigos.

Em 25 de abril de 1940 é aprovada a 1ª parte do novo Regulamento da Escola Militar que poucas modificações introduziu.

Em 22 de junho de 1940, a 2ª parte d'este mesmo Regulamento é aprovada, e o art. 183 prescreve recompensas que seriam concedidas aos cadetes que se destacassem, entre as quais:

— Medalha de Caxias — para o mais distinto entre as Armas e o 1º colocado do último ano;

— Uma espada — para aquêle que obtivesse a melhor classificação no ensino;

— Um objeto de utilidade profissional — para aqueles que fôssem os primeiros colocados;

— Inscrição no Livro de Honra para aquêles que não tivessem sofrido punição durante o curso, e outros.

Em 3 de setembro de 1941, o C Art tomou parte na recepção das Delegações Paraguaia e Argentina e altas autoridades, por ocasião da entrega do Espadim.

Em 4 de março de 1942, pelo Decreto n. 8.918, novo Regulamento da Escola Militar (1^a parte) é aprovado. Por êle, êste Estabelecimento devia preparar os cadetes para exercer as funções de oficiais subalternos.

O Curso seria feito em 2 anos e o ensino na Artilharia foi assim distribuído:

2º ano — ensino teórico militar comum a tôdas as Armas: topografia, desenho correspondente. Noções de topologia. Instrução prática: (comum a tôdas as Armas) OT; aplicações práticas de topografia; equitação; educação física e jogos desportivos; esgrima de espada e florete; preparo do sargento de fileira e dos especialistas; emprêgo e tiro das armas automáticas e morteiros; formação do Comandante de Pelotão e de Seção; e mais: (sômente para o Curso) Material; escola do servente e da peça; preparo do sargento de fileira e dos especialistas; emprêgo e tiro das armas automáticas; formação do Cmt de Seção; descrição, manutenção e conduta de veículos motorizados.

3º ano — além do ensino teórico, comum a tôdas as Armas, tínhamos: instrução prática: (comum também a tôdas), tática da Arma e Cooperação das Armas; preparo do instrutor e prática correspondente; equitação; esgrima; educação física e jogos desportivos; generalidades sobre a organização e emprêgo dos meios ativos da DCA, precedidas de noções sobre os meios e modos de ataque da Aviação; noções sobre vigilância do ar e defesa passiva; material, tiro e emprêgo das metralhadoras antiaéreas; e mais (sômente para o curso): prática de comando da seção; prática das atribuições do oficial subalterno nas Unidades de Art; preparo do oficial orientador, observador de transmissões e de ligação; prática de reconhecimento; generalidades sobre o material, tiro e emprêgo da Artilharia Antiaérea, dos projetis e escuta; organização das posições de tiro, observatórios e demais abrigos.

O início do ano letivo seria no 1º dia útil de março e o término a 31 de dezembro. Na 1ª quinzena de agosto haveria exercício em conjunto e cooperação das Armas.

O Decreto n. 6.012, de 19 de novembro de 1943, cria a Escola Militar de Rezende; porém em 1944 funcionaria nesta cidade sómente o 1º ano, os demais continuariam em Realengo até 1945.

Em 12 de abril de 1944 é comprimido o ano letivo em Rezende.

Em 11 de novembro de 1944 foram recolhidos ao Museu Escolar, ofertadas pelo Exmo. Sr. General-de-Divisão Augusto Tasso Fragoso, uma carta autografada do Marechal Floriano Peixoto, uma fotografia da guarnição do Canhão Krupp e uma túnica branca com que estava uniformizado o 1º Tenente Tasso Fragoso em 9 de abril de 1894, no combate do Morro da Armação, quando foi ferido; a carta se refere ao fato; o canhão era do comando do oficial ofertante e na túnica se vêem os orifícios de entrada e saída do projétil.

Em 31 de dezembro de 1944 é extinta a Escola Militar de Realengo.

Em 2 de fevereiro de 1945 é aprovado um novo Regulamento para a Escola, que continua a preparar os cadetes para exercer as funções atinentes ao oficial subalterno.

O 1º ano seria comum a tôdas as Armas.

No 2º ano, o ensino fundamental também é comum, e no Ensino Profissional teríamos: tática da Arma; topografia e desenho correspondente; noções de topologia.

Ensino Militar: material; escola do condutor, do servente e da peça; preparo do sargento de fileira e dos especialistas; tiro e emprégo das armas automáticas; prática de tiro com as armas individuais e petrechos; início do preparo do Cmt de Seção; descrição, manutenção e direção de veículos motorizados; OT; prática de topografia; equitação elementar; educação física militar; esgrima e florete; hipologia; higiene veterinária e conhecimentos essenciais de zootécnica.

3º ano: idem quanto ao ensino fundamental.

InSTRUÇÃO MILITAR — além de uma parte comum a tôdas as Armas, teríamos: preparo do oficial orientador, observador, de transmissões e de ligação. Prática de reconhecimento; utilização dos projetores e aparelhos de escuta; preparo do CLF; prática de comando de tiro; organização das posições de tiro; observatórios e demais abrigos.

Dez cadetes de Artilharia compuseram uma representação do CC, que seguiu para a Itália no transporte de guerra "Duque de Caxias", a fim de fazer um cruzeiro de instrução; isto em 25 de janeiro de 1946.

Quase 15 anos são passados a contar daquele dia em que ouvimos...

Foi elogiado pelo Sr. Cap Cmt da 1^a Bia o Cadete Jorge Teixeira Fernandes nos seguintes termos:

"Homenagem póstuma — morreu na manhã do dia 10 de maio de 1946, o Cadete Jorge Teixeira Fernandes, vítima da fatalidade, quando dava um belo exemplo de nítida noção de cumprimento do dever. A viatura da qual era condutor-guia desviara-se do itinerário tomando a direção de uma descida de fortíssimo declive e, ao galope, ganhava terreno rumo à baixada. A meia encosta, foi observado tentar retomar a rédea do cavalo de mão, quando sua montada tropeçou e o lança com violência entre os dois cavalos-guias. Seu corpo que rolava sob a viatura em velocidade foi pisado pelos animais e ferido por uma das rodas da viatura. Ao ser socorrido, estava imóvel parecendo sem vida, o que momentos depois foi constatado pelos médicos. Com grande pesar foi a notícia recebida, não só pelos seus companheiros de Arma e instrutores, como também por toda a Escola Militar. Tratava-se de um Cadete por todos estimado, pela sua bondade e fino trato com que a cada um distingua.

Na instrução vinha apresentando os resultados de seus esforços e de sua capacidade como primeiro aluno que era. Aqui fica, pois, esta homenagem de seus companheiros."

"Cadete Élido Gomes Martins, por ter revelado exata noção de cumprimento do dever, mantendo-se na sua função de condutor-tronco durante o disparo de uma viatura-munição num terreno de forte declive, mesmo depois de ter tido queda fatal o condutor-guia Jorge Teixeira Fernandes."

E aqui fica, através da cópia dessa homenagem póstuma a um companheiro vitimado pelo destino, e dêste elogio concedido a um outro que soube honrar nossas tradições, as homenagens das gerações que lhes sucederam no Curso de Artilharia.

Em 21 de novembro de 1946 é aprovado o anel de formatura do Aspirante.

O Decreto n. 28.356, de 10 de julho de 1950, traz alterações para o Regulamento da Escola Militar.

Em 14 de setembro de 1950 segue uma representação da AMAN para as comemorações do Centenário de Artigas.

Em 23 de abril de 1951 êste Estabelecimento recebe o nome atual: ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS.

A Portaria Ministerial n. 231, de 29 de setembro de 1952, insere alterações no Regulamento da Academia.

— Em 8 de julho de 1953 é instituído o prêmio "Exército Uruguai" destinado ao Aspirante de Artilharia que obtiver a melhor classificação em Aptidão Militar.

— Cessa a compressão feita por força da Nota n. 96-76-D/3-Res, de 14 de outubro de 1952, isto em 18 de março de 1955.

Em 13 de novembro de 1956, é instituído pelo Coronel Manoel de Freitas Vale Aranha, o prêmio "Euclides Aranha" que deveria ser entregue ao Asp Of Art que melhor média obtivesse em Técnica de Tiro (o prêmio consistia em Cr\$ 20.000,00), sendo que as regras para sua concessão são publicadas em 21 de novembro de 1956.

Em 18 de dezembro de 1956 é criado o prêmio "General Lauro Müller" dado pela Fábrica de Armamentos e Ferramentas de Precisão "Forjas Taurus S.A." que seria ofertado aos 2 primeiros de cada Arma.

Em 14 de fevereiro de 1958 é aprovado um novo Regulamento (R-170), ficando revogado os Decretos ns. 17.738, de 2 de fevereiro de 1945 e 18.857, de 23 de outubro de 1945, que, respectivamente, aprovaram a 1^a e 2^a partes do antigo R-70.

Inseriu modificações quer na parte do Fundamental (aumentando o número de matérias e, por conseguinte, o número de horas) quer na parte do Ensino Militar (diminuindo o número de horas). Entrou imediatamente em vigência com a turma recém-matriculada (1º ano), porém só 2 anos depois toda a Academia trabalhava segundo suas normas.

A 24 de março de 1958 é instituído pelo Sr. João Silva Filho, proprietário do "Hotel Silva", em Cambuquira, um prêmio: 21 dias de estação de águas ao melhor cadete de cada ano.

Pela Portaria n. 407, de 20 de fevereiro de 1959, o Curso de Artilharia compõe a Subseção 4 da Seção L.

Em 20 de janeiro de 1960 o Curso de Artilharia do CPOR de SP nos faz uma visita e um estágio.

Em 20 de abril de 1960, cadetes do C Art fazem parte de uma representação da AMAN que desfila em Brasília.

Em 19 de maio de 1960, cadetes do C Art compõem uma representação da AMAN que foi à Argentina.

Em setembro de 1960, novamente compomos uma representação desta Escola que seguiu para o México.

E, finalmente, o término dos trabalhos da Missão Francesa e o início da 2^a Grande Guerra marcam o limiar do 6º período do Ensino Militar, que até nossos dias persiste.

Muitos progressos surgiram com o 2º conflito mundial. Teríamos que pôr em prática o que a prática da guerra aconselhava como certo: e isso procuramos fazer dentro dos limites de nossas possibilidades.

E talvez estejamos muito próximos de uma nova fase já ensaiada com o aparecimento dos teleguiados, dos projéteis de longo alcance, o que vem confirmar um invento naquela época não aproveitado do brasileiro Bernardo Lamarão.

CASOS DE ESPIONAGEM

Coordenador: Ten-Cel CELSO DOS SANTOS MEYER

O CASO ABEL

Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

S U M Á R I O

1. ANTECEDENTES
 - a. Introdução
 - b. Infra-estrutura clandestina
 - c. Timidez fingida
 - d. Infiltração sub-reptícia
 - e. As invenções de Abel
 - f. O sargento traidor
 - h. Todos têm seu preço
2. PRISÃO DE ABEL
 - a. Ações do FBI
 - b. A vida de Abel
3. JULGAMENTO DE ABEL
 - a. Acusação e defesa
 - b. O veredictum
 - c. Situação atual

O CASO ABEL

1. ANTECEDENTES

a. *Introdução*

Numa tarde de verão, no ano de 1953, um garoto descia correndo a escadaria de uma casa situada em Brooklyn. Era um menino de uns treze anos, mas, por sua aparência, não demonstrava ter mais de dez. Sua missão era distribuir os jornais pelas casas de seus fregueses; como

se havia atrasado, assistindo, por televisão, a uma partida de beisebol, esporte que apaixona todos os habitantes de Brooklyn, Jaime apressava a entrega dos jornais, pois queria recuperar o tempo perdido.

Como todos os meninos de sua idade, Jaime Bozart gostava de ganhar alguns dólares extra, preferindo os fregueses que podiam dar-se ao luxo de, de quando em quando, propiciar-lhe uma gorgeta mais ou menos interessante.

Apressado, Jaime descia as escadas da casa n. 252 da rua Fulton. Pulava os degraus de quatro em quatro, demonstrando extraordinária agilidade. Entretanto, perdeu o equilíbrio e teve que se apoiar na parede, abrindo a mão e deixando escapar algumas moedas que trazia, que rolaram e foram parar no andar térreo. Aborrecido com tal contratempo começou a recolher os níqueis, resmungando contra o azar que o perseguia naquele dia, com seu "team" já tendo sofrido fragorosa derrota no beisebol e, agora, com mais esse atraso. Ao apanhar as moedas ficou intrigado com um "níquel" de cinco centavos que se partira ao meio, como acontece com as moedas que usam os mágicos em seus espetáculos.

Jaime viu que no interior do "níquel" existia um pedacinho de celulóide prêto, parecendo um rolinho de fita de cinema.

Em qualquer outra oportunidade Jaime, ou qualquer garoto em seu lugar, teria guardado a moeda no bolso sem outras reflexões, para depois mostrá-la aos companheiros. Mas, justamente na tarde anterior, havia assistido à exibição de um filme sobre espionagem soviética nos Estados Unidos, interpretado por Ray Milland, e no qual se narrava exatamente um caso em que eram empregados microfilmes escondidos em relógios e cigarreiras, assegurando assim o segredo indispensável a este sistema usado pela espionagem internacional.

Jaime continuou correndo, terminou a distribuição de seus jornais e dirigiu-se a seguir para a delegacia mais próxima onde relatou o acontecimento ao comissário Milley, então de serviço. O comissário levou o caso ao conhecimento do oficial de informações daquela zona — o tenente Lewin. Afirmava o menino que havia recebido a moeda de um freguês que morava na casa onde os níqueis haviam caído e informava, ainda, que o referido senhor era um indivíduo modesto e simples e que ele, Jaime, notara que tais moedas não estavam com seu freguês, pois este, para pagar o jornal havia recorrido a um de seus vizinhos trocando uma moeda de meio dólar por dez de cinco centavos. O jornal fôra pago com cinco daquelas moedas.

Os policiais ouviram as declarações de Jaime, devolveram-lhe as moedas e determinaram que ele fôsse para casa.

Tomaram nota de seu nome e de sua residência e, segundo Jaime pôde perceber, demonstraram pouco interesse pelo caso.

Todavia, Lewin, intrigado com o caso, propôs a seu chefe que tal fato fôsse comunicado ao FBI, registrando no livro de ocorrências:

"Devemos informar o FBI. Creio que se trata de uma pista falsa, mas nada nos impede de comunicar o caso".

Às 22 horas daquela mesma noite, Frank Miller, agente especial do FBI, chegava à casa dos Bozart, onde foi recebido pelo pai de Jaime. O Sr. Fulton Bozart disse que Jaime havia saído com uns amigos, mas que havia deixado a moeda com o microfilme e que ele, Fulton, levado pela curiosidade, havia examinado o material com uma lente, podendo afirmar que se tratava de uma microfotografia de uma mensagem cifrada.

O agente do FBI preparou um recibo que entregou ao velho Fulton, declarando que havia "confiscado uma moeda de cinco centavos", solicitou ao Sr. Bozart que mantivesse o máximo silêncio sobre o assunto e que proibisse seu filho de falar sobre o caso, com quem quer que fosse.

Os Bozart mantiveram a promessa e não falaram mais sobre o assunto. Passaram-se quatro anos. Jaime cresceu, ingressou na Universidade de Troy e trabalhava em um escritório de advocacia, sem poder imaginar que desde aquela longínqua tarde de 1953 o FBI tentava, em vão, decifrar a mensagem contida naquele níquel de cinco centavos. Até aquela data todos os especialistas em criptografia que tentaram decifrar a mensagem, haviam fracassado. Foram consultados até os criptografistas que haviam conseguido interpretar o código da Marinha japonêsa e outros documentos apreendidos com espiões alemães. A mensagem chegou mesmo a atrair a atenção de Edgar Hoover, diretor do FBI e de Allan Dulles, chefe do Serviço Central de Informações (CIA). Esses dois homens decidiram trabalhar juntos, pois estavam convencidos que a mensagem ocultava a existência de toda uma organização de espionagem, perfeitamente montada.

Antes deste acontecimento, o Serviço de Informações julgava que com as revelações de Elizabeth Bentley e de Whitaker Chambers, membros do PC americano, todas as fontes de informações soviéticas, nos Estados Unidos, estivessem sob o controle dos agentes americanos. Além disso, outro espião, Albert Hiss, havia sido eliminado, enquanto os Rosenberg eram condenados por espionagem atômica, seus cúmplices já presos e sob guarda.

Mas Moscou havia, indubitavelmente, reconstituído sua rede e a moeda de cinco centavos, encontrada pelo garoto Jaime, era a prova irrefutável da ação soviética. O código nela contido era tão perfeito e tão complicado que não podia pertencer senão a um serviço de espionagem conscientemente organizado.

Durante êsses quatro anos de investigações inúteis o chefe do mecanismo clandestino que o FBI buscava tão desesperadamente, estava vivendo, pode-se dizer, bem em baixo do nariz do chefe do FBI, pois habitava o edifício localizado em frente à sua agência de Brooklyn e de tal maneira seu quarto estava localizado, que o próprio Procurador do Governo Federal, o mesmo que mais tarde deveria ordenar a prisão do espião soviético, podia ver da janela de seu gabinete a antena do aparelho de ondas curtas de que o espião se servia para transmitir seus informes diretamente para Moscou.

A busca poderia ter durado vários anos e o pedacinho de celulóide continuaria sendo um eterno segredo, se não houvesse ocorrido algo de

imprevisto durante a primavera de 1957, quando um agente soviético, de nome Vic, procurando evitar seu regresso à Rússia, apresentou-se à embaixada americana em Paris, denunciando a existência de uma rede de espionagem soviética nos Estados Unidos, chefiada por um agente chamado "MARK".

"MARK" era o Coronel Rudof Ivanovich Abel, do Serviço de Informações do Exército Vermelho, o espião mais extraordinário de nossos tempos.

Pela primeira vez, nos Estados Unidos, foi possível prender e condenar um espião estrangeiro por ações de espionagem tão dramáticas e ao mesmo tempo tão perfeitamente planejadas, que sua execução se desenvolvia até os últimos detalhes.

O assistente do Procurador-Geral do Governo, William Tompkins, que no Departamento de Justiça, em Washington, dirigia a Seção de Segurança Interna asseverou que:

"Foi um grande adversário. ABEL era um gênio em sua profissão. Durante dez anos passou despercebido, sem se fazer notar ou despertar suspeitas. De todos conseguia a amizade e a simpatia. É, sem dúvida, o mais importante e mais hábil agente soviético que caiu em nossas mãos, desde 1917. Em sua profissão é um homem excepcional pois não devemos esquecer que cumpria uma missão. Era um soldado que obedecia a ordens e trabalhava por vocação e não por lucro ou por puro espírito de aventuras. A prisão, de ABEL, para nós, foi extremamente significativa. Para fazer-se um agente de sua capacidade são necessários muitos anos, talvez quinze ou vinte. Fala o inglês com tal perfeição que eu, por vezes, tenho dúvida de que tenha nascido na Rússia. Sua presença de espírito é tal, que se eu tivesse de escrever um livro sobre a conduta de um agente secreto recomendaria que se imitasse ABEL.

É um homem que tudo sacrificou à sua missão e se personificou completamente em sua segunda vida. Acredito que para os soviéticos ele seja insubstituível, e, por isso, creio que ele não deva ser trocado por qualquer norte-americano preso atrás da Cortina de Ferro, pois ABEL significa um grande presente a ser oferecido aos russos. ABEL vale tanto como uma bomba atômica.

Cumprirá seus trinta anos de prisão em Alcatraz. Não prestou a mínima cooperação ao Serviço de Informações americano e não nos revelou nenhum indício particular. Pode ser que com o tempo mude de idéia. Quem sabe? Pode ser que algum dia se lembre que tem família..."

A importância dada ao caso ABEL pelo Governo de Washington se destaca mais ainda pelo fato de que o mesmo Sr. Tompkins provocou uma ação judicial no Tribunal de Brooklyn, contra o referido espião. Diz Tompkins:

"A história de ABEL pode parecer uma novela, mas seu gênio estava a serviço de uma ameaça contra nossa própria existência e contra nossa civilização que é a mesma do Mundo Livre".

Mas, antes de chegarmos a tais conclusões, devemos analisar o caso em tela. De onde vinha ABEL? A embaixada soviética, informada pelo advogado de ABEL de que este havia sido preso, nem sequer respondeu ou tomou o mínimo interesse pelo assunto. Pouco depois, quando um dos advogados, desconfiado de que seus serviços não iam ser pagos, abandonou o caso, o governo norte-americano informou oficialmente à embaixada soviética o sucedido, mas os diplomatas russos continuaram a "ignorar" completamente o assunto. Mais tarde, ABEL conseguiu autorização do Diretor do Presídio para falar com o advogado John Abt, famoso por haver defendido vários comunistas e que parecia ter muito boas relações com a embaixada russa em Washington, mas o advogado respondeu que "não tinha tempo para tratar dêste caso" e desapareceu da circulação. Na realidade, o agente ABEL estava completamente abandonado por seus patrícios. ABEL pertencia, exclusivamente, ao Serviço de Espionagem do Exército Vermelho, dependente da 2ª Seção do Estado-Maior Geral. Não é fácil dar uma ideia do que sejam os serviços de informações soviéticos, já que os russos são mestres em ocultar seus órgãos de informações. Fazem uso de uma quantidade enorme de siglas, cada uma das quais indica um órgão de múltiplas atividades, constantemente vinculadas entre si ou com ações paralelas. Assim, o Serviço Militar de Informações é conhecido como "GRU" e não depende diretamente do Serviço de Informações do Governo, "KGB", nem nada tem que ver com os outros órgãos de Informação como a "GRU", "INU" etc... Tal é a confusão no funcionamento e na superposição de tais órgãos, que mesmo os agentes não chegam jamais a saber para que serviço estão trabalhando, embora tenham a certeza de que suas informações ou seus mais simples informes são aproveitados até pelos altos escalões.

b. *Infra-estrutura Clandestina*

A espinha dorsal dos interesses soviéticos, nos países estrangeiros, reside em seu corpo diplomático; todavia, as redes clandestinas de espionagem, não têm, geralmente, nenhuma vinculação com os representantes oficiais da URSS. Cada zona tem um "chefe de serviço", para o qual convergem todas as informações produzidas pelos inumeráveis agentes. O "chefe de serviço" é o senhor da situação, estuda o terreno, dá ordens, vigia, interpreta, valoriza e, quando necessário, entra até em ação.

ABEL era, efetivamente, um "chefe de serviço" e certamente o melhor da zona oriental dos Estados Unidos.

Quantos outros ABEL continuam ainda cumprindo atividades semelhantes na América? Ninguém pode dizê-lo. Existem tantos e tão bem escondidos, observando o desenrolar dos acontecimentos, que seria impossível não só descobri-los como enumerá-los. No dia em que ABEL decidir-se a falar pode ser que afaste um pouco a neblina que cerca a espionagem no mundo ocidental.

Em Moscou, o caso ABEL foi considerado como grande invencionice, grande "bluff" propagandístico tramado por Edgar Hoover, chefe do FBI; mas a imprensa soviética não negou a existência de ABEL, nem que ele vivesse clandestinamente em Brooklyn. Desinteressar-se a embaixada soviética por seus agentes significa que, qualquer deles que seja pilhado não poderá contar com a ajuda nem de seus companheiros nem dos elementos da embaixada. Aliás, ABEL disso sabia, pois o aprendeu muito bem, nas aulas que lhe foram ministradas no casarão da praça Shulinsky, em Moscou, onde funciona a "CONDRES", ou seja, a Seção da KGB especializada em Questões Americanas.

ABEL levou doze anos se aperfeiçoando. Durante tal período preparou-se para viver em um mundo completamente diferente daquele em que vivera, até então. Sua história se aproxima do fantástico, mas é verídica e humana. O resto de sua existência se caracterizou por emprésas prodigiosas, mas também teve seus erros banais e inexplicáveis; assinala-se a extrema frieza d'este homem pronto para enfrentar problemas os mais terríveis em contraposição com o pai amantíssimo que era e que em Moscou, com tôda a doçura, passava grande parte das tardes brincando com seus filhinhos. ABEL deixou tudo. Trocou uma vida calma pela perspectiva de ir terminar seus dias na cadeira elétrica de um momento para outro, ou, então, ser jogado nos ermos do deserto siberiano.

Eis, pois, como um coronel do Exército Vermelho, depois de receber uma ordem para viver como pintor e de posse de uma certidão de nascimento como cidadão americano, cruzou, tranquilamente, a fronteira do México, a 1º de novembro de 1948 e começou a representar o papel que lhe havia sido dado por seu chefe, enganando, assim, durante cerca de dez anos, as autoridades e o povo norte-americano. Alguns anos depois, em Brooklyn, na semana que antecede ao Natal, em uma manhã fria, em que a neve açoitava os transeuntes, Harry Mullen, porteiro dos Estúdios Ovington, ouviu uma voz que lhe dizia:

— "Bom dia, amigo Harry! Este frio me põe nervoso, pois fico sem boa luz para pintar".

— "Bom dia, Sr. EMIL. Vou conduzi-lo, no elevador, até seu andar". O homem que acabava de chegar tirou da cabeça o chapéu de feltro, muito grosso. Era calvo, mas em roda da calvície possuía, ainda, um pouco de cabelos grisalhos que na nuca desciam até o pescoço, revelando assim sua ambição de artista. Tinha nariz aquilino e lábios carnudos, seus olhos azuis eram vivos e saltavam das órbitas mais profundas do que as normais.

Seu olhar penetrante dava a impressão de uma vivacidade fora do comum.

"Tinha a cara de um pássaro" dizia Harry Mullen, que todavia muito estimava o inquilino do quarto 252. Era um indivíduo disposto a prestar favores a qualquer momento, sempre de bom humor e com um sorriso perene a bordar-lhe os lábios. Na realidade, se Mullen não contasse

com o auxílio do Sr. EMIL, os inquilinos teriam constantemente de subir as escadas do hotel, pois o elevador quase todos os dias apresentava defeitos e o simpático inquilino era o único indivíduo que podia socorrer o porteiro nesses momentos de transe.

"Nunca me deu o mínimo motivo de queixa. Não recebia ninguém em seu quarto, nem sequer mulheres. Pagava o aluguel pela manhã do dia 1º de cada mês e dava-me ainda uma gorgeta para tomar uns tragos".

Perguntado quais as atividades de EMIL, o porteiro respondeu:

"O pobrezinho passava quase todo o dia pintando ou, então, dando comida aos pombos que eram os seus grandes amigos, vindo à sua janela para comer ou acariciar seu protetor".

Os Estúdios Ovington não são apartamentos luxuosos. Ali se alojam artistas, fotógrafos, corretores da bolsa, alfaiates e relojoeiros. É um lugar onde reina constante confusão, mas onde ninguém se ocupa com o que faz ou pretende fazer o vizinho. Os aluguéis são relativamente modestos e quando EMIL GOLDFUSS alugou uma peça no quinto andar, não discutiu o preço de 36 dólares semanais. Ao proprietário interessava bastante a permanência de EMIL em seu Estúdio, pois tratava-se de um cavalheiro distintíssimo, verdadeiro "gentleman" e que falava como um verdadeiro "mestre", sendo suas observações, embora raramente as fizesse, sempre precisas e interessantes.

c. Timidez Fingida

Aquêle homem, de aparência tímida, possuindo voz de barítono e falando um inglês perfeito e elegante, conhecia, também, todos os términos de gíria usados em Brooklyn. Falava com pronúncia de Boston, que é onde se fala o inglês mais puro de todo o país e sómente um especialista em lingüística poderia notar em EMIL um ligeiro sotaque irlandês, o que em Brooklyn, onde os irlandeses e seus descendentes representavam a elite da sociedade, constituía prova irrefutável de americanismo. Seu sobrenome de GOLDFUSS, de origem hebraica, dava-lhe a chance de pertencer a uma das famílias mais antigas da cidade, descendente dos bravos navegantes da "Mayflowe". Vestia-se com alguma negligência e podia-se observar que tudo que usava era comprado em casas populares, segundo o costume da gente menos aquinhoadas. Seus casacos eram invariavelmente de côr diferente do preto e suas camisas-esporte ostentavam sempre motivos havaianos. No verão costumava usar chapéu de palha de abas largas. Tinha a mania de manter os sapatos sempre brilhantes, mas isso era muito comum em Brooklyn. Levava uma vida exemplar. Nunca se havia notado nada de estranho no Sr. EMIL. Não era um misantropo. "Entretinha-se com todos, interessando-se sempre pelo que estávamos fazendo" disse um pedreiro que fazia reparações no edifício. "Certa vez convidou a mim e a uns companheiros a bebermos uma garrafa de uísque em seu apartamento.

A peça estava em grande desordem, com vários quadros pendurados pelas paredes. Em um cavalete, de costas para a janela, vimos o quadro

de uma mulher nua sendo delineado pelo pintor. O quarto era estreito e um pouco úmido, quase sem conforto, e não tinha nada de diferente dos demais estúdios de pintores ou fotógrafos que tenham de lutar pelo pão de cada dia."

Realmente, embora mais tarde se houvesse descoberto, naquela dependência, um livro de cheques que acusava milhares de dólares depositados, EMIL era muito econômico. Gastava parcamente, comendo em bares e leiterias as mais modestas e não gastando mais que um dólar em cada refeição; almoçava em seu quarto e quando viajava se hospedava em hotéis onde a diária não ultrapassasse de dois dólares.

Em seu quarto foi encontrado tudo de que necessita um pintor ou fotógrafo. Ampliadoras, pilhas, motores elétricos e ainda um pequeno reservado — "câmara escura" — situado dentro de um armário. Foi descoberto ainda, no quarto de EMIL, um rádio da marca "Hallicrafter", do tipo que é vendido aos radiamadores nas casas especializadas. São utilizados, em via de regra, para ouvir ondas-curtas ou comunicados da radiopatrulha. A antena do aparelho estava pendurada em um fio telefônico que passava próximo à janela, mas que não era usado há muito tempo.

EMIL gozava de ótimo conceito entre seus vizinhos que constantemente iam pedir-lhe auxílio em assuntos de toda ordem. Geralmente a porta de seu quarto estava aberta. Não fazia nada às escondidas, asseveravam os seus íntimos. Da janela de seu quarto podia-se ver o parque "Prospekt" e alguns arranha-céus, entre os quais o Palácio do Procurador Fiscal e a Diretoria do Serviço de Segurança do Estado de Nova York.

Firmando mais a vista, podia-se percorrer o interior da sala do Tribunal, onde, por vezes, eram abordadas questões importantes. Burton Silverman, pintor e, como EMIL, inquilino do estúdio, achava-o um cavalheiro muito distinto e agradável. Eram, mesmo, muito amigos.

— "Nunca tive nada que reprovar no comportamento de EMIL", disse Burton. "Era um verdadeiro senhor. Vinha constantemente jantar comigo, mas sempre comia muito pouco. Quando convidado, trazia flores para minha senhora e nos tratava com toda a consideração. Sabíamos que havia nascido em Nova York e que tinha tido uma infância difícil. Perdera seus pais, ainda menino, e sua companheira o havia abandonado por um funcionário de posição. EMIL nunca negava um favor. Quando, dias atrás, pedi-lhe que me emprestasse sua máquina de escrever, "Remington", não se negou a cedê-la, tendo ainda o cuidado de entregar-me uma fita nova e retirar a outra que já estava muito velha.

Depois ele mesmo fez questão de trocar uma fita pela outra, jogando a fita velha na cesta de papéis existente em seu quarto".

Cambuzza, proprietário de um pequeno negócio de acessórios de rádio, que funcionava no primeiro andar, declarou, quando ouvido:

"Não só era um grande amigo, como também, um cliente interessante. Comprava fio para antena, lâmpadas, e, uma vez adquiriu um voltímetro e um condensador. Falava muito sobre eletrônica, matéria

que me apaixona. EMIL, também, era apaixonado e grande conhecedor do assunto. Passávamos horas e horas falando sobre ondas curtas e, por diversas vezes, EMIL ajudou-me a reparar alguns aparelhos de clientes. Sim, entendia muito do assunto e sempre foi ótimo companheiro. Além de tudo era pintor de alta classe, gostava muito de pintar quadros do bairro de Harlem. Suas telas eram muito interessantes e algumas vezes encontrei EMIL pintando a paisagem que era vista da janela de seu quarto". . .

Posteriormente seus quadros foram recolhidos pela Polícia. Um deles, embora ninguém, na ocasião, houvesse percebido, tinha grande semelhança com o atual ditador soviético, Kruschov.

"Eu gostava muito de pintar", disse EMIL, mais tarde, quando já se encontrava na prisão. "Se tivesse tempo creio que me teria transformado em outro Van Gogh". . .

Em assuntos literários possuía gosto variável. Ao lado de novelas policiais que constantemente estava lendo, podiam ser encontrados tratados de ciências matemáticas ou obras clássicas.

As vezes falava alemão e gozava do privilégio de haver o Banco Nacional, de certa feita lhe emprestado 10.000 dólares sem outra exigência que não fosse sua assinatura como EMIL GOLDFUSS.

Nos Estados Unidos, alguém, de quem nada se tem o que dizer, goza de ótima reputação, pois os norte-americanos não gostam de pessoas que se portam de maneira diversa das demais. Assim, EMIL passava despercebido. Ninguém reparava em sua existência, embora seus amigos o estimassem e sua ausência não lhes passasse despercebida. Raramente viajava e quando o fazia era para visitar amigos na Nova Inglaterra ou ir aos montes Adirondack buscar algum motivo interessante para seus quadros. Quando não estava bem de saúde, preferia passar alguns meses em Arizona, onde o clima era mais quente e a vida mais barata.

"É necessário fazer alguns pequenos sacrifícios em benefício de nossa saúde", explicava aos amigos, "e, além do mais, durante os meses que passo em Arizona economizo bastante".

Todos tinham a impressão de que EMIL mostrava-se sempre mais alegre quando regressava de suas longas viagens, pois voltava encantado com as maravilhas do Oeste.

Tais viagens não tinham nada de anormal, pois milhões de norte-americanos estão constantemente viajando para Arizona e para Memphis, principal cidade do Estado de Tennessee e aquelas regiões não estão situadas no caminho para Moscou.

Nos hotéis de segunda categoria, onde EMIL se hospedava, o bom homem dava sempre a impressão de tranqüilidade e de insignificância. No Hotel Central achavam que ele era muito simpático; no Hotel Embassy tinham a impressão de ser ABEL homem muito correto, pois sempre pagava suas contas adiantadamente; no Hotel Lathan pequena hospedaria existente na 5^a Avenida e freqüentada por funcionários modestos e oficiais reformados, ele era recordado como um hóspede formidável, que

não amolava ninguém, nada perguntava e de nada se queixava, que entrava e saía pela porta lateral e que, às vezes, à tarde, se deixava ficar na roda dos ex-oficiais, conversando sobre assuntos diversos e mostrando ignorância completa por tudo qua se dizia a respeito das Fôrças Armadas americanas. Um de seus amigos no Lathan era o Dr. Groopman, que se recorda de uma vez o haver vacinado e lhe fornecido um atestado de vacina, em um documento estadual, pois EMIL alegava que em breve viajaria para os países nórdicos, a fim de colhêr alguns panoramas daquela região, e que no regresso tal documento seria exigido pelas autoridades americanas.

O interessante a assinalar é que, se em Brooklyn conheciam a um homem careca e que usava óculos, atendendo pelo nome de EMIL GOLDFUSS já no hotel Lathan o mesmo personagem era conhecido como MARTIN COLLIN e, em outros lugares, como PERUTTI.

"Seu rosto era difícil de identificar e era muito difícil de seguir o homem" declarou Fred Sowick, agente do FBI. "Mais de uma vez perdi-o de vista, pois ele andava sempre em zigzag, entrando em diversas casas por determinadas portas saindo por outras".

Só depois de já estar na prisão há vários dias é que o FBI pôde concluir que EMIL, COLLINS e PERUTTI eram a mesma pessoa, ou seja, o espião "MARK", denunciado por seu ajudante, o Tenente-Coronel VIC, do Serviço Secreto Soviético.

Mas, o interessante é que não basta inventar os nomes. Não se pode ser GOLDFUSS depois de ter sido ABEL, únicamente por haver recebido uma ordem superior. Tais personagens foram criados na Escola de Agentes Secretos em Moscou. Quando o agente chega a um país estrangeiro leva toda a bagagem que deve representar. Seus novos costumes, seu novo caráter e até os defeitos físicos; enfim, todos os mínimos detalhes que permitem a um homem transformar-se em outro.

O Cel ABEL levou anos para aprender como representar seus personagens. Durante todo este período não fez outra coisa senão viver nas proximidades de uma vila, ao norte de Moscou e empregou todo o seu tempo, energias e pensamentos em assimilar as diversas personalidades que mais tarde deveria representar.

Nesses anos perdeu seus velhos hábitos e aprendeu novos. Isto não era mais que uma parte da preparação que devia fazer, antes de abraçar sua espôsa e seus dois filhos, que residiam em uma modesta casa em Moscou. Foi a última vez que viu aquêles entes queridos. Rumou para o aeroporto, sem ser acompanhado por qualquer parente. Viajaria para Berlim, era o que podia dizer. Tinha uma certidão de nascimento que não podia despertar suspeitas. Fôra emitida, oficialmente, pelo Departamento Estatístico de Nova York e dizia que EMIL GOLDFUSS havia nascido na cidade de Nova York em 2 de agosto de 1902 na rua 82 n. 122. Outros documentos, referentes a outras personalidades, ele de-

veria receber posteriormente, pois não era conveniente transportar todos, em uma mesma viagem.

d. *Infiltração Sub-reptícia*

Quando o correspondente da agência oficial soviética "Tass", que controla o noticiário a ser distribuído aos jornais, chegou com seu automóvel na linha de demarcação da zona de Porkkala, região ocupada pelos russos, mas pertencente ao território finlandês, os guardas olharam rapidamente para a documentação apresentada e deixaram o carro passar.

Mas se os agentes tivessem seguido as intruções existentes e revisassem a mala do carro, teriam ali encontrado algo sensacional, ou seja, um homem gordo, parecendo agricultor com rosto queimado pelo sol e que respirava com dificuldade. Quem era esse homem? Eugenio Nikili Maki atravessou desta forma as linhas da "Cortina de Ferro" e iniciou assim sua primeira viagem aos Estados Unidos. Maki, naturalmente era um personagem fabricado por Moscou, cujo destino era seguir para a América, onde deveria colaborar com ABEL que, naquela época operava em Nova York sob o nome de "MARK". O papel desempenhado por Maki, que nada mais era do que o Tenente-Coronel VIC de que já tratamos, também conhecido por ERMAS, foi de tanta importância no caso, que estamos relatando que vale a pena nos ocuparmos mais um pouco com este personagem.

Sua verdadeira identidade era Rheino Haynamen, Tenente-Coronel, nascido em Kakissari, perto da fronteira da Finlândia, a 14 de maio de 1920.

Em 1939 foi chamado para a Fôrça Aérea e logo destinado a servir na NKVD (Narodnyi Komissariat Vnutrenij Dei — Comissariado Popular para a Segurança do Estado), pois tal entidade, em vista da próxima invasão da Finlândia, necessitava de intérpretes.

Pouco a pouco, Haynamen foi sendo iniciado na carreira de agente secreto; aprendeu a formular perguntas precisas, a descobrir um espião entre milhares de prisioneiros inocentes e a encobrir as idéias comunistas.

Enviado a Párdeni, uma pequena cidade onde o Partido estava muito desenvolvido, aí ganha a estima de todos os seus superiores e assim consegue, já em 1943, ingressar como membro do PC russo. Em 1948 foi promovido a Subtenente e transferido para a MVD (Ministério do Interior), onde tornou-se amigo de um General que o convidou para ingressar no serviço de espionagem, devendo antes seguir um curso daquela especialidade. No curso aprendeu a guiar automóveis americanos e reparar seus motores e a ganhar a vida como mecânico, telefonista e pedreiro. Recebeu uma máquina fotográfica e lhe ensinaram a copiar documentos e revelar "filmes". Três vezes por semana assistia a aulas de inglês e durante quatro horas por dia ouvia discos americanos. Destacado para uma missão na Estônia, saiu-se a contento e logo ascendeu ao posto de Major.

Certa manhã recebeu ordem de viajar para os Estados Unidos, onde deveria permanecer como "residente", recebendo ordens de "MARK". A ordem dizia, ainda, que deveria viajar primeiro para Porkkala, a bordo de um cargueiro, e dali ser transportado para Helsinqui, no porta-malas de um carro pertencente a um jornalista russo.

VIC e MARK, sob o ponto-de-vista físico, são completamente opostos. VIC é gordo e baixo; seus olhos brilham sempre com certa malícia, bebe desde que acorda até à madrugada e tem forte inclinação por mulheres. Chegou a convencer seus superiores de que, para "viver" melhor sua história, deveria chegar aos Estados Unidos em companhia de uma mulher.

Obteve permissão para se casar em Helsinqui com Ana Maki, que mais tarde, em 1953, deveria ir encontrá-lo em Nova York. Foi então que os superiores de VIC descobriram que ele já se havia casado em Leningrado, onde havia deixado um filho. Passaram a desconfiar que VIC havia aceitado as funções de espião para poder casar novamente em outro país, pois não conseguira obter o divórcio na Rússia.

Embora sendo um indivíduo muito simples, ao chegar aos Estados Unidos VIC já havia gasto mais de 50.000 dólares e estava em situação difícil, não tendo dinheiro nem para pagar o hotel.

ABEL encontrou-se pela primeira vez com seu "assistente" em um lavatório de um cinema em Nova York. VIC vestia-se de tal maneira que não foi difícil a ABEL reconhecê-lo. Fêz-lhe sinal e VIC acompanhou-o pela rua. Conversaram, estudando a melhor maneira de abrir um estúdio fotográfico para VIC, de modo que ele assim pudesse encobrir e justificar os meios financeiros que necessitava para viver. ABEL não ficou muito contente com a chegada de VIC. Seu modo de vestir não se adaptava ao de um agente secreto e ABEL preferiria que seu "ajudante" se mostrasse mais prudente. Mas era necessário contentar-se com o que lhe haviam enviado e ele sabia que as ordens do Partido não podiam ser discutidas.

e. As Invenções de ABEL

Os encontros entre os dois espiões ocorriam raramente. Enquanto VIC tinha liberdade de se encontrar com ABEL, os demais agentes da rede não gozavam dêste privilégio e não havia um sequer que conhecesse o "Chefe". Os agentes se comunicavam através de sinais e colocabam suas mensagens em esconderijos. Os sinais consistiam em deixar, em um lugar determinado, um objeto ou marca que indicasse ao companheiro que a mensagem se encontrava no lugar combinado.

As grades do Parque de Brooklyn eram um dos lugares preferidos. O agente devia traçar linhas, com giz azul, sobre a quinta barra de ferro. Dando cinco riscos, por exemplo indicava que a mensagem havia sido colocada embaixo do quinto banco do parque. ABEL usava êste sistema com agrado porque qualquer um podia sentar-se em um banco, observando os casais que passavam e, ao mesmo tempo, estendendo a mão

por baixo do banco, apanhar a mensagem. Outro processo consistia em colocar linhas, verticais em um poste da rua 74. Caso o poste aparescesse com três riscos o agente ficaria sabendo que sob a terceira caixa de correio, a partir daquele poste, estaria a mensagem. Logo que recebesse a mensagem o agente teria que passar um risco horizontal sobre as linhas verticais. ABEL usava muitos outros meios, todos com o fim de evitar o contato pessoal entre êle e seus agentes.

f. *O Sargento traidor*

Numa tarde de dezembro de 1951, o terceiro-secretário da Embaixada Americana em Moscou, dirigiu-se para a garagem da mesma, que ficava próximo à chancelaria, procurando o Sargento ROY S. RHODES, a quem queria surpreender com uma boa notícia.

— "Aqui está, velho, uma notícia formidável. Os russos aceitaram as razões apresentadas por nosso embaixador e permitiram a vinda de sua espôsa. Soubemos na Embaixada que ela deverá chegar dentro de uns dois meses."

A vida em Moscou, para o Sargento RHODES, corria insípida e monótona. A ausência de sua espôsa fazia com que êle procurasse embendar-se constantemente.

O Sargento havia sido enviado a Moscou para servir ao Adido Militar, mas, como o funcionário que êle deveria substituir ainda não havia sido desligado, RHODES prestava seus serviços na garagem, pois entendia muito de motores de automóveis.

Nos Estados Unidos seu crédito era alto, tanto assim que trabalhara no Pentágono, onde conquistara vários amigos. Pertencia à Arma de Comunicações.

Ao regressar à garagem, após a comunicação da vinda de sua espôsa, propôs aos mecânicos russos, que ali trabalhavam sob suas ordens, que comprassem uma garrafa de vodka para festejarem o acontecimento. No meio da festa chegaram duas mulheres que os russos haviam mandado chamar e a farra tornou-se maior ainda. Uma delas chamava-se Natacha e RHODES, desde logo, achou-a muito interessante. Conseguindo livrar-se dos dois mecânicos saiu com Natacha para jantar. Beberam e dançaram e na manhã seguinte, quando RHODES despertou, notou que se encontrava em um quarto que não era o seu e que Natacha dormia a seu lado. Voltou a seu trabalho e teria esquecido da existência de Natacha se duas semanas depois não houvesse sido chamado para com ela encontrar-se. Concordou com o pedido, pensando passar outra noite interessante, mas ao saltar no lugar determinado encontrou Natacha em companhia de seu irmão Nikita e mais um jovem que falava corretamente o inglês e se chamava Bob Day. Subiram ao apartamento em que morava Natacha, naquele mesmo bairro; ao chegar à sala, Natacha virou-se para RHODES e, na presença dos outros dois

rapazes, disse que esperava um filho dêle e que a situação para ela era horrível, pois estava noiva e tinha que desmanchar o compromisso com o rapaz. Nikita logo dirigi-se a RHODES dizendo que sua irmã necessitava ajuda. Beberam e conversaram durante várias horas, enquanto estudavam o caso de Natacha. Depois passaram a jogar cartas com mais um quarto indivíduo que chegara. Natacha saiu da sala e desapareceu para todo o sempre da vida de RHODES. A certa altura do jôgo um dos companheiros declarou:

"Sargento, nós sabemos que você faz câmbio negro de gasolina, sabemos que dentro em pouco sua espôsa chegará a Moscou e sabemos que Natacha espera um filho seu. Precisamos de dinheiro para resolver todos estes problemas e este nosso amigo que acaba de chegar aqui é muito rico e pode nos ajudar, desde que você coopere com a turma..." Nada mais disseram. O jôgo acabou muito tarde. RHODES perdeu muitos dólares mas, com grande espanto, ao chegar em casa encontrou nada menos que três mil rublos em um de seus bolsos.

Os dias foram passando, RHODES continuando a jogar e a perder, mas sempre voltando para casa com mais dinheiro do que perdera. Sua espôsa chegou a Moscou, mas aquela vidinha encantava o Sargento, que já agora não podia mais fugir daquele convívio, particularmente depois que havia contado muitos pormenores da vida do Embaixador, do comportamento do Adido Militar e muitas outras coisas que só passavam na Embaixada. As reuniões passaram a ser freqüentadas por môças simpáticas e atraentes e, constantemente, RHODES acordava em outro quarto que não o seu, tendo a seu lado uma interessante russa, em lugar de sua espôsa.

Várias noites se passaram entre cartas, mulheres e prazeres. RHODES estava entusiasmado com a nova vida e já não ligava muito para seu lar. Certa noite, depois de uma orgia fantástica, chegaram três oficiais do Exército Vermelho. Falaram em RHODES sobre mensagens de código, sobre o Forte Meyer, que o Sargento conhecia muito bem, e sobre muitas outras coisas. A partir daquele dia RHODES passou a encontrar em seu bôlso, não mais 3.000 rublos, porém milhares e milhares de rublos e dólares. Tornara-se rico da noite para o dia. Podia deixar seu sólido intacto.

Posteriormente passaram a fornecer-lhe dinheiro sómente mediante recibo, passado nas duas línguas, russo e inglês, e o Sargento ia contando tudo o que sabia ou que lhe era perguntado. Falou sobre o Pentágono, onde havia trabalhado, das características do motorista do carro do General Ridgeway, ao qual conhecia desde pequeno, recordou casos que havia assistido nos campos de prova de Aberdeen e certa vez até desenhou a planta completa do acantonamento do Forte Belvoir.

Em junho de 1953 RHODES foi escalado para regressar aos Estados Unidos. Tratava-se simplesmente de uma mudança de rotina, pois a Embaixada Americana em Moscou de nada suspeitava com relação ao

Sargento. Antes de partir, RHODES recebeu instruções precisas de seus amigos:

"Ponha-se em contacto com nossa Embaixada em Nova York. Nós confiamos muito em você e queremos continuar sendo seus amigos".

No dia seguinte ao de sua chegada recebeu um misterioso telefonema que dizia sómente:

"O toureiro é o campeão..."

Isto significava que ele devia ir à cidade do México onde, na entrada de determinado cinema, deveria encontrar-se com um "amigo" que estivesse com um cachimbo aceso na mão. RHODES jurou perante seus juízes que nunca havia entrado em contato com os soviéticos, depois que havia regressado da Rússia, mas em seu interrogatório caiu em algumas contradições, o que serviu para deixar os jurados em dúvida. Donovan, que mais tarde foi o advogado de defesa de ABEL, declarou em juízo que RHODES havia sido o indivíduo mais vil que já vestira a farda de soldado americano e o juiz do processo, ao saber que RHODES continuava recebendo seu sôlido de 300 dólares pagos pelo Pentágono, mesmo depois de preso, enviou um ofício às autoridades daquele órgão dizendo, irônicoamente, que no próximo mês mandassem, também, a medalha de serviços distintos que RHODES merecia. Embora com toda a opinião pública contra ele, RHODES foi condenado, sómente, a 5 anos de prisão e expulsão do Exército, pois não conseguiram provar quase nada de que o acusaram.

g. O traidor soviético

Meses depois, ante o espanto geral dos habitantes de Salida, no Estado do Colorado, a cidade foi invadida por uma onda de agentes do FBI.

O que quererão êstes homens? Não temos mais que montanhas e desertos. Não nos interessamos por política e nada fizemos. Mas ABEL e VIC haviam estado em Salida, onde habitava a irmã de RHODES, e os agentes soviéticos queriam encontrar o sargento americano. ABEL havia chegado para entrevistar RHODES e com ele havia trazido VIC, mas, anteriormente, já havia despachado documentos para alguns agentes soviéticos que operavam em Salida. Um dêstes documentos foi mais tarde encontrado e dizia:

"QUEBEC. Código para ROY A. RHODES, nascido em 1917 em Oilton, Oklahoma, sargento do Exército, membro da Embaixada Norte-americana em Moscou. Entrou para nosso serviço em janeiro de 1952. Temos em nosso poder recibos e documentos assinados por ele. Conhece o código de cifras norte-americano. Depois de deixar a Rússia foi para São Luiz, Califórnia. Prometeu enviar informes especiais para nossa Embaixada, mas há um ano que não sabemos nada a seu respeito. Parece que QUEBEC vive, atualmente, em Red Bank, onde sua mulher possui três casas. Seu pai, W. A. RHODES, trabalha em um laboratório

atômico juntamente com seu cunhado. Seu irmão é engenheiro em um campo de experiências atômicas..."

Mas não era só o novo recrutamento de RHODES que interessava ABEL. Queria o espião soviético constituir uma rede de espionagem que abarcasse o centro da indústria norte-americana e depois se ramificasse pela indústria de submarinos atômicos e foguetes, pontos em que ABEL procurava conseguir penetração a todo custo. Procurou interessar VIC neste assunto, mas este continuava a tomar-lhe muito dinheiro "para montar seu estúdio", dizia, e nem cooperava com o chefe nem comprava a casa ou o escritório destinado a seu trabalho. ABEL já estava desconfiado do procedimento de VIC. Aliás, nunca foi capaz de confiar demasiadamente em nenhum agente soviético. No caso do VIC, particularmente, ABEL sabia-o um bêbado inveterado, incapaz de levar uma missão até o final, e ainda, o que era muito mais grave, constantemente havia rusgas entre VIC e a esposa. Certa vez foi até chamada uma ambulância para tratar de VIC, que apresentava um ferimento produzido "accidentalmente" por faca.

"Um bom espião não provoca tais situações", pensava ABEL e, assim, VIC perdeu completamente a confiança de seu chefe.

Quando, de certa feita, teve permissão para ir a Moscou, "em gôzo de férias" ABEL fêz ver a seus chefes que VIC devia ser substituído, pois não correspondia mais à sua finalidade. De regresso aos Estados Unidos avisou VIC de que ele estava sendo esperado em Moscou e entregou-lhe o dinheiro necessário para a passagem. VIC gastou o dinheiro em bebidas e passeios e deixou-se ficar onde estava.

ABEL providenciou nova passagem e novo passaporte, e ameaçou VIC, dizendo que tinha ordens expressas de Moscou para embarcá-lo, pois necessitavam de sua colaboração em outro setor do estrangeiro. O problema principal de VIC era não permanecer em Moscou, pois na Rússia ele já era casado, como vimos anteriormente. Entretanto, desta vez pareceu acatar a ordem do seu superior e viajou rumo a Moscou, via Londres e Paris. Em abril de 1957 chegou a Paris. Imediatamente telefonou à Embaixada soviética naquela cidade e perguntou:

"Posso enviar dois embrulhos para Moscou sem ser por intermédio da Sociedade Mori?"

Mori era uma organização comercial que se ocupava da expedição para a Rússia de encomendas e "outras coisas".

Do outro lado lhe informaram que aparecesse na Embaixada no dia seguinte. Temeroso de que lhe acontecesse algo, em lugar de comparecer à Embaixada soviética, como havia prometido, dirigiu-se à americana, onde, após ser recebido, denunciou toda a rede dirigida por ABEL nos Estados Unidos. Estábamos, então, a 4 de março de 1957.

h. Todos têm seu preço

A posição de ABEL era muito delicada para que ele pudesse atuar nas proximidades das bases americanas, contando as antenas de radar

ou estudando as possibilidades de obter o número de canhões existentes nos fortes. Necessitava de informantes. Como proceder para consegui-los? Onde poderia encontrá-los? Todos têm seu preço, era a teoria de ABEL, e até mesmo dentro do próprio Pentágono poderei conseguir um informante.

A história do Capitão George H. French segundo os registros encontrados no FBI, nos oferece uma explicação aceitável de que dizia ABEL.

Certa noite, em Washington, em princípios de abril de 1957, um homem em traje civil e transportando volumosa pasta de couro, entrou no albergue Statler. Daí saiu logo a seguir outro homem que se dirigiu para um casarão localizado mais adiante e onde funciona a Embaixada Soviética. Chegando ao portão da embaixada entregou a alguém a volumosa pasta e se afastou rapidamente. A pasta continha alguns documentos "Secretos" e uma carta onde eram prometidos informes mais interessantes ainda, a serem entregues no albergue "New Yorker", em Nova York, no dia 27 de abril. Os informes que estavam na pasta seriam graciosos, mas os que fôssem fornecidos mais tarde teriam um certo preço.

O homem que entrara no albergue não era outro se não o Capitão FRENCH, de 36 anos de idade, e que trabalhava no Pentágono, na Chefia do Comando Aérotático, onde exercia cargo de alta confiança pois, como sabemos, cabe a essa chefia o planejamento do bombardeio atômico do território soviético.

O passado do Capitão é dos mais brilhantes. Herói da última guerra, participou de quase quarenta missões de combate, foi condecorado por suas ações sobre Berlim e Tóquio e, mais tarde, recebeu a cruz de maior valor dada aos combatentes na Coréia. Conhecia os planos estratégicos e todos os detalhes para o transporte nos aviões, dos instrumentos eletrônicos e armas atômicas; possuía, também, alguns projetos para a construção de bombas. Ele era uma verdadeira mina de informações e informações e pedia por sua colaboração nada mais que 27 mil dólares.

Os 800 dólares mensais que recebia eram mais que suficientes para sustentar sua família, composta de mulher e cinco filhos. Mas, ultimamente, tinha se endividado muito, particularmente depois que passou a freqüentar um clube clandestino onde jogava-se forte e até altas horas da noite. Seus princípios democráticos eram firmes, sendo mesmo conhecido como um dos oficiais que mais detestavam o comunismo.

Os soviéticos aceitaram a colaboração do Capitão FRENCH e prometeram comparecer ao encontro marcado. Todavia, FRENCH não levou os documentos prometidos. Desconfiado da pronta aquiescência dos russos, deixou os papéis e cartas que pretendia vender em um depósito situado nas proximidades do "New Yorker". Também não adiantava ter levado o que havia prometido, pois, ao chegar ao local do encontro, em lugar dos soviéticos deparou com uma turma de agentes do FBI que o prendeu imediatamente. Na realidade, desde algum tempo o FBI vinha vigiando a Embaixada russa, já que o Serviço de Informa-

ções suspeitava de que havia contatos entre os russos e outros agentes americanos ou estrangeiros, estabelecidos diretamente pelos diplomatas. Assim, haviam prendido o indivíduo que havia deixado a pasta na Embaixada, logo que êle se afastara do local e por seu intermédio vieram a saber de toda trama do Capitão FRENCH. Uma vez preso, o Capitão foi levado para um campo da Luisiana, onde, depois de julgado, foi condenado a 30 de setembro de 1957, perdendo a patente de oficial e tendo ainda que cumprir perto de 30 anos de prisão com trabalho.

2. PRISÃO DE ABEL

a. Ações do FBI

Certo dia, logo depois de VIC haver se apresentado à Embaixada Americana em Paris, ABEL abandonava seu quarto no Estúdio de Brooklyn, declarando a seus amigos que iria passar uns dias na Califórnia, por motivo de saúde. Na realidade, usando outra identidade, COLLINS, partiu para Flórida, onde permaneceu algumas semanas nas praias de Daytona. Tudo leva a crer que daquela região tentaria chegar ao México, para depois dirigir-se à Rússia.

Terá êle recebido ordens em contrário? Será que teve dificuldades em atravessar a fronteira mexicana? Ou acreditou que sua permanência na América não implicava em nenhum perigo?

As 23.55 do dia 23 de maio, um agente secreto do FBI, que se instalara em um quarto do Hotel Tourraine, bem em frente ao Estúdio onde ABEL trabalhava, viu uma luz acender-se no quarto do espião. Há mais de duas semanas o FBI tomara a seu cargo observar aquêle quarto. O agente não pôde distinguir mais que um rosto, um nariz aquilino, um par de óculos e uma cabeça calva. A luz imediatamente foi apagada. O agente, que tinha um microfone ligado com seu órgão de chefia, alertou imediatamente aos agentes Carlson e Frederic, que logo apareceram nas imediações e passaram a seguir o indivíduo que trajava camisa esporte azul e usava chapéu de palha cintzento-escuro, com fita branca.

O indivíduo caminhava rapidamente rumo à estação ferroviária. Tomou um táxi, do qual saltou logo depois, passando para um ônibus, donde desceu em seguida para tomar outro táxi, entrando por diversas ruas e desaparecendo da vista dos agentes. Perdida a pista, os funcionários do FBI regressaram ao Hotel Tourraine.

Não devemos estranhar que o FBI não tivesse prendido "MARK" logo após haver recebido os dados fornecidos por VIC, que havia informado o nome de EMIL e o local em que êste morava.

Muitos foram os motivos que levaram o FBI a agir desta maneira e, entre outros, podemos citar os seguintes:

1º Tratava-se de encontrar ABEL que, como vimos, logo depois da acusação de VIC embora nada sabendo a respeito havia mudado de residência e de nome.

2º O FBI esperava seguir ABEL e assim obter outras pistas para pegar a rême completa ou mesmo descobrir algum "centro de informações".

3º Pelas leis americanas o FBI não pode revistar um quarto ou uma casa sem a devida permissão do juiz, nem prender qualquer pessoa sem o documento necessário, qual seja, a ordem do juiz.

Os agentes continuaram sua paciente espera e, sómente na noite de 13 de junho, a luz do quarto de ABEL foi novamente acesa. Agora, o agente que estava de observação podia ver, perfeitamente, por meio de um binóculo potente, a pessoa que estava dentro do quarto e o que estava fazendo: ABEL manejava um pequeno rádio e procurava manter ligação com alguém. À meia-noite apagou a luz e saiu de sua habitação. Nada menos que quinze agentes acompanharam o "pássaro", utilizando cinco automóveis dotados de aparelhos de rádio, radares e televisão. ABEL dirigiu-se para o Hotel Lathan e recolheu-se a seus aposentos. Os agentes do FBI examinaram o registro do hotel e ficaram sabendo que o indivíduo não era ABEL, mas sim MARTINS COLLINS. Interrogando o gerente souberam que dias antes COLLINS havia pedido a um médico do hotel que o vacinasse, pois necessitava de viajar. O médico foi despertado pelos agentes e, verificando seu formulário, constatou que COLLINS havia ali escrito a data e o local de seu nascimento. Consultando o registro civil verificou-se que naquela data e naquele local não havia nascido nenhuma criança da família COLLINS e o número de registro correspondia a uma pessoa do sexo feminino que havia falecido aos seis meses de idade.

A partir daquele momento ABEL passou a sentir que estava sendo perseguido. Por mais que os agentes procurassem dissimular, o russo era muito perspicaz para deixar passar desapercebida a vigilância que sobre ele mantinham. Comunicou a seus superiores que estava sendo seguido, talvez por uns três elementos, e que já havia comprado passagem de regresso à Rússia, devendo viajar no "Queen Elisabeth". Chegava agora o momento do FBI agir. Todavia, segundo as leis americanas, ainda não tinham elementos para, ao menos, revistar o quarto de COLLINS. Solicitaram auxílio do Serviço de Imigração, alegando que COLLINS era cidadão estrangeiro, pois sua documentação de cidadania americana era falsa. De Washington, um funcionário do Serviço de Imigração foi mandado a Nova York com uma ordem legal, autorizando a revista no quarto do Sr. MARTINS COLLINS. Sómente a 21 de junho de 1957 o agente apresentou-se no Hotel Lathan. Dirigiu-se ao quarto 830. A porta abriu-se e o funcionário entrou, acompanhado por diversos agentes do FBI. O interrogatório foi breve:

"— Coronel, sabemos que o senhor é um espião"...

ABEL nada respondeu. O quarto foi revistado e ele continuava em silêncio. Ao encontrarem um livro de cheques em nome de EMIL GOLDFUSS, perguntaram-lhe quem era, tendo ele respondido: "Sou eu".

Foi então preso pelo funcionário do Serviço de Imigração por permanência ilegal nos Estados Unidos e violação da Lei de Imigração.

A busca continuou por mais meia hora. Foram encontrados alguns microfilmes iguais ao que Jaime, o garoto, havia descoberto por acaso dentro do "níquel"; um pequeno rádio transmissor e receptor de ondas curtas e mais alguns documentos de pouca importância. Ao terminar a revista, passada sob os olhos de EMIL, que a tudo assistia sem nada dizer, um dos agentes do FBI aproximou-se dele:

— Coronel, não temos dúvida de que o senhor é um espião. Acreditamos que o melhor meio de salvar-se será, de agora em diante, o senhor passar a trabalhar conosco. Podemos, ainda, ser bons camaradas..."

EMIL nada respondeu. Os agentes do FBI viram logo que não se tratava de um indivíduo do tipo VIC. Nada demoveria, ao menos nesse momento, o coronel russo. O preso foi entregue ao Serviço de Imigração, levado para o aeroporto e embarcado em avião especial com destino ao campo McAllen, situado em lugar isolado no Texas e onde, no momento, só havia três detidos. Aí permaneceu por uma semana. Só o chefe do FBI sabia do destino que tinha sido dado a ABEL, pois até os agentes que o prenderam foram proibidos de comentar o caso. Especialistas foram mandados para o Campo McAllen a fim de convencer ABEL a tornar-se espião americano ou mesmo, espião "duplo". ABEL foi ameaçado de ser reembarcado para a Rússia onde, naturalmente, seria jogado num campo da Sibéria, mas, ante tal idéia, mostrou-se interessadíssimo em ser repatriado, dizendo mesmo que já estava com muitas saudades da família. Quando, depois de oito dias no Campo McAllen, foi interrogado por um funcionário da justiça, nomeado para tal fim, ABEL reconheceu que se encontrava clandestinamente nos Estados Unidos e que havia violado as leis de imigração. Nada mais disse, embora os interrogatórios fôssem sucessivos. Só agregou alguma coisa às declarações anteriores quando perguntaram seu verdadeiro nome, esclarecendo:

“— Chamo-me RUDOLPH IVANOVICH ABEL”...

Como vemos, tal revelação tem valor muito relativo, pois, até hoje, ninguém pode afirmar se aquêle indivíduo, que teve tantos nomes, chama-se mesmo RUDOLPH IVANOVICH ABEL, nem foi possível aos americanos saber da verdade, pois desconheciam a existência de um coronel russo com aquêle nome. Nem mesmo em um catálogo de telefones, foi encontrado o nome dado por ABEL, quando, tratando-se de um coronel, seu nome devia ao menos, em alguma época, ter constado da guia telefônica.

b. *A vida de ABEL*

Pouco conseguiu o FBI saber a respeito de ABEL. Das declarações feitas posteriormente pelo prisioneiro podemos resumir o seguinte:

“Aparenta ter uns sessenta anos de idade, mas ignora-se a data e o local de seu nascimento. Pertence a uma família burguesa que vive

na Rússia Meridional e sempre se manteve à margem da política, quer sob o regime do Czar quer sob o jugo comunista. É filho único e, segundo declarou, seu pai era grande amigo de LENINE. Disse que viajou muito, que esteve na Alemanha estudando, e que, mais tarde, passou muitos anos na Sibéria, não como prisioneiro, mas devido a sua profissão de engenheiro".

"Sempre fui um devorador de livros", confessou. "Nas horas em que meus companheiros passeavam com suas namoradas eu me recolhia à Biblioteca Pública e lia tudo o que encontrava"...

Demonstra conhecer a fundo a literatura burguesa e capitalista. Quando conversa com alguém sobre o assunto, trata de demonstrar que os literatos comunistas também já escreveram obras de grande valor.

Seus autores prediletos sempre foram Dostoievski, Puskin e Vitor Hugo. É um músico notável. Quando na Rússia, dedicava-se especialmente ao violino, mas, posteriormente, tocava qualquer instrumento. É um violinista formidável. Interpretava Bach, De Falla e Villa Lobos com habilidade fora do comum. Gosta de fazer tudo com perfeição. Para aprender a tocar violino comprou todos os discos de Andres Segovia e todas as músicas correspondentes. Depois, com o auxílio de um gravador, tratou de imitar o mais possível o grande artista.

O conhecimento de idiomas por parte de ABEL é alguma coisa de extraordinário. ABEL não se limita a falar perfeitamente o inglês, conforme já assinalamos, e o russo com todos os seus dialetos. Conhece muito bem o italiano, o francês, o alemão e o espanhol. Fala correntemente o polaco, o tcheco, o croata e o chinês. Seu alemão é perfeito e em sua pronúncia se distingue um acento bávaro muito interessante.

Suas ocupações e suas especialidades demonstram grande capacidade como engenheiro. Já na prisão, dedicava grande parte de seu tempo em preparar uma máquina eletrônica do tamanho de um aparelho de barbear, máquina que serviria para decifrar os complicados códigos secretos. Posteriormente solicitou, por intermédio de seu advogado, licença para patentear seu invento.

Em sua vida como espião, ABEL tinha o trabalho de construir, élê mesmo, todo o material que seus auxiliares deviam utilizar. Era especialista em transformar jóias em recipientes para microfilmes. Diversos lápis foram usados como porta-mensagens. ABEL retirava parte da grafita do lápis e o substituía por microfilmes. Não considerava muito interessante o truque do "níquel" ôco, por tratar-se de algo grosseiro. Preferia usar coisas menores. Chegou a especialidade de fazer um orifício num alfinete de gravata e aí introduzir um microfilme. O orifício era tão pequeno que só podia ser percebido com o uso de lentes. Gostava muito de se utilizar de abotoaduras de camisa, onde praticava os truques mais interessantes. Achava que tal enfeite era muito conveniente para o transporte de mensagens. Usava, também, mensagens em porta-chaves e anéis, mas julgava ser mais eficiente o modo que idea-

lizou, introduzindo mensagens nos distintivos de ex-combatentes, usados pelos próprios americanos que estiveram na guerra.

Perguntado como conseguia os microfilmes, revelou que os adquiria no comércio. Havendo o FBI estranhado tal declaração, pois que a venda de microfilmes é controlada, foi saber mais tarde que ABEL comprava filmes espectroscópicos que os vendedores não viam nada de mais em vender, pois ABEL tinha tôda a aparência de um astrônomo e tal venda não é controlada. De posse de tais filmes transformava-os em microfilmes, já que tal película é muito sensível e pode registrar mil linhas em um só milímetro, sendo o primeiro espião a servir-se de tais filmes.

Em via de regra, ABEL utilizava sómente a parte gravada dos filmes. Tinha que primeiro colocar os microfilmes dentro de uma substância química, para dêles retirar tôda a celulose que os endurecia. Sómente aquela parte mole, que se pode obter passando a unha por sôbre um filme comum, é que era transmitida. Usava assim os meios mais incríveis para fazer chegar as mensagens a seus agentes ou dêles recebê-las. De certa feita, colocou uma mensagem na rédea de um cavalo que puxava um dos carrinhos no Central Park e, de outra, colocou mensagens por baixo dos espinhos de um rosal abandonado, que ficava próximo da "boite" "El Pirilampo", ao lado da "Taberna Verde".

ABEL sempre demonstrou bom humor, por vêzes desconcertante para aqueles que com ele lidavam. Durante os intervalos do processo contava anedotas que provocavam hilaridade a seus advogados e todos mostravam-se curiosos em saber o que estavam conversando. Certa ocasião, o Procurador saía de seu lugar carregando um pesado livro; ao passar por perto de ABEL, tropeçou, deixando cair o livro em cima do réu.

— "Por favor, senhor Procurador. Não me mate antes do tempo" disse ABEL, provocando risos em todos os que estavam perto.

Quando, durante o processo foi abordado o caso dos "níqueis" que continham mensagens, comentou para os jornalistas:

"O Sr. Procurador ficou admirado da existência de "níqueis" ocos, contendo mensagens. Se tivesse lido "Os Miseráveis" veria que Jean Valjan recebeu uma moeda que continha, não um microfilme, mas uma lima, com a qual serrou as grades da prisão" . . .

Ao lhe perguntarem se algum dia seria capaz de confessar tôda a trama em que estava metido, respondeu:

"Isto me faz recordar a obra de Montesquieu, intitulada — "Como se pode ser persa?" . . .

Tais atitudes é que nos fazem raciocinar que o regime comunista, além de Sputniks e Luniks, também pode produzir homens como ABEL, a quem não podemos dar outra classificação senão "homem de caráter, pronto a sacrificar-se por seu ideal, olhando-o sob o ponto-de-vista em que êle julga viver — como oficial em "missão no exterior". ABEL não é um comunista atemorizado por seu governo. Durante dez anos

viveu a liberdade democrática dos Estados Unidos, democracia que não tem segredo para ele. No entanto, continua fiel a seu país e ao regime comunista.

Talvez a explicação se encontre no fato de ser um patriota russo antes de ser comunista. Quando a pena de morte parecia inevitável para ele, sua maior preocupação consistia em querer saber o que seria feito com seus restos mortais, se seriam ou não levados para Moscou. Quando as autoridades americanas verificaram ser inútil insistir com aquél homen e que mais nada conseguiriam dêle, resolveram dar início ao processo, considerando ABEL com todos os direitos de defesa devidos a um americano ou a um cidadão qualquer, hóspede do território americano, já que os direitos são iguais e, até que os poderes judiciais provem a culpabilidade do indivíduo ante o tribunal, ele será inocente perante a lei.

3. JULGAMENTO DE ABEL

a. *Acusação e defesa*

A acusação de ABEL pelo FBI não era problema de solução fácil. Em primeiro lugar tinha que ser revogada uma determinação judicial segundo a qual todos os indivíduos que servissem de testemunha, teriam que ser identificados. O FBI, desta maneira, seria obrigado a revelar a identidade de um grupo enorme de informantes, prejudicando, assim, seus serviços. Devia agir com firmeza em todos os sentidos, pois este processo seria, também, julgado pela opinião pública e o FBI não podia arriscar-se a transformá-lo em fragorosa derrota. Era necessário que o chefe do FBI, Edgar Hoover, tivesse em suas mãos provas que pudessem condenar ABEL.

É certo que na Europa e na maioria dos países democráticos do mundo sua condenação seria imediata, de acordo com as leis respectivas. Mas nos Estados Unidos é diferente.

A realidade era que um indivíduo russo havia vivido por dez anos nos Estados Unidos, e não soube explicar como conseguiu os meios de manutenção; no momento em que foi detido, tinha em seu poder mensagens micrografadas; fingia vida modesta, possuía no banco uma fortuna regular e dispunha de um rádio de ondas curtas de preço elevado, finalmente, não se interessava, em absoluto, em demonstrar sua inocência. Todavia, devemos lembrar que o caso se passou nos Estados Unidos onde a acusação não deve convencer ao juiz da culpabilidade do réu e, sim, necessita ter contra este provas concretas para que ele seja julgado culpado. Ora, as leis americanas não impedem que ninguém passeie carregando nos bolsos a quantidade de microfilmes que desejar; a lei não impede que qualquer indivíduo se divirta, tendo por distração predileta uma certa quantidade de lápis com uma parte ôca; a lei também não impede ter uma série de certidões de nascimento colecionadas, sejam elas falsas ou verdadeiras (notemos que nos EUA dar nome falso não

constituí crime). Não havia lei, também, que negasse ao indivíduo o direito de ter em casa um rádio de ondas curtas para ouvir os programas que bem quisesse, inclusive russos, ouvidos por grande massa de americanos.

Fazendo um balanço das ocorrências, concluiu o FBI que a testemunha mais interessante contra ABEL era seu antigo ajudante VIC, e que, sem él, todo o esforço da acusação seria infrutífero. Tratou, então de tirar o maior proveito das declarações do VIC.

ABEL, por outro lado tinha apreensões e raciocinava como proceder na sua defesa. Conhecendo a fundo o sistema jurídico americano, calculou, desde logo, que a escolha do advogado de defesa era de grande importância no caso. Seria mesmo uma questão de vida ou de morte. Todos esperavam que ABEL procurasse um desses advogados acostumados, no forum, a dedicar-se às causas comunistas, mas tal não aconteceu. Os advogados de defesa que trabalharam no caso Rosenberg estavam à disposição de ABEL, mas o coronel dispensou-os, bem como, usando de formidável tática, a todos os advogados que se apresentaram, declarando que não tinha dinheiro para pagar despesas com defensores e que deixava ao Estado a escolha do causídico que iria defendê-lo. Alegava, ainda, que a pequena fortuna que possuía havia sido confiscada e que entregava à justiça o papel de defender seus próprios direitos constitucionais (direito à justiça).

Pouco faltou para que esta alegação "direitos constitucionais" criasse uma crise no processo, pois é sabido que um juiz americano deve, em primeiro lugar, salvaguardar os direitos de qualquer acusado e, não ajudar a acusação. ABEL começava ganhando a primeira batalha, chamando para si a simpatia de alguns americanos, pois um advogado nomeado não precisava defender-se perante a opinião pública, o que não aconteceria com um defensor pago pelo réu, que já teria contra si a antipatia de todos.

Por fim, chegou o dia do julgamento.

ABEL trajava-se irrepreensivelmente. O procurador começou sua arenga:

"... O Ministério Pùblico está aqui, não só para cumprir seu dever, como para pedir justiça"...

Sua tarefa era difícil, pois devia apresentar aos jurados os seis capítulos em que baseava a acusação de ABEL. Ele desejava levar ABEL à cadeira elétrica, o que seria, nos Estados Unidos, a primeira condenação à pena capital de um cidadão estrangeiro acusado de espionagem.

O procurador entrou em várias alternativas e abordou diversas teses, todas elas baseadas nas declarações de VIC, mas duvida-se que os jurados dessem crédito à palavra de um tipo execrável como VIC. Depois de diversas considerações, resolveu fazer seu esforço principal na tese em que acusava ABEL de haver conspirado contra o governo americano. Procurou provar que havia uma conspiração e que ABEL era o principal elemento do "complot".

Após a acusação, não muito convincente, desfilaram nada menos que 38 testemunhas, sendo que 31 delas eram agentes do FBI.

Passada a palavra ao Dr. James Donovan, encarregado da defesa do réu, disse êle:

"Não estou aqui para julgar os russos, nem mesmo o comunismo. Quero sómiente asseverar que a acusação reuniu um sem número de provas para julgar a um homem de nome X que, todavia, no meu conceito e ante tais provas, não passa de um inocente".

Passou a seguir a desacreditar os indivíduos VIC e o Sargento RHODES, personagens que, segundo sua opinião, não mereciam o menor crédito. O primeiro, a que chamava "o desonesto de Moscou", adestrado na arte de mentir, pois para isso fôra instruído e tôda sua vida era mentirosa, não podia gozar o mínimo crédito dos jurados, enquanto o segundo não passava de um alcoólatra desacreditado, que se vendeu ao estrangeiro, embora exercesse cargo de confiança. Destruindo as acusações feitas por êsses dois indivíduos, Denovan preparava o pedido de apelação a ser feito à Corte Suprema, mas não tinha ilusão sôbre o êxito do processo que já sabia perdido desde o princípio.

ABEL seguia o debate com a máxima atenção. Tomava notas, auxiliava os taquigrafos que sentiam dificuldades em escrever um nome russo ou alemão, atendia os repórteres durante os intervalos, a todos se mostrando muito solícito e, nas horas das leituras mais prolongadas, distraía-se desenhando cenas do julgamento oferecendo depois seus desenhos aos jornalistas que o cercavam.

b. *O veredictum*

Por fim reuniram-se os jurados para o veredictum. Horas e horas se passaram. Os jornais, cansados de esperar o resultado, já anunciavam que era certa a condenação de ABEL à pena capital.

ABEL foi julgado "culpado" pelo corpo de jurados onde figuravam 4 mulheres. Todavia, o juiz não teve elementos para condenar ABEL à pena de morte e viu-se na contingência de pronunciar-se por 30 anos de reclusão e uma multa de 3.000 dólares.

Tinham razão os companheiros de prisão de ABEL, quando diziam:

— "Coronel, o senhor não será condenado à morte. Pode dormir tranqüillo esta noite, pois o senhor ainda continuará vivendo por muito tempo".

É que, na prisão, ABEL era admirado por todos seus companheiros.

"Nunca houve um prisioneiro mais estimado... É incrível. Nem mesmo a Rainha Elisabeth é mais respeitada e ouvida no Palácio de Buckingham, do que o coronel ABEL" observou o diretor do presídio.

Tais afirmativas são interessantes, pois todos sabiam o tratamento que os demais presos dão aos comunistas. Basta recordar o caso de Remington, um funcionário americano condenado como filocomunista e

que acabou sendo misteriosamente assassinado por seus companheiros de prisão.

Com ABEL tudo é diferente. É muito respeitado, faz conferências sobre assuntos os mais diversos, toca violão, escuta com toda atenção a história dos demais detentos, aconselha-os e continua esperando o resultado da apelação.

Tudo leva a crer que, se a Corte atender a apelação de ABEL, este será posto em liberdade, mas jamais permitirão seu regresso à Rússia, pois, nos Estados Unidos, consideram ABEL como homem único em questões de espionagem.

"Se na Suíça, país completamente neutro, um agente americano vivesse durante uma semana, seria imediatamente descoberto. No entanto ABEL foi capaz de viver durante dez anos nos Estados Unidos sem ser molestado", disse Donovan e acrescentou — "Se, por acaso, algum dia ele conseguisse a liberdade, eu seria o primeiro a oferecer-lhe um lugar em meu escritório de advocacia, pois, o homem conhece todos os assuntos e é um verdadeiro sábio. Fala de Einstein como se fosse seu amigo íntimo. Tem uma cultura vastíssima, entende de pintura, fotografia, joalheria, eletricidade e química, além de falar um sem número de idiomas. Temos que respeitar tal adversário...".

c. Situação atual

Ultimamente ABEL já confessa que o futuro não o preocupa muito. Acha uma grande felicidade não se encontrar no "corredor da morte", pois segundo seu ponto-de-vista, um homem jamais aceita a morte como coisa normal, e afirma:

"Trinta anos de prisão, apelação, liberdade, revisão... não sei o que me espera. Quase todos conhecem a história do bandido e do burro, mas, aos que não a conhecem vou contá-la."

Um camponês foi condenado à pena de morte por seu dono e senhor, mas implorou ao mesmo que o deixasse viver por mais dois anos, pois ele conhecia o segrêdo para ensinar os animais a falar e estava pronto a dar ensinamentos ao burro cínzento de seu senhor. O animal, no fim de dois anos, estaria falando fluentemente e, se assim não fosse, seu amo poderia mandar executá-lo da maneira mais bárbara que houvesse. Intrigado com o caso, o amo concordou que o camponês vivesse mais dois anos, mas que ensinassem o burro a falar.

Ao saber da promessa feita por seu marido a esposa desse reprovou o camponês, dizendo ser impossível cumprir com o prometido, pois jamais o burro falaria.

Eu sei que o burro não poderá falar, respondeu o camponês, mas durante estes anos o patrão pode morrer, ou o burro, ou eu mesmo falecer de morte calma e natural..."

É este o espírito que ABEL mantém até o presente momento, ou seja, fevereiro de 1961.

Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A.

M
A
R
I
P
Á

MATRIZ:

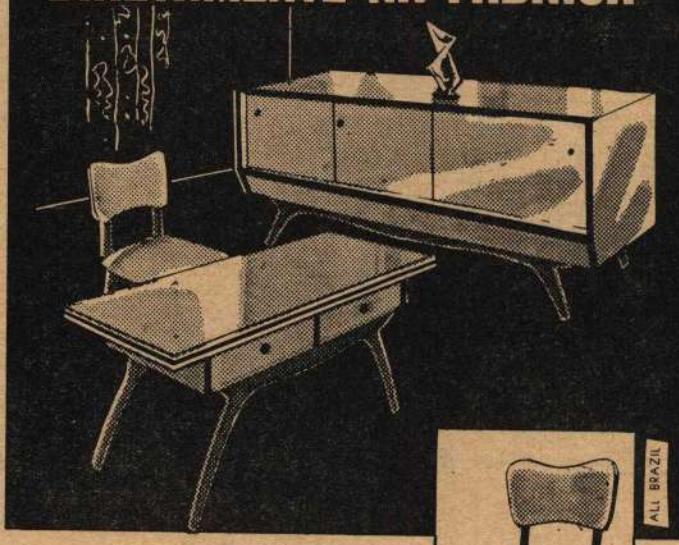
Rua dos Andradas, 172 — 1º And. — Sala 16 — Telefone 6955
Edifício Oswaldo Cruz

Enderêço Telegráfico: "Maripá" — Caixa Postal 1581
Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul

FILIAL:

TOLEDO — Enderêço Telegráfico: "MARIPÁ" — Estado do Paraná

COMPRE SEUS MÓVEIS DIRETAMENTE NA FÁBRICA



ALI BRAZIL

A Fábrica de Móveis XARÁ, resolve seu problema, vendendo diretamente ao público - 50% MAIS BARATO, e com as facilidades do CREDI-XARÁ.

FÁBRICA
DE
MÓVEIS **XARÁ**

Rua General Pedra, 98 - Tel. 23-5090

Visite a nossa exposição, ô
Pça. 11 de Junho, 384
(esquina de Marquês
de Sapucaí)

GUERRA ATÔMICA

Coordenador: Maj CONFÚCIO PAMPLONA

A PROTEÇÃO CONTRA OS EFEITOS DAS EXPLOSÕES NUCLEARES

Tenente-Coronel FERDINANDO DE CARVALHO

2^a PARTE

(Conclusão do número anterior)

EFEITOS CONTRA O PESSOAL

1. Estimativas de baixas:

Foi a seguinte a estimativa de efeitos em HIROSHIMA e NAGASAKI pelas explosões das duas armas atômicas lançadas na Segunda Guerra Mundial:

	HIROSHIMA	NAGASAKI
População total	255.000	195.000
Superfície destruída em km ²	12	4,7
Mortos e desaparecidos	70.000	36.000
Perdidos	70.000	40.000
Moranganade por km ²	5.830	8.510
Baixas totais por km ²	11.670	16.170

Os efeitos de uma explosão nuclear são muito variáveis com a natureza do arrebentamento e as condições do terremoto meteorológicas no momento. Atribui-se, por exemplo, uma alta proporção das baixas devidas a queimaduras pelo clarão, naquelas explosões ao fato de que o tempo, na ocasião, estava quente, claro e seco. Não havia nebulosidade para proteger as cidades contra a intensa radiação.

É muito difícil preestabelecer uma estatística sobre os efeitos causadores das baixas, por morte ou ferimento em face da interferência e superposição desses efeitos. É interessante constatar que, no JAPÃO, nem todas as pessoas que se achavam em um raio de 800 metros do ponto zero morreram. Um grande número delas faleceu até duas semanas após as explosões, principalmente por causa das radiações nucleares. Estima-se que 30% dos mortos de HIROSHIMA receberam doses letais de radiações nucleares. Entre os sobreviventes foi a seguinte a estatística dos danos observados:

— de origem mecânica	70%
— queimaduras	65 a 85%
— radiações nucleares	30%

As percentagens de mortes foram elevadas para pessoas que se achavam ao ar livre e menores para aquelas que estavam em construções residenciais, particularmente de cimento armado. Por outro lado, os ferimentos de origem mecânica foram mais freqüentes entre pessoas que se encontravam dentro das edificações.

No que se refere às lesões de origem mecânica observavam-se em HIROSHIMA as seguintes percentagens:

— fratura	11%
— laceração	35%
— contusão	54%

As queimaduras, tanto em HIROSHIMA com em NAGASAKI, foram ocasionadas um certo número pelos incêndios, e, a maioria, pelas radiações térmicas da bola de fogo.

Estas se limitaram quase exclusivamente às partes descobertas dos corpos.

Sobre os olhos as radiações térmicas produzem queimaduras de retina, perda da visão noturna e cegueira pelo clarão, geralmente recuperáveis.

EFEITOS OCASIONADOS PELAS RADIAÇÕES NUCLEARES

Em virtude de terem sido as explosões de HIROSHIMA e NAGASAKI do tipo de arrebentamento no ar não se pode aceitar seu resultados como padrão para todos os tipos de arrebentamento.

A nocividade das radiações sobre o organismo parecem consistir principalmente na ionização e excitação celular dos tecidos. As células perdem sua vitalidade e sua capacidade de reprodução, destroem-se e adquirem inusitada permeabilidade em sua membrana.

Os dados de que hoje se dispõe a respeito, provêm seja de algumas experiências com animais, seja de acidentes com o pessoal. Entre êsses, o mais sério foi o das ilhas MARSHALL em 1954 no qual 250 pessoas, englobando nativos e soldados americanos, foram submetidos a radiações entre 14 e 175 roentgens.

Os efeitos de radiações nucleares sobre o corpo humano dependem da dose total e do tempo em que essa dose foi recebida.

Mesmo pequenas doses de radiação nuclear ocasionam a destruição dos glóbulos brancos e atacam os tecidos ósseos e linfáticos.

A completa recuperação nunca será alcançada. Cérra de 10% da dose recebida constituirá uma lesão permanente. A capacidade de recuperação do organismo, no caso de ocorrer apenas exposição externa, é de 2,5% diários. Mas se houver localização interna de partículas radioativas essa capacidade é bem menor. Nas operações militares adota-se o seguinte critério para estabelecimento do prazo aproximado para a formação de baixas:

PRAZO (horas)	DOSE TOTAL		RADIAÇÃO
	Imediata (r)	Residual (r)	
Imediato	5.000	5.000	
1	1.000	1.000	
2	750	600	
4	500	300	
24	300	150	

Os indivíduos não reagem de modo semelhante a uma dose análoga de radiações nucleares. Existe assim o que se denomina a "susceptibilidade biológica individual" que exprime as características das reações pessoais.

A título de referência adota-se um valor chamado "semidose letal", a qual segundo as previsões deve provocar a morte de 50% das pessoas em um grupo numeroso. Esse valor é, no momento presente, considerado como 450 roentgens. Todavia esse número poderá ser alterado à medida que se determine com maior precisão os efeitos das radiações.

CARACTERÍSTICAS DOS DANOS RELATIVOS A UMA RADIAÇÃO AGUDA

Estudemos inicialmente os efeitos de uma dose aguda violenta. Se o seu valor é da ordem de 5.000 roentgens desenvolvem-se rapidamente lesões no sistema nervoso central, provocando a descoordenação muscular, a excitabilidade, a dificuldade de respiração e estado de estupor intermitente. A morte sobrevém após um período variável de algumas horas até uma semana.

Se a dose variar entre 700 a 1.000 roentgens, o sistema gastro-intestinal será o primeiro a apresentar manifestações clínicas graves, sob a forma de náuseas, desarranjos intestinais, anorexia e febre.

Quanto mais depressa aparecem êsses sintomas, mais rápida sobrevém a morte.

Todavia, durante os cinco primeiros dias não se manifestam dores.

O paciente tem uma sensação de fadiga e depressão. Nos casos de doses mais fracas, à primeira etapa da doença sucede um período chamado "latente", que dura 2 a 3 dias, durante o qual o paciente fica livre de sintomas, operando-se em seu organismo, entretanto, profundas alterações, particularmente nos tecidos formadores do sangue. Retornam, em seguida, os sintomas iniciais, agora mais violentos, acompanhados de delírio, com morte dentro de 2 semanas.

Se a dose é compreendida entre 300 a 500 roentgens, a sobrevivência é possível. Os primeiros sintomas são semelhantes aos anteriormente descritos: náuseas, vômitos, desarranjos intestinais, perda de apetite, depressão. O período de latência inicia-se após 2 a 3 dias, e dura de alguns dias a duas semanas. Sobrevém, em seguida, os males anteriores, acompanhados de febre, hemorragias internas, queda permanente de cabelos, inflamações, ulcerações dos lábios, da boca, do aparelho gastro-intestinal, e morte entre duas e doze semanas. As primeiras consequências, a longo prazo, são catarata e leucemia.

Se as doses forem de 100 a 250 roentgens, os sintomas são um tanto semelhantes aos anteriormente descritos, embora menos graves.

As pequenas doses entre 25 e 100 roentgens ocasionam efeitos reduzidos. Os indivíduos podem empreender suas tarefas normais.

É interessante registrar que a simples sugestão psicológica é capaz de produzir sintomas de doença de radioatividade, inteiramente ilusórios, mas perfeitamente semelhantes aos reais.

DANOS CAUSADOS PELA RADIAÇÃO RESIDUAL

As consequências biológicas das radiações residuais são, em geral, semelhantes às das radiações imediatas.

Os raios gama residuais provenientes dos produtos da fissão poderão atuar de modo semelhante aos iniciais, pela precipitação radioativa ou pela radiação residual induzida.

As partículas beta produzem fortes queimaduras quando em contato com a pele. Formam-se grandes manchas irregulares de côr escura. A maior parte das lesões são, entretanto, superficiais e se curam rapidamente. As lesões mais violentas produzem úlceras e queda dos cabelos.

As partículas radioativas que penetram no organismo através do aparelho respiratório, digestivo ou por ferimentos cutâneos se tornam em fontes de radiações internas que ocasionam graves consequências.

De acordo com a natureza dessas partículas, manifestam-se tendências para que se localizem em determinados órgãos ou tecidos, em virtude dos processos do metabolismo próprio do ser humano.

Os rádio-isótopos do cerio, plutônio, estrôncio e bário procuram o tecido ósseo e o fígado. Certas partículas se localizam nos músculos e outras no sangue. O iodo, por exemplo, entra rapidamente na corrente sanguínea e se concentra na tireoide.

Os mais perigosos elementos que penetram no organismo são aqueles que tem um período radioativo breve e período biológico longo.

Para se tornarem fontes de radioatividade interna as partículas precisam penetrar na corrente sanguínea que as deposita em determinados órgãos.

A principal fonte de contaminação de partículas radioativas é a ingestão. A contaminação por inalação é relativamente fraca.

Uma vez no estômago e intestinos, as partículas passam para o sangue, em proporção de sua solubilidade. O urânio e plutônio são insolúveis nos líquidos orgânicos. Os óxidos de estrôncio e de bário e o iodo são entretanto solúveis.

Assim, os mais perigosos portadores de elementos radioativos resíduais são os alimentos de toda a natureza e a água contaminada. Ingeridos indiscriminadamente ocasionarão depósitos radiativos em determinados órgãos, capazes de, a longo prazo, produzirem consequências muito graves.

INFLUÊNCIAS GENÉTICAS DAS RADIAÇÕES

Não há dúvida que as radiações nucleares ocasionam alterações genéticas, as quais dependem, em sua intensidade, das doses recebidas.

As radiações provocam nas células germinativas, determinadas mutações, alterando os "genes" constitutivos dos cromossomas celulares que são a base da reprodução das espécies animais.

Essas mutações podem ser favoráveis ou desfavoráveis. Daí decorrem consequências como redução da duração da vida, susceptibilidade a doenças, morte de descendentes em estado embrionário ou esterilidade.

Além dessas mutações celulares, observam-se alterações nos órgãos produtores. A dose necessária para causar a esterilidade é de 450 a 600 roentgens, dose que será mortal se o corpo inteiro for exposto.

Verificam-se que doses menores poderão ocasionar a esterilidade transitória.

CONSEQUÊNCIAS BIOLÓGICAS DIVERSAS

A par dos males apontados anteriormente, as radiações nucleares de natureza residual podem afetar a sensibilidade celular, alterando os tecidos linfóides e medulares, ocasionando queda dos cabelos, danificando

as membranas gastro-intestinais, ocasionando hemorragias internas e infecções. Podem originar úlceras, tumores internos, pneumonia, leucemia, catarata e câncer.

Não existe ainda terapêutica para a doença da radioatividade. O tratamento consiste na prevenção de infecções secundárias e no restabelecimento dos órgãos produtores de sangue. Isso pode ser conseguido pelo repouso, bom tratamento, antibióticos e transfusão de plasma e de sangue.

MEDIDAS DE PROTEÇÃO

GENERALIDADES

Todas as medidas para reduzir o perigo da ação das armas atômicas baseiam-se em duas atividades gerais: evacuação e proteção.

A primeira consiste na retirada do pessoal de áreas que sejam alvos prováveis de ataques inimigos.

A segunda abrange o emprego de meios para atender os efeitos dos ataques nucleares inimigos nas áreas onde as pessoas exercem suas atividades.

O método mais eficaz de proteção, resume-se em duas providências gerais: dispersão e enterramento das construções.

Nas cidades, torna-se necessário estabelecer exigências em todos os projetos de imóveis, para que êstes se tornem mais resistentes ao choque, e incêndios, e a radiações nucleares.

Uma onda de choque de 140 gr/cm² causará grandes danos à maioria das edificações atuais. É possível, construir a preço razoável, edificações para moradia capazes de suportarem 350 gr/cm². Os imóveis industriais devem ser capazes de suportar superpressões de 1.750 gr/cm².

A utilização de materiais frágeis como vidro e a alvenaria não reforçada não pode favorecer êsse objetivo. Torna-se imprescindível a construção na base do aço, cimento armado e alvenaria reforçada que poderão suportar deformações plásticas, sem perder sua resistência.

Podem ser construídas edificações de múltiplos andares com estruturas capazes de grande resistência.

As atuais terão de ser reforçadas, o que é possível, mediante técnica adequada.

Mas são sobretudo as edificações subterrâneas que oferecerão a maior segurança.

ABRIGOS DE PROTEÇÃO

Quando não existirem abrigos especialmente construídos, a proteção contra os efeitos da explosão atômica pode ser obtida em abrigos individuais, nos subsolos ou andares inferiores de edifícios de construção de concreto ou estrutura de aço. Em um edifício estar-se-á mais protegido no andar inferior, em um compartimento, longe das janelas e próximo de uma coluna. Em tais locais, haverá boa proteção contra o sopro, a ra-

diação térmica e nuclear imediatas, em virtude da espessura das paredes. As causas principais de acidentes serão os incêndios e os destroços. Os edifícios de madeira são muito vulneráveis ao sôpro, ao fogo e proporcionam pouca proteção contra a radiação gama. Tais construções devem ser evitadas o mais possível. Entretanto, se não houver outra escolha, será preferível abrigar-se sob qualquer cobertura de madeira do que permanecer ao ar livre.

Túneis, canalizações e subterrâneos asseguram abrigos eficientes, a não ser nas vizinhanças imediatas de um explosão. A espessura da terra será em geral suficiente para reduzir a radiação gama a proporções desprezíveis. As estruturas dos túneis são em geral bastante fortes para suportar o sôpro e o calor, embora sejam vulneráveis ao choque subterrâneo.

Em caso de radiação residual todas as janelas, portas e aberturas deverão ser fechadas. Se o sôpro quebrar essas proteções a poeira radioativa poderá penetrar nos interiores. Nessas circunstâncias, não se dispõe de máscaras contra gases, a respiração através de um lenço é um recurso de emergência para auxiliar a reduzir os danos.

ABRIGOS ESPECIAIS

A proteção do pessoal e o funcionamento das instalações militares importantes exigem normalmente abrigos especiais. Estes deverão ser subterrâneos e de concreto reforçado com uma espessura da ordem de 60 cm e uma grande cobertura de terra.

Uma construção dessa natureza pode fornecer uma proteção satisfatória contra o arrebentamento no ar de uma arma de 20 KT, mesmo no ponto zero. Se suficientemente maciça e capaz de resistir ao choque lateral, essa estrutura pode também suportar uma explosão subterrânea próxima.

Dois aspectos são essenciais na construção dos abrigos: o acesso e arejamento. Cada abrigo deve possuir pelo menos duas saídas. O perigo principal é o da obstrução dessas aberturas por incêndios ou destroços. As entradas devem ficar em ângulo reto com o abrigo, propriamente dito, para evitar a exposição direta ao sôpro e às radiações térmicas e nucleares. Para impedir a contaminação, deverá ser possível vedar inteiramente o abrigo, salvo nas coberturas destinadas aos ventiladores ou exaustores. As entradas de ar deverão possuir filtros eficientes.

Um gerador elétrico de emergência deve ser disponível para assegurar iluminação e ventilação. Outras condições de habitabilidade dos abrigos devem ser observadas: reservatórios de água, suprimentos e instalações sanitárias. Quando os abrigos se destinam apenas à proteção, não comportando atividades de controle operacional, construções mais simples, como túneis em encostas das elevações podem ser utilizadas.

A eficiência desses abrigos foi demonstrada em NAGASAKI. Se o terreno fôr plano, é possível obter boa proteção com abrigos cavados no solo, recobertos por camada de terra, com 1 m, no mínimo, de espessura. A cobertura deve ser suportada por chapa metálica ondulada. As paredes devem ser escoradas com madeira ou colunas sólidas. Um abrigo dessa natureza assegura boa proteção contra os efeitos de um arrebentamento atômico no ar, de 20 KT, a mais de 1.500 m.

Abrigos semi-enterrados não são tão satisfatórios como os acima descritos.

Para pessoal em serviço de vigilância é possível adotar pequenos abrigos, construídos com manilhões de aço enterrados e recobertos por uma camada de terra, de 1 m de espessura, pelo menos. As trincheiras e tocas são os mais simples de todos os abrigos de campanha. Seu principal inconveniente é a falta de proteção superior. Quando houver um arrebentamento no ar, a uma distância não muito grande, haverá a possibilidade de ser o pessoal atingido diretamente pelo sopro, calor ou radiações nucleares. Quanto mais profundas forem as trincheiras ou as tocas, maior será a proteção. Um soldado deitado ou sentado no fundo de uma trincheira profunda pode escapar à maioria dos efeitos de um arrebentamento no ar, bastante próximo. Esses abrigos, entretanto, podem ser danificados por um arrebentamento na superfície ou sob a superfície nas proximidades.

A utilização de sacos de areia na construção de abrigos possui alguns inconvenientes. Se a explosão atômica ocorrer muito próxima, os sacos podem desfazer-se.

Todos os abrigos de terra têm o defeito de não permitirem a vedação completa. Será impossível mantê-los imunes à contaminação pela poeira radioativa. A única maneira de se contrapor a esse inconveniente é prover cada indivíduo de uma máscara ou filtro de respiração.

O terreno pode favorecer a proteção. Uma elevação protege normalmente contra os efeitos térmicos de arrebentamento que se dão além da mesma, embora não possa eliminar inteiramente os efeitos do sopro e da radiação nuclear.

DISPERSÃO

Uma importante medida para restringir o número de baixas é a dispersão do pessoal em grandes áreas.

Os comandantes devem considerar cuidadosamente a possibilidade de distribuir o pessoal, especialmente os elementos mais importantes, em uma região tão vasta quanto fôr possível.

FUMAÇA

A fumaça pode ser utilizada como proteção. Reduz os efeitos térmicos e, consequentemente, o número de baixas por queimaduras. É

preciso, entretanto, verificar se as circunstâncias justificam ou não esse emprêgo, uma vez que a proteção contra a radiação térmica é bastante simples. Em qualquer caso não deve ser, de nenhum modo, desviada a atenção da necessidade de assegurar principalmente a proteção contra os efeitos do sopro e da radiação nuclear.

PROTEÇÃO INDIVIDUAL

AUTOPRESERVAÇÃO

Se fôr possível um alerta oportuno sobre um ataque atômico, a prudência a adotar será evidentemente procurar o melhor abrigo, com a máxima brevidade. A conduta do pessoal militar em cumprimento de missão será ditada pelas circunstâncias. No caso de um ataque atômico inopinado, haverá necessidade de certas medidas individuais para evitar a morte ou acidentes graves. Isto se aplica também àqueles cuja missão não lhes permite sair de seus postos.

Em caso de arrebentamento no ar essas medidas são ditadas pelos seguintes fatos:

1º — A radiação térmica é continuamente emitida durante um segundo aproximadamente, após a explosão;

2º — Céreca de 50% de radiação nuclear imediata é emitida no 1º segundo e céreca de 80%, em 10 segundos;

3º — A onda de sopro leva céreca de 8 segundos para alcançar 3 km que é o raio aproximado das lesões mecânicas entre severas e moderadas.

O primeiro indício de um ataque atômico inopinado é, geralmente, um clarão intenso. Não importa se no exterior ou no interior, a primeira reação pessoal deve ser a de deitar-se no solo, face para baixo e ao mesmo tempo tentar cobrir as partes da pele, como o rosto, o pescoço e as mãos. Isto pode ser feito dentro de 1 segundo após ter sido observada a luz intensa. Parte da radiação térmica pode ser assim evitada.

Se um abrigo qualquer fôr utilizado dentro de um segundo, após a explosão, pode ser possível diminuir de 50% a radiação nuclear imediata.

O deitar-se no solo imediatamente proporciona certa proteção. Todavia, como as radiações nucleares continuam a alcançar o solo à medida que a nuvem sobe, essa proteção será apenas parcial.

A posição, tomada logo após perceber-se o clarão, deve ser mantida pelos menos 10 segundo ou mais ainda, se objetos pesados continuarem a cair. Isto dará tempo para que passe a onda de sopro e diminua o perigo da projeção de destroços. Na distância de 3 km do ponto de arrebentamento, 8 segundos se escoarão antes que se ouça o ruído da explosão. Ao ouvi-lo, já terão passado os perigos imediatos.

O clarão de um arrebentamento atômico sob a superfície não é visível a partir de uma determinada distância, particularmente durante o dia. O primeiro indício de tal arrebentamento será provavelmente uma sensação de terremoto, em conjunto com o aparecimento de uma coluna de terra ou água.

Felizmente as radiações térmicas e nucleares, emitidas no momento da explosão, serão absorvidas pelo solo ou pela água. Continua, entretanto, o perigo da radiação precipitada.

Após um arrebentamento atômico tudo deve ser feito tendo em vista evitar a propagação da contaminação. Em uma área contaminada é estritamente proibido comer, beber, fumar ou qualquer ação que exija levar a mão à boca. Isto concorrerá para impedir que partículas radioativas sejam ingeridas pelo organismo. O pessoal deve ser alertado para evitar levantar poeira ou pisar em poças de água.

Deve ser evitado o contato com a vegetação, paredes de edifícios e objetos na área contaminada.

O perigo da contaminação deverá ser determinado, logo que possível, através de observações no terreno e análises em laboratório. Se esse perigo for grande, devem ser adotadas medidas de proteção contra a poeira levantada pelo vento, aviões, veículos em movimento, etc. A proteção individual pode ser ampliada pelo uso de máscaras.

PRIMEIROS SOCORROS

Logo que os efeitos iniciais da explosão tenham passado, cada sobrevivente deve prestar os primeiros socorros ou qualquer auxílio de emergência para os feridos em suas proximidades.

Não há perigo em tocar uma pessoa que tenha recebido uma dose de radiação nuclear imediata.

As pessoas com ferimentos que possam permitir entrada no organismo de material radioativo, devem ser conduzidas ao posto médico mais próximo para tratamento.

ROUPA E EQUIPAMENTO PROTETORES

Os uniformes militares e as roupas civis asseguram boa proteção contra a radiação térmica emitida no momento da explosão. A roupa é, entretanto, apenas um meio de proteção suplementar. Se uma pessoa está além do raio de danos relativos ao sopro e à radiação nuclear, poderá ainda ficar sujeita à radiação térmica, em virtude de possuir esta um raio de danos superior. Nessas circunstâncias, as partes do corpo cobertas pela roupa ficarão bem protegidas dos efeitos térmicos. No que respeita aos efeitos radiológicos, o principal valor da roupa é manter a contaminação radioativa fora do contato com a pele.

O pessoal cuja missão exige a entrada em áreas contaminadas, como equipes de descontaminação e pessoal de levantamento radiológico, deve, sempre que possível, utilizar roupas especiais. Esse vestuário é fornecido em um ponto de controle. Deve ser lavável, bastante impermeável

e não porosa. Deve cobrir inteiramente o corpo e se adaptar completamente às luvas e calçados. Uma máscara protetora cobre todo o rosto. A respiração deve ser feita através de um filtro.

Após cada utilização, a roupa deve ser dosada. O vestuário contaminado pode ser lavado e utilizado novamente. Um outro processo é a colocação da roupas em recipientes especiais, onde ficará guardada até que a intensidade de radiação decaia convenientemente.

POSTOS E CENTROS DE DESCONTAMINAÇÃO

O pessoal contaminado deve ser orientado para pontos e centros de descontaminação estabelecidos pelo serviço de guerra química ou pela defesa civil. Um centro de descontaminação improvisado pode ser montado, comportando três compartimentos de lona, com as seguintes finalidades:

1^a Seção onde o pessoal retira a roupa contaminada;

2^a Seção onde o pessoal se lava em chuveiros ou com duchas portáteis;

3^a Seção onde o pessoal se enxuga e veste novas roupas.

Um banho preliminar pode remover cerca de 50% de contaminação. Os centros ou postos de descontaminação devem achar-se a certa distância da área contaminada. Após o banho, o pessoal deve ser dosado, com instrumentos sensíveis à radiação gama e partículas beta. Se ainda fôr constatada contaminação, o processo deve ser repetido. Em caso de contaminação persistente, em particular de ferimentos, é exigida a supervisão de pessoal médico.

ALIMENTOS E ÁGUA EM ÁREAS CONTAMINADAS

O fato de que alimentos e água estejam contaminados por uma determinada dose de radiação, não implica necessariamente que o seu consumo deva ser interditado, especialmente em casos de emergência. Isto porque grande parte de produtos de fissão ingeridos percorre todo o aparelho digestivo deixando apenas uma fração ativa atuando no organismo.

Em geral, os alimentos enlatados poderão ser aproveitados, logo após a descontaminação externa dos recipientes. A contaminação superficial pode ser removida de certos alimentos, como carnes. Se estiverem altamente contaminadas os alimentos deverão ser destruídos.

A água contaminada deve, se possível, ser substituída por água de outra fonte pura. Em caso de impossibilidade, a distilação poderá torná-la potável. É preciso observar entretanto que a fervura simples não é bastante para descontaminar um líquido.

DESCONTAMINAÇÃO

As substâncias radioativas não podem ser destruídas, a descontaminação consiste necessariamente em deslocar as fontes de radiação para locais onde não sejam perigosas. Esse é o princípio básico da descontaminação.

Dêsse modo, todos os processos de descontaminação abrangem dois aspectos gerais: 1º localização e retirada das fontes de radiação; 2º deposição e abandono do material contaminado.

Existem dois escalões de graus de descontaminação:

1º — Descontaminação sumária ou tática;

2º — Descontaminação detalhada ou individual.

A descontaminação sumária é realizada com material restrito. Sua principal característica é a rapidez. Procura simplesmente reduzir a intensidade da radiação, o mais brevemente possível, a um valor tal que o pessoal possa utilizar os materiais ou permanecer na área, por prazo limitado.

A descontaminação detalhada é um processo mais demorado e completo, realizado, em geral, na área da retaguarda. Visa a reduzir a contaminação aos níveis permissíveis de tempo de paz.

DISTRIBUIÇÃO DA CONTAMINAÇÃO

A contaminação das áreas e materiais distribui-se de modo heterogêneo, dependendo de uma série de fatores, particularmente dos agentes naturais de contaminação, como o vento e a chuva, da natureza da superfície do material e da área contaminadas.

O movimento descuidado de pessoas pode espalhar material radioativo e transportar contaminação. Os veículos podem também difundir essa contaminação, não apenas pelo simples transporte de partículas, como também pelo levantamento de poeira radioativa, a qual poderá perfilar a superfície do material e da área contaminadas.

Há vários tipos de contaminação de materiais, dos quais derivam problemas de descontaminação. Os principais são os seguintes:

1º — Contaminação superficial — pela simples deposição de partículas radioativas na superfície do material. Tais partículas são normalmente fáceis de remover.

2º — Adsorção — nesse caso as partículas radioativas ficam fortemente retidas na superfície contaminada pelas forças intermoleculares das substâncias. A remoção da contaminação é possível, embora difícil.

3º — Absorção — quando as partículas penetram nas porosidades do material e em seu interior, tornando a descontaminação muito difícil.

4º — Combinação química — algumas vezes substância contaminadora combina-se quimicamente com o material contaminado, tornando-se difícil de ser removida.

5º — Indução neutrônica — nesse caso, a contaminação interessa a estrutura da matéria e é praticamente impossível removê-la. Assim, é perda de tempo tentar descontaminar matérias que contêm sódio ou cobre, se houver razões para se crer que a radioatividade foi ocasionada por neutrões. A melhor solução nesse caso é separar o material e esperar que a radioatividade decaia naturalmente.

PROCESSOS DE DESCONTAMINAÇÃO

Os processos utilizados na descontaminação dependem do tipo, intensidade e extensão da contaminação, e da necessidade de utilização do material e de não expor as equipes de descontaminação a riscos superiores aos permissíveis.

Não existindo um meio capaz de destruir ou mesmo neutralizar a radioatividade, todos os processos de descontaminação se baseiam em remover ou isolar as fontes de radiação a fim de que não exerçam contra pessoas ou materiais em uso o seu efeito nocivo. É portanto lógico que o material radioativo não seja simplesmente transferido para um outro lugar onde seja ele igualmente prejudicial. A localização dos resíduos de descontaminação, seu transporte, e o movimento de homens e veículos devem ser objeto de constante preocupação.

O grau de descontaminação depende, em grande parte, do tempo disponível. Uma ponte, por exemplo, necessária ao trânsito de veículos, não exige uma completa descontaminação, uma vez que é pequeno o tempo de permanência de pessoal e veículos sobre ela. Se entretanto houver necessidade de que o pessoal, em atividade de reparação ou manutenção, fique sobre a ponte várias horas, então será exigida uma descontaminação mais perfeita.

O pessoal das equipes de descontaminação deve ser convenientemente protegido com roupas protetoras que evitam o contato com o material contaminado, embora não detenham a radiação gama.

Cada indivíduo deve possuir um dosímetro pessoal para indicar constantemente a dosagem recebida. O rodízio do pessoal deve ser feito de modo a assegurar a integridade física dos indivíduos.

O processo mais prático de descontaminação sumária é a lavagem com água pura ou salgada. Se a superfície contaminada é oleosa, deve ser empregado sabão ou outro detergente.

O escoamento da água utilizada deve ser planejado de modo que não venha a contaminar outros objetos, pessoais ou locais. A precipitação residual tende a se acumular, em geral, nas superfícies horizontais, que, dessa maneira, ficarão sempre mais contaminadas do que as superfícies verticais.

A descontaminação das superfícies pode ser feita por lavagem com jacto de água, varredura ou, preferentemente, utilização de aspirador para evitar a inalação de poeira.

Em geral, a descontaminação por lavagem se aplica às superfícies externas, enquanto que a aspiração se presta melhor à descontaminação interna.

Sómente uma reduzida fração das substâncias contaminantes se fixa firmemente aos materiais, exigindo o emprêgo de produtos químicos ou abrasivos.

Nas cidades, a descontaminação pode ser efetuada pela lavagem dos telhados e ruas, com fortes jatos de água.

As substâncias contaminadas escoam-se através dos esgotos. A descontaminação sumária de áreas e estradas pode ser feita com "buldozers" ou equipamento semelhante, pela raspagem do solo, limpando-o dos destroços e de terra contaminada que são acumulados em locais balizados, tomando-se cuidado para que não se levante poeira radioativa. Isto pode ser feito, molhando inicialmente os locais. Pode-se observar que o simples esparzimento de água sobre a região contaminada diminui a intensidade de radiação porque as partículas superficiais penetram mais profundamente no solo.

Uma área muito extensa é de descontaminação trabalhosa e demorada. Nesse caso são selecionadas as regiões que devem receber prioridade para descontaminação. Pistas podem ser abertas para garantir a travessia da região com relativa segurança.

As roupas, tapetes, cortinas e móveis demasiadamente contaminados devem ser enterrados. Se a contaminação não for muito forte ou se tiver decaído suficientemente, esse material poderá ser recuperado mediante cuidados especiais.

A descontaminação é realizada quando o tempo e as instalações o permitem e a natureza da contaminação assim o exige.

As tarefas de descontaminação detalhada abrangem três atividades:

a) Descontaminação das superfícies — utilizando solventes de variadas natureza, limpeza a quente ou a vácuo, lixamento e outros processos de remoção superficial.

b) Separação dos materiais até que a radiação gama decaia a um nível de segurança, e, muitas vezes, envolvimento com asfalto, tinta ou cimento especial.

Esse processo se aplica em materiais que possam ser deixados sem utilização durante um certo tempo;

c) Abandono do material — quando a descontaminação se torna impossível ou não compensadora, o material pode ser abandonado. Para isto poderá ser reunido e removido para uma área isolada e balizada, onde sua contaminação possa decair naturalmente. Poderá também ser abandonado definitivamente por enterramento ou lançamento ao mar.

HISTÓRIA

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

TIBÚRCIO, MODELO DO ESPÍRITO INDOMÁVEL DO CEARENSE

Cel RAIMUNDO TELES PINHEIRO

(Palestra proferida no Rotari Clube de
Fortaleza)

"Enaltecer e cultuar o passado, glorificando os que mais concorreram para transbordar de feitos memoráveis as páginas da história pátria, é louvável e, mais que isso, é dever essencial dos que fazem jus ao acatamento, respeito e admiração dos outros povos."

Quando assim não ocorre, quando um povo qualquer esquece, embecido no amolecimento do luxo, da comodidade e da vida fácil, os vultos mais notáveis, as figuras mais relevantes, os varões mais insignes do seu passado, aquêles que mais se distinguiram pela cultura espiritual e moral, pelo heroísmo, pelo martírio no integral cumprimento do dever, esse povo não tardará a perder a vitalidade, disso ciar-se e até mesmo ficar escravizado por outros.

Assim, pois, é evidentemente equânime e condicente com os nossos sentimentos de bom patriota, relembrar e dar testemunho de veneração à memória de um cearense que foi paradigma de inusitadas virtudes militares e cívicas, além de portar culto, rutilante e indomável espírito.

É o cearense, na sincera e abalizada conceituação do mestre Gilberto Freyre, "mais do que nenhum outro brasileiro, um ser definido, característico, afirmativo, enfático. É, como povo, um brasileiro carismático. É uma figura humana na qual todos nós sentimos, de fato, que vibra todo aquêle homem do Brasil mais capaz de vencer dificuldades, de competir com estrangeiros, de superar no comércio o israelita e o árabe, na pertinácia o japonês, na sagacidade o chinês, na bravura o espanhol, na constância o inglês, no arrôjo o ianque. É um ser sociólogo que corres-

ponde a uma aspiração nacional, em que todo o brasileiro encontra dentro do seu ser a capacidade de resistir, de vencer, de se mostrar no meio das dificuldades digno do que há de mais vigoroso na sua condição de homem do trópico".

Um cearense indômito, com essas marcantes e peculiares características, é que pretendemos perfilar em rápidos traços...

Aos 11 de agosto de 1837, nos alcantilados da Ibiapaba, na então Vila Viçosa, vem à luz do dia, sem fortuna, sem clarinadas e despretenciosamente, **Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza**. Foram seus modestos pais o boêmio, folgazão, cheio de bondade mas inconstante ex-1º Cadete Francisco Ferreira de Souza e Margarida Ferreira de Souza, mulher inteligente e virtuosa, que se caracterizou pelo heroísmo varonil com que se martirizou para educar os filhos; e avô, o arroubado, inculto, prepotente oficial português Francisco Ferreira de Souza, al-cunhado o Descampinado, dotado de proverbial bravura, que desdenhava todos os perigos.

Morto o genitor em condições financeiras precárias, foi Tibúrcio conduzido a Sobral, onde D. Margarida o matriculou nas aulas primárias e de latim e o empregou numa oficina de alfaiate.

Destacando-se como o primeiro nas aulas, destacou-se também como primeiro nas brincadeiras e astúcias, como exímio nadador ou como comandante de batalhões infantis, revelando espírito empreendedor, audacioso, destemido, de imaginação fértil e flexível.

Portando todos êsses predicados, apesar da sua tenra idade, entendeu de procurar, distante daquele ambiente apoucado, uma carreira melhor, e decidiu trocar a humilde agulha pelo rijo sabre ou rutilante espada.

E, com tenacidade rara, energia invulgar e estoicismo admirável, na antevisão do grande homem que viria a ser, empreendeu, ora a pé, ora no meio da carga de algum comboieiro penalizado, a longa e cruciante viagem de Sobral a Fortaleza. Aqui, aos 26 de junho de 1851, sentou praça no Batalhão de linha, deslocando-se em curto prazo para a Corte, onde foi incorporado ao 1º Batalhão de Artilharia a pé, com sede na Guarnição da Fortaleza de Santa Cruz.

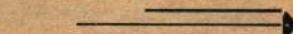
Apesar da reduzida idade e da ausência de conselhos dos familiares distantes, manteve-se miraculosamente equilibrado nos costumes e na economia, de modo a poder repartir com a mãe querida e ausente o insignificante sólido que percebia.

No ano de 1857 transpôs os portões da vetusta Escola Militar da Praia Vermelha, onde principiaram a destacar-se as qualidades de espírito lúcido e caráter vigoroso, a par de um gênio terrível. Dai envolver-se em rebeliões e questões estudantis e praticar atos de indisciplina... Era árdeo demais para suportar ou aceitar imposições.

Promovido a 2º Tenente de Artilharia em fins de 1857, pouco depois, em 1859, casa-se com D. Maria Augusta Batista Franco, sendo forçado, para poder manter-se com relativa decência, a abrir aula de matemática, de que foi exímio professor.



GENERAL ANTONIO TIBURCIO FERREIRA DE SOUZA



Apesar dos novos encargos de família, a sua altivez o conduziu a diversas prisões, trancamento de matrícula e deportação para Mato Grosso — estas por se haver solidarizado com os colegas que desacataram um professor — para onde se transportou sem poder conduzir a esposa, e lá prestou relevantes e memoráveis serviços como Ajudante e instrutor do 2º Batalhão de Artilharia.

Conseguindo regressar à corte em 1862, concluiu os seus estudos e foi nomeado preparador de Física e Química da Escola Militar, além de auxiliar de instrução prática de Artilharia da aludida Escola.

Corria-lhe, então, a vida mais calma e venturosa, entre a família, a Escola e suas aulas de matemática.

Em 1864, já no posto de 1º Tenente, a que havia sido promovido em novembro do ano anterior, ao saber, deitado com outros companheiros na relva do pátio da Escola, que fôra declarada a Guerra do Prata, ergueu-se de um pulo e bradou profeticamente: "Bravo! ou morro ou volto coronel".

Dai por diante, em borbotões, uma inolvidável gama de grandes e heróicos cometimentos, servidos por energia incomum e bravura desmedida, reforçadas por uma témpera de aço, aplicada totalmente a incomparáveis brilhos militares inatos.

Percorramos, celeremente, sua brillante fé de ofício e acompanhemos seus passos vigorosos e ações gigantescas.

Dispensado do cargo de professor, seguiu Tibúrcio para o teatro da luta e assistiu à capitulação de Montevidéu, após o assalto vitorioso de Paissandu. Aí, mobilizado, equipado, teve o bravo a origem do seu tirocínio de guerra. E nela penetrou sobranceiro, já condecorado com a medalha da Campanha Oriental, quando a declarou o famoso Solano López. Incorporado às tropas do general aliado Paunero, participou do ataque a Corrientes, comandando dois obuseiros desembarcados e de tal maneira e com tanta bravura se portou que provocou aplausos dos seus camaradas.

. Admirável e invejável batismo de fogo!

Pouco depois, a 11 de junho de 1865, López, desesperado com a derrota de Corrientes, e pretendendo restabelecer seu predomínio e a iniciativa das operações, decide destruir a esquadra brasileira.

E trava a inolvidável batalha naval de Riachuelo, que resultou em magnífica vitória da marinha imperial. E lá estava Tibúrcio comandando a artilharia de bordo da "Belmonte", que foi encalhada, abordada, devorada pelas chamas, mas vomitando metralha graças ao prodígio de bravura do comandante dos seus tonitroantes obuseiros.

Desembarcado, saltou pelas barrancas de Cuevas e de Mercedes para destruir fortificações paraguaias.

Promovido a capitão em 22 de janeiro de 1866, tomou parte, no comando da bateria de morteiros, na gloriosa jornada da Ilha da Redenção, a 10 de abril, apoiando o 14º de Infantaria — composto de des temidos conterrâneos cearenses — multiplicando-se, levando o terror e a morte onde mais encarniçada se mostrava a luta, batendo-se com louçania espartana, o que lhe valeu a Ordem de Cavaleiro da Rosa.

Poucos dias depois, a 2 de maio, já no Batalhão de Engenheiros, tomou parte saliente no combate de Estero Bellaco e na memorável batalha de Tuiuti, a 24 do mesmo mês, na qual refulgem a grande valia do seu ingente esfôrço e da sua insigne coragem, refletidas na grande vitória dos preeminentes Osório, Sampaio e Malet, aos quais couberam as honras da inesquecível, muito cruenta e insuperada jornada.

E seguem-se os feitos leoninos de Bocaina, Potrero Pires e Rojas. Soava-lhe aos ouvidos, presumivelmente, naqueles momentos, o eco das suas palavras no pátio da Praia Vermelha: "ou morto ou coronel". E para êsses dois pontos extremos, afirma um seu biógrafo, "o caminho é o mesmo: o perigo; e êle o farejava como coisa querida e muito desejada".

E daí, apesar de oficial de Estado-Maior, seduzido pela volúpia do perigo, transferir-se para a Infantaria como Major em Comissão do 3º Corpo de Voluntários da Pátria, com o qual se empenhou no ataque de 18 de julho, sendo ferido e contuso, voltando à ação tão logo fôra pensado, sendo elogiado pela bravura, sangue frio e prontidão de espírito com que se portou.

Assumiu o herói, depois, o comando do 16º de Infantaria, a partir de então designado por benemérito. Após as brilhantes ações das Linhas Negras e posteriores, mais se firmou o valor inconteste de Tibúrcio.

O General Dionísio Cerqueira, então, valente alferes do 16º, assim apresenta o seu valoroso comandante: "Chovia sobre êle e sobre nós uma saraivada de balas, que passavam silvando, gemendo como gente, miando como gatos, cantando como pássaros em trilos e gorgeios; umas roucas, outras aflautadas, algumas fanhosas, ligeiras, cortando os ares com sons provocadores, sons de látego; ou lentas, vagarosas como um ai que vai morrendo. O comandante era ou parecia invulnerável; examinava e via tudo com impassível calma; corria os piquêtes, rondava em pessoa e dava ordens como quem sabia dar e queria fôssem cumpridas religiosamente, ou melhor, militarmente. Tínhamos por êle entusiasmo, fanatismo, quase, pois fôra êle quem dera vida e fama ao nosso glorioso Dezesseis. Todos nós tínhamos nêle a fé mais absoluta. Inspirava-me um entusiasmo indescritível. Ainda hoje, quando me lembro dêle, o pulso bate mais ligeiro e a memória povoâ-se de cenas de epopéia".

Prossigamos mais sucintamente, porque sua figura é sempre a mesma: a do herói e do bravo.

Gravemente enfermo, conseqüência de febres no Chaco, baixou ao hospital de Corrientes, em janeiro de 1867, voltando em curto prazo ao 1º Corpo, com o qual marchou sobre Tuiu-Cuê. Tendo agravados os padecimentos, tirou licença e dirigiu-se à côte, onde pouco se demorou, regressando ao teatro de operações, já promovido a Tenente-Coronel por relevantes serviços, em janeiro de 1868, para cooperar na passagem de Humaitá, onde suas tropas ocuparam a famigerada fortaleza.

No pavoroso entrechoque do arroio Hondo e lagoa Cierva, travou o mais sangrento dos combates, no qual seu batalhão perdeu 22 oficiais e 164 praças, apesar do que o bravo e indômito cearense prosseguiu e arrasou o forte Laureles. Como recompensa, foi nomeado Oficial do Cruzeiro.

Com o organismo depauperado e comabalido, com os padecimentos exacerbados, após a cruenta e longa campanha do Chaco, em que mais resplandceu a sua glória e se distinguiu o seu destemor, entrou Tibúrcio em licença para tratar-se no Rio. Mas não foi grande a sua permanência na corte; em março de 1869, voltou com o Conde d'Eu para a campanha das Cordilheiras, a fim de expor, como sempre, sua já exuberantemente comprovada e reconhecida coragem épica em Peribebuí, Campo Grande e Caraguatai...

Coberto de condecorações, comissionado no posto de coronel, comandando o 26º de Voluntários cearenses, deixou o solo estrangeiro, dirigiu-se ao seu querido Ceará e foi recebido nesta Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção com extraordinário delírio e esplêndidas ovações pelo povo irmão.

Mas — ironia do destino — o bravo soldado que nunca tremeu diante da morte, chorou ante a notícia do falecimento de sua querida mãe, velhinha que tanto almejava rever e abraçar. E desistiu da licença que lhe fôra cedida, regressando à corte em 7 de junho de 1870.

Na paz, exerceu com brilhantismo inúmeras importantes funções: Comissão de Melhoramento do Exército, até dezembro de 1870, quando foi nomeado Inspetor e encarregado das fortificações e mais obras militares do Amazonas, donde voltou exonerado, já graduado no posto de coronel em fevereiro de 1873; estêve na Europa incumbido de assistir à Exposição de Viena e estudar os melhoramentos introduzidos na arte da guerra, particularmente na Artilharia, o que fêz com ressaltada eficiência na França, Inglaterra e Alemanha; de volta ao Brasil em 2 de julho de 1875, foi nomeado Comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, no qual permaneceu até abril de 1879, quando foi comandar a Escola de Cavalaria e Infantaria do Rio Grande, em cujo comando foi promovido a brigadeiro, com apenas 43 anos de idade.

Exonerado desse comando, foi nomeado, em outubro de 1880, Inspetor das Fortalezas da barra do Rio de Janeiro e do litoral de São Paulo, Paraná e Santa Catarina e, logo depois, membro da comissão de promoções.

Em 13 de maio de 1881, foi mandado inspecionar o 5º Batalhão no Maranhão e proceder exames técnicos nas fortalezas da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará, e, em 1882, inspecionava o 15º de linha com sede em Fortaleza.

De todas essas importantes comissões saiu sempre elogiado e credor do respeito, admiração e estima dos seus comandados.

Depois, embora com a saúde profundamente abalada, até à morte, no chão do seu nascimento, em 28 de maio de 1885, nos braços do genro e herói Gomes Carneiro, aconselhando o filho criança "a honrar o seu nome, a trabalhar e cumprir o seu dever", exerceu ainda outras

comissões importantes ora na corte, ora no Nordeste, onde vibrou com a campanha abolicionista, em cuja vanguarda pelejavam intimoradamente seus irmãos desta calcinada, sofredora, martirizada, mas alta terra da luz.

Magnifica existência!

Existência de um dos mais perfeitos militares do Brasil. "Perfeito pela bravura, pela inteligência, pela cultura, pelo civismo, pela disciplina e capacidade de trabalho. Perfeito pelo devotamento à sua classe e à Pátria, às quais serviu com a mesma correção, o mesmo entusiasmo e o mesmo espírito de sacrifício, seja na guerra, seja na paz".

Aí está, senhores, o modelo do espírito indomável do cearense.

Virgílio Brígido, seu biógrafo e amigo assim o pinta em traços indeléveis: "Tipo perfeito do cearense, era Tibúrcio pequeno, musculoso, o olhar direito e sisudo, possuindo tudo que caracteriza esse tipo latino que nos veio da Península com algumas gôtas de sangue árabe: era viyo, sagaz, entusiasta, retórico, colérico, vaidoso, alegre, romanesco, generoso, valente e, por vezes, cruel. Herdara do avô, as qualidades marciais, a impetuosidade no ataque, a arrogância e inflexibilidade no comando, os assomos de despotismo e crueldade; do pai, os atributos leves, a graça na palestra, os ademanes que o faziam homem de sociedade, os dons de espírito, os arroubos de uma imaginação exuberante; da mãe, tudo quanto seu espírito tinha de sólido e estável: a energia insuperável, a altez, o amor à justiça e à ordem". Este o homem paradigma. Este o "guerreiro indômito e invencível, grande pela idéia, grande pela palavra, grande pela espada, sempre grande, bem merecendo as patrióticas oblações, as cívicas oferendas dos seus conterrâneos que souberam, sabem e hão de saber determinar com justeza e extensão, a intensidade e a força dinâmica dos seus altos feitos, com os quais contribuiu com opulenta soma de glória para o patrimônio nacional".

Este, senhores, **Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza**, o imortal cidadão soldado, o grande brasileiro do Ceará, "que nada desconhecia na escala dos conhecimentos humanos". Seus gloriosos despojos mortais repousam na cripta sob sua estátua, no cenário público da praça que lhe ostenta pomposamente o nome, mais próximos do coração do seu dileto povo irmão, que a deverá transformar num **monumento de veneração e reverência cívica!**

Glória, pois, ao bravo cearense que venceu a posteridade!

BIBLIOGRAFIA:

Traços biográficos do General Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, por V. Brígido;

General Tibúrcio, por Paulo Filho;

Oração a Tibúrcio, por Júlio Cesar da Fonseca Filho;

Grandes soldados do Brasil, pelo Major Lima Figueiredo;

Osório, pelo General João Pereira de Oliveira.

OMEKO LIMITADA

OFICINA MECÂNICA CONSTRUTORA

DE

A. U. DE ANDRADE & TH. H. RIEDEL

Máquinas para compensados; prensas hidráulicas e mecânicas (a quente e a frio), batedeiras, coladeiras, lixadeiras, serras, circulares, retificadores de cantos, etc.; Máquinas transportadoras: pontes rolantes, talhas guinchos, gruas, carros transportadores, etc.; Máquinas para fábrica de camas: trafilas e lixadeiras; Máquinas para padarias: cilindros, amassadeiras, etc.

Avenida Presidente Getúlio Vargas (ex-Avai), 982

Enderéço Telegráfico: "THAURA"

CAIXA POSTAL.....

Fone 4-5451 — Curitiba — Paraná

LOJA LAMBA RI

DE

FRANCISCO NEMITZ

MATERIAL PARA CAÇA E PESCA

Especialidade em Fumos em cordas, Tabaco, Rapé, Palha para Cigarros, Cachimbos Nacionais e Estrangeiros, Piteiras, Isqueiros, Canivetes, Cutelaria, Estatuetas, Biscuit, Cuias para Chimarrão, Bombas, Artigos para presente, Miudezas, etc., Lâmpadas, Lanternas, Fogareiros, Material Elétrico.

Rua Marechal Floriano Peixoto 1260 — Fone 4-1187

Inscrição 1065 — CURITIBA — PARANÁ

FAZENDA PIONEIRO

DE

ANTONIO POSSAN & CIA. LTDA.

Extração de madeiras, Agropecuária, etc.

PALOTINA — GUAIRA — PARANÁ

HOSPITAL E MATERNIDADE "FILADÉLIA"

DIRETOR

DR. MÉD FRIEDRICH RUPPRECHT SEYBOTH

MÉDICO — OPERADOR — PARTEIRO

PÉDIATRIA, DOENÇAS DE SENHORAS, CLÍNICA
E CIRURGIA GERAL

General RONDON — Município de Toledo — PARANÁ



I — DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO

A propaganda comunista insiste sempre sobre o tema da liberdade que, segundo alegam, gozam os trabalhadores e camponeses soviéticos, cujas condições de vida — salários, assistência social, direitos, etc — teriam permitido um rendimento tal, que à URSS e aos demais países sob aquêle regime, foi possível obter um surpreendente desenvolvimento econômico.

É inegável que houve, realmente, um grande desenvolvimento econômico principalmente na União Soviética e na China Vermelha. Mas, como foi obtido êsse desenvolvimento e o preço pago pelos trabalhadores e camponeses é o que pretendemos mostrar neste artigo, alertando principalmente as classes de nível econômico menos elevado, que embaídas por falsas promessas podem pensar que esteja no Comunismo a solução de seu problemas.

9^a PARTE — CONTRÔLE DA MASSA TRABALHADORA

A — OS TRABALHADORES E CAMPONESES SOB O REGIME COMUNISTA

1 — Contrôle dos sindicatos

Convém não esquecer que os comunistas estão emprenhando esforços tremendos para atrair para suas fileiras as massas trabalhadoras de todo o mundo, inclusive, é claro, do nosso país.

Mas, não devemos esquecer, também, e isto é ainda mais importante, que uma vez obtido o contrôle das uniões de classes ou sindicatos, os comunistas procuram a obtenção do poder político, por meio do qual impõem ao povo seu sistema brutal, sua "disciplina de ferro", seus processos de coletivização, enfim, todos os meios pelos quais o indivíduo desaparece, transformando-se em máquina do Estado que, em última análise, passará a decidir sobre tudo aquilo que nos países democráticos

fica entregue ao livre arbítrio dos cidadãos — sua profissão, seu local de trabalho, seus direitos de pugnar por melhores salários, a orientação de seus filhos, etc.

2 — Destruição das uniões trabalhistas ou sindicatos

Na Rússia Czarista a DUMA, ou Legislatura, havia legalizado as uniões trabalhistas, as quais, na época, conquanto não tivessem muita força, eram relativamente livres. Após a Revolução Bolchevista de 1917, o Governo substituiu todas as uniões de trabalhadores livres por entidades controladas pelo Partido Comunista. A finalidade dessas Uniões Soviéticas era colocar os trabalhadores na linha dos objetivos industriais do Governo. Anunciando seu programa de industrialização ampla, declarou Lenine:

“... a revolução exige, em nome dos interesses do Socialismo, que as massas obedeçam sem relutância à vontade dos líderes da reforma do trabalho.”

Insistia, além disso, que os trabalhadores deviam ser submetidos a uma “disciplina de ferro”.

Nos anos que se seguiram, inúmeras pessoas que visitaram a URSS sentiram-se surpreendidas com o grande número de sindicatos estabelecidos com o advento do regime bolchevista, admitindo tal fato como prova irrefutável da obtenção, pelo Comunismo, da Democracia Industrial. O que escapou a êsses visitantes foi o controle exercido pelo Partido sobre essas uniões. Conquanto a inclusão dos membros fosse voluntária, os trabalhadores que não pertenciam aos sindicatos aprenderam, desde cedo, que não ser membro dos sindicatos significava não conseguir trabalho.

As uniões, ou sindicatos, tinham direito a contratos coletivos, mas os acordos de trabalho ficavam nas mãos dos agentes do Partido. As uniões não tinham, também, o direito de greve. As greves, que eclodiram durante os três anos que antecederam a Revolução de 1917, ultrapassavam a casa do milhar e no entanto, terminaram abruptamente quando se instalou, no Governo, o regime comunista, sob a “disciplina de ferro” dos bolchevistas. Qualquer trabalhador que sugerisse uma interrupção do trabalho se transformava em “inimigo do povo” e corria o risco de ser fuzilado ou mandado para a Sibéria.

De acordo com a teoria soviética, a qual éposta em prática sempre que houver necessidade, um trabalhador em greve não é mais trabalhador, mas “inimigo da revolução”. As poucas greves de que se tem notícia nos países sob o regime comunista foram terminadas a baixa.

3 — A disciplina do trabalho e a rápida industrialização

Lenine acreditava que o progresso industrial da União Soviética podia ser obtido em curto prazo, desde que se impusesse ao trabalhador uma “disciplina de ferro”. Milhões de trabalhadores foram retirados da agricultura e enviados para as fábricas, oficinas e minas. Para treinar êsses recrutas da indústria e obrigar-lhos aos maiores esforços, o Governo Soviético instituiu leis de trabalho muito rigorosas. Após a adoção do

Primeiro Plano Qüinqüenal, em 1928, Stalin impôs disciplina ainda mais dura. Os operários que chegassem atrasados sofriam multas pesadas, ou eram demitidos ou mesmo relegados a funções inferiores; aquêles cuja produção apresentasse defeitos eram obrigados a indenizações correspondentes aos artigos defeituosos. Quando novas fábricas ou minas foram postas em funcionamento, em regiões a Leste dos montes Urais, os operários e mineiros a elas destinados foram recrutados compulsoriamente, sendo obrigados a se deslocar de onde viviam para os novos locais de trabalho.

As violações dos estritos regulamentos do trabalho passaram a ser consideradas como crimes, na URSS. O artigo n. 59 do Código Criminal da União Soviética, de 1950, assim definiu:

"Qualquer ato que, embora não destinado diretamente à subversão do regime soviético, acarrete distúrbios ao funcionamento dos órgãos do Governo ou da economia nacional, e que seja seguido de resistência àqueles órgãos, prejudicando suas atividades, pela desobediência às leis ou outras manifestações, enfraquecendo desta forma a força das autoridades ou do regime é considerado crime contra o sistema de governo".

Os comentários são quase desnecessários, pois o texto é muito claro, não deixando dúvidas de que qualquer falta, por menor que seja, pode ser transformada em crime contra o sistema de governo, isto é, contra o Estado.

4 — A liberdade dos trabalhadores

Antes da Revolução Bolchevista, Lenine condenou severamente os passaportes Czaristas, que restringiam o movimento dos camponeses de um local para outro, e exigiu a abolição de todos êsses meios de controle. Quando no poder, entretanto, os comunistas nada fizeram para modificar êste estado de coisas. Aos trabalhadores não foi permitido deixar a União Soviética. Pior que isso, em Decreto de 1932 o Governo Soviético impôs que todo trabalhador soviético deveria ter em seu poder um passaporte, onde todos os seus movimentos, mesmo no interior do país, deveriam ser assinalados. O objetivo de tal lei era fixar o trabalhador de forma tal que não lhe fosse possível por iniciativa própria, se locomover de uma para outra região, em busca de melhores salários ou posições. Mais uma vez podemos notar a intervenção drástica do Estado na iniciativa individual.

5 — Os campos de trabalhos forçados

Já nos referimos, inúmeras vêzes, nesta série de artigos, a pessoas sentenciadas aos campos de trabalhos forçados. Muitas das grandes obras industriais da URSS, tais como estradas, canais e represas, foram executadas por verdadeiros exércitos de trabalhadores escravos. Durante muitos anos essa situação permaneceu fora do conhecimento do Mundo

Livre, a quem repugnava acreditar nas tétricas histórias relatadas por prisioneiros que haviam fugido das "prisões corretivas".

Em 1945, entretanto, caiu nas mãos do Exército Americano, na Alemanha, um documento secreto, a saber, o Plano Econômico da URSS para 1951, do qual as Fôrças Alemãs haviam se apossado na Rússia. Esse plano evidenciou a extensão em que a indústria soviética depende do trabalho escravo. Após a Segunda Guerra Mundial, muitos livros foram publicados por pessoas que escaparam das "prisões corretivas" soviéticas, nos quais são relatadas histórias trágicas. Todas as tentativas visando à investigação desses fatos, mesmo por intermédio das Nações Unidas, têm sido sistematicamente bloqueadas pelos representantes soviéticos.

Devido ao segredo de que se cerca o regime comunista na URSS, não foi possível, até agora, estabelecer-se o número exato de pessoas confinadas nos campos de trabalhos forçados. As estimativas, provenientes de diferentes fontes, oscilam entre dez e trinta milhões.

Os prisioneiros que lotam êsses campos de trabalhos forçados são de diversas origens; criminosos comuns; cidadãos acusados de atividades anti-revolucionárias; operários e camponeses que violaram a disciplina do trabalho; camponeses e suas famílias, que resistiram à coletivização de suas terras; prisioneiros de guerra alemães, poloneses e japonêses; intelectuais, operários e camponeses, com suas famílias, deportados dos Estados Bálticos anexados à União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial; ucranianos e outros povos soviéticos acusados de colaboração com os alemães durante a guerra; oponentes ao regime comunista, da Polônia, da Alemanha Oriental, da Tcheco-Eslováquia, da Hungria e de outros países satélites. Quando a rebelião húngara de 1956 foi esmagada pelas Fôrças Armadas Soviéticas, milhares de húngaros foram deportados para campos de trabalhos forçados na Sibéria, viajando em vagões de carga como se fôssem animais.

Pelo que se sabe, a brutalidade nos campos de trabalho escravo é algo quase indescritível. Para os comunistas, a vida e a dignidade do homem nada valem. Os sérés humanos são computados apenas como máquinas, tendo em vista os interesses do Estado.

Eis como David J. Dallin e Boris I. Nicolaevsky, descrevem, em seu livro, "Trabalho Forçado na Rússia Soviética", o que viram pessoalmente, quando prisioneiros de um desses campos:

"As condições de trabalho nos foram quase funestas. Éramos obrigados a trabalhar a temperaturas abaixo de trinta graus... à noite, as roupas dos homens, encharcadas de neve ou de lama, eram postas a secar próximo aos fogões. O odor nauseabundo, provocado pela evaporação, poluía o ar dos alojamentos. Pela manhã, a maioria dos prisioneiros tinha que vestir seus farrapos ainda úmidos. Portanto, não é de admirar o grande número de enfermos; gripe, broncopneumonia, malária e outras doenças, dizimavam as nossas hostes; o escorbuto, se propagou, feridas surgiam e abcessos supuravam; a gangrena era

frequente, exigindo, muitas vezes a amputação de dedos, pés ou mãos... Os homens eram, à força, obrigados a trabalhar. Os que resistiam eram isolados em celas, nus, com uma ração mínima diária, constituída de um prato de sopa e um pedaço de pão. A recusa aberta ao trabalho acarretava a condenação à morte, sendo as sentenças respectivas, muitas vezes, lidas para nós. Mas, as autoridades do campo, antes de aceitarem uma recusa ao trabalho, tentavam obrigar os revoltados a trabalhar lançando mão de todos os processos de tortura..."

6 — As remunerações

Quando a Revolução Bolchevista se tornou vitoriosa, os comunistas prometeram aos trabalhadores que êstes compartilhariam, igualmente, dos frutos da produção, bem como que todos os cidadãos, fossem eles empregados ou chefes, receberiam partes iguais, isto é, que o trabalhador receberia pelo seu trabalho a mesma remuneração que os capatazes, os gerentes das fábricas ou líderes do Partido. A única diferença, afirmavam, era o grau de necessidade, ou seja, aquêles que tivessem famílias receberiam quotas maiores dos que os que não as possuíssem.

Essa promessa não passou de pilhória. Desde o início, por assim dizer, os líderes do Partido, os gerentes e os capatazes, receberam remuneração mais alta do que os trabalhadores. Pior que isso, havia desigualdade de remuneração mesmo entre os trabalhadores. Os comunistas adotaram, contrariamente às promessas, o sistema de salário em uso nos países capitalistas, e que, de há muito, condenavam. No início o salário foi estabelecido por período de tempo de trabalho, sendo os dos gerentes melhores que os dos trabalhadores comuns. Em seguida passaram êstes a receber por peça, sistema que a propaganda comunista sempre denunciara como não sendo razoável, e que até mesmo os países capitalistas estavam modificando. Sob êste sistema, os salários dos operários soviéticos eram parcialmente determinados pelo número de peças que produziam. Por exemplo, um operário de construção receberia seu salário em função do número de tijolos que conseguisse assentar. É fácil de ver que, embora a produção individual deva ser estimulada, no caso citado, por exemplo, inúmeros são os fatores alheios à vontade do operário, que podem interferir na sua produção, o que também é verdade em qualquer outra atividade.

Os líderes comunistas passaram a ridicularizar a igualdade de salários, considerando-a como utopia socialista. Malenkove, um dos ex-ditadores da URSS condenava "a apodrecida prática de igualdade salarial".

B — AS CLASSES SOB O REGIME COMUNISTA

1 — Os camponeses

Já afirmamos, anteriormente, que os camponeses soviéticos pertencem a uma classe inferior à grande classe dos trabalhadores da indústria.

Vimos, também, a brutal campanha de Stalin para impor aos camponeses a coletivização, cujo processo levou milhões dêles à morte ou ao confinamento nos campos de trabalhos forçados.

Atualmente, os camponeses das fazendas coletivas são vítimas de ainda maior discriminação. Seus filhos são obrigados a trabalhar a partir dos doze anos de idade, enquanto os filhos dos trabalhadores das indústrias, nas cidades, podem continuar freqüentando escolas até completarem dezenas de anos, pelo menos. Os salários dos trabalhadores do campo são muito inferiores aos dos da cidade. Os capatazes dos camponeses são muito mais exigentes do que os gerentes das fábricas. O controle dos passaportes é muito mais rígido, quando seu portador é um camponês. Um capataz de fazenda coletiva, ou "kolkhoz", assim descreve o que passou na Rússia:

"Enquanto, antes da guerra, os camponeses trabalhavam melhor e com a maior boa vontade, por volta de 1950, eles encaravam suas atribuições com atitudes de prisioneiros se dirigindo a trabalhos forçados. Havia perdido todo o interesse por reuniões e conferências, tornando-se furtivos e pouco comunicativos. A guerra lhes havia mostrado que não podiam ter esperanças de liberdade com o auxílio do exterior e que eles próprios eram impotentes para consegui-lo. A derrota da Alemanha era considerada como uma prova da invencibilidade do Comunismo, em consequência do que eles, os camponeses, deveriam permanecer para sempre na situação de escravos do sistema de coletivização, o qual é o responsável pela maior parte da miséria dos sofrimentos em que vivem".

Uma das poucas concessões feitas aos camponeses, pelo regime comunista, é permitir que cada família disponha de uma pequena área, ou quintal, na qual lhes é permitido ter uma pequena cultura de verduras ou mesmo cereais e criar um ou outro animal doméstico ou algumas aves. As famílias podem, assim, melhorar um pouco seus meios de vida, vendendo os produtos de seus quintais aos trabalhadores da cidade.

2 — A sociedade "Sem Classes"

Antes da Revolução Bolchevista, os comunistas haviam prometido, aos operários e camponeses, que seria estabelecido um "estado sem classes".

"Classes", conforme declarou Lenine, é o que permite a um grupo da sociedade se apropriar do que produz um outro grupo. Para destruir esse sistema injusto, os comunistas prometeram abolir todas as classes, exceto a dos trabalhadores.

Desde o início da revolução essa promessa foi quebrada. Os camponeses nunca foram considerados iguais aos operários. Stalin reconheceu a existência de uma terceira classe, os intelectuais, embora a ocultasse sob o nome de "stratum"; na realidade esta classe já existia há muito tempo.

Em um livro publicado em 1936, sob o título "A Revolução Traída", Leon Trotsky, ex-bolchevista que se tornou inimigo de Stalin, acusou este último de haver criado uma nova classe, a burocracia. Segundo Trotsky, a burocracia, ou classe governante da União Soviética, pouco diferia do que existia nos países capitalistas, com os funcionários do governo e outros elementos de direção, principalmente nas indústrias, recebendo salários elevados. Esses elementos, embora sem possuir ações das fábricas, minas, ferrovias, etc, percebem maiores parcelas da renda nacional do que os trabalhadores.

3 — Salários e privilégios

Aquêles que se deixam levar facilmente por palavras, sem procurar verificar até que ponto elas refletem a realidade, ficarão surpreendidos ao saber a diferença de salários existentes na "sociedade sem classes" da União Soviética, sob a "Ditadura do Proletariado", isto é sob o "Governo dos proletários" palavra genérica com que se designam os camponeses e operários.

Tudo fazia crer que a participação nas rendas nacionais, já que o Estado tudo controla e tudo prevê, daria a cada um parcelas semelhantes e a todos os mesmos direitos.

A realidade é bem diferente. Em 1956, o camponês recebia, em média, o equivalente a 2.500 cruzeiros; o operário especializado de uma fábrica, cerca de 4.800 cruzeiros e um mecânico hábil 12.500 cruzeiros. Um engenheiro percebia de 10 a 15 mil cruzeiros e um professor, aproximadamente, 12 mil cruzeiros. Entretanto, o salário de um dirigente de fábrica elevava-se a 100 mil cruzeiros mensais, sendo ainda mais elevados os salários de alguns funcionários do Governo.

Mas, não apenas no salário se refletem as distinções entre as classes. Conforto e facilidades as definem tão bem quanto os vencimentos. Por exemplo, enquanto os trabalhadores comuns, em sua grande maioria, nada mais têm que um quarto para morar com sua família, o capataz de uma turma pode dispor de um apartamento de 4 a 5 peças e o gerente da fábrica de um apartamento maior ou mesmo de uma casa. O trabalhador comum talvez consiga comer carne duas vezes por semana, pois seu nível salarial não lhe permite esse "luxo" todos os dias. É mais difícil para o filho de um camponês receber educação melhor que o filho de um operário.

Vê-se, assim, que na prática a teoria do comunismo é diferente. O lema "de cada um de acordo com suas possibilidades, a todos conforme suas necessidades", não passa de um conjunto de palavras destinado a fazer com que, os menos esclarecidos, julguem que com o estabelecimento do regime comunista, os operários passarão a viver em casas semelhantes às dos gerentes e que os filhos dos camponeses disporão da mesma educação que os rapazes que moram nas grandes cidades.

Uma análise baseada em fatos, como a que acabamos de fazer, mostra que a "sociedade de classes" e a propalada "igualdade" dos comunistas não puderam ser estabelecidas na URSS, nem em seus satélites, mesmo porque, fazê-lo, corresponderia a uma inversão quase completa dos valores de uma coletividade.

C — OS TRABALHADORES NOS PAÍSES SATELITES

Em todos os países da Europa Oriental, subordinados a ditaduras comunistas, o "PARTIDO" tem seguido as mesmas regras e práticas existentes na União Soviética. As uniões livres dos trabalhadores foram substituídas por sindicatos controlados pelo Partido Comunista. A disciplina do trabalho seguiu o modelo soviético, bem como a coletivização das fazendas. Milhões de homens, mulheres e crianças, foram atraídos nos campos de trabalhos forçados.

Em 1953, quando os trabalhadores da Alemanha Oriental se rebelaram contra o jugo comunista, foram esmagados pelos carros de combate soviéticos, enquanto seus líderes foram imediatamente fuzilados. Em 1956, quando trabalhadores poloneses ergueram suas vozes em protesto contra a opressão e os salários baixos, a ditadura da Polônia não trepidou em aniquilá-los a bala. No mesmo ano parte da Hungria rebelou-se contra o domínio comunista. As Forças Armadas Soviéticas, lá estacionadas, foram impotentes para reprimir a revolta, mas a URSS enviou, rapidamente, novos destacamentos, demonstrando ao povo húngaro quem, verdadeiramente, governava a Húngria.

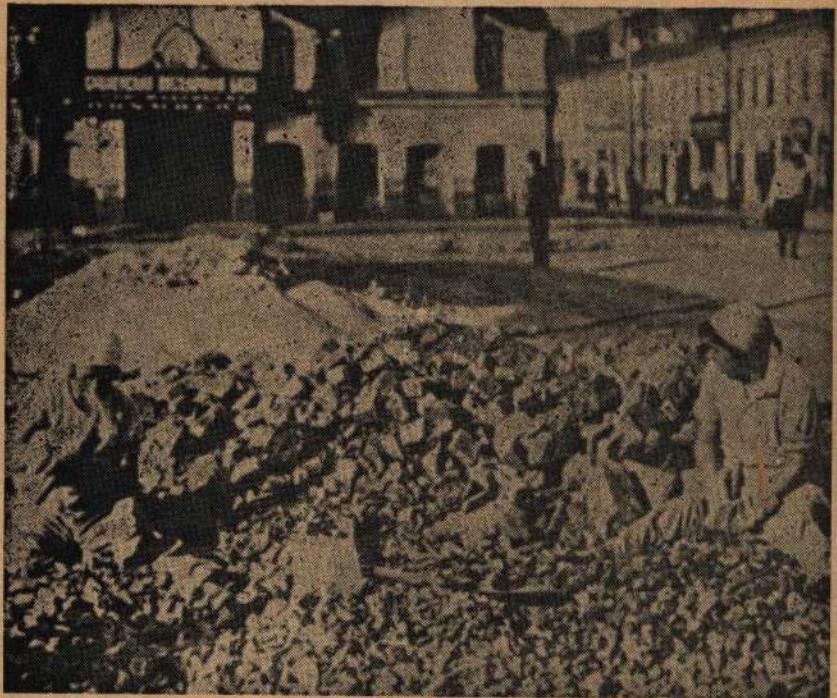
Os comunistas, em todas as partes do mundo, prometem um estado sem classes, governado pelos trabalhadores. Na realidade eles têm criado estados com novas distinções de classes e grande desigualdade entre empregados e empregadores, entre funcionários do governo e patrões comunistas. Ao invés de controlarem um Estado sob o regime comunista, os trabalhadores são, rigidamente controlados por ele e esmagados quando se rebelam contra esse controle.

Frase pronunciada pelo prof. de música Pavel Serebriakov, do Conservatório de Moscou, em entrevista concedida à imprensa brasileira, em 1959:

"Na Rússia há, de fato, liberdade de imprensa. Os jornais não fazem crítica, porque o Governo não erra."



DESDE CEDO A JUVENTUDE PIONEIRA ESTUDA A LINGUA INGLESA



AS MULHERES SAO ENCARREGADAS DE REMOVER OS ESCOMBROS



AS FILAS CRESCEM EM PROCURA DOS ALIMENTOS

II — "PENSÕES MILITARES"

Recentemente foi lançado pela editôra "Forense" o livro "PENSÕES MILITARES", de autoria do Dr. J. E. Abreu de Oliveira, diretor do Tribunal de Contas da União. Essa obra foi elaborada com base na Lei n. 3.765, de 4 de maio do ano corrente, que dispõe sobre o novo sistema de pensões militares e tendo em vista o Regulamento baixado com o Decreto n. 49.096, de 10 de outubro de 1960.

Nesse trabalho, o Professor Abreu de Oliveira empregou-se exaustivamente no estudo do Código de Pensões Militares, para dar fiel interpretação às suas disposições, com apoio no vasto acervo jurisprudencial existente a respeito das antigas pensões de montepio, meio-sólido e especiais. O assunto é abordado com segurança, em todos os seus aspectos, desde o conceito do instituto da pensão e da sua história, até o processo atual da habilitação, em face da Lei n. 3.765, de 4 de maio de 1960. Em apêndice, estão incluídos o texto das leis especiais de maior interesse, formulário e índice remissivo dos assuntos tratados.

É um trabalho de substancial importância, com 346 páginas, de grande utilidade, não apenas para os contribuintes do Montepio Militar e seus beneficiários, mas que interessará, por certo, a advogados, professores, estudantes de Direito Administrativo e previdenciário, e, de maneira geral, a quantos se dediquem ao assunto.

O livro, que foi prefaciado pelo Ministro Pereira Lyra, do Tribunal de Contas, tem merecido as melhores referências, pois engloba, em um único volume, não sómente a exposição teórica da matéria, mas todo o vasto repositório de suas aplicações práticas.

"A DEFESA NACIONAL"**CORPO DE REDATORES PARA 1961**

REDATOR-CHEFE — Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas

COORDENADORES :

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas ...	Assuntos Militares
Cel-Av Délia Jardim de Matos	Aeronáutica
Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu ..	Exército
Cmt J. A. Carneiro de Mendonça ...	Marinha
Ten-Cel Carlos de Meira Mattos ...	Guerra Revolucionária
Ten-Cel Waldyr da Costa Godolphim	Geografia
Ten-Cel J. R. Miranda Carvalho ...	História
Ten-Cel Celso dos Santos Meyer ...	Caso de Espionagem
Ten-Cel Octavio Tosta	Geopolítica
Ten-Cel Mário de Assis Nogueira ..	Psicologia e Liderança
Ten-Cel Ézio de Melo Alvim	Ciência e Técnica
Ten-Cel Danilo da Cunha e Mello ..	Candidatos à EsAO
Maj Adyr Fiúza de Castro	Engenhos-Foguetes e Satélites
Maj Amerino Raposo Filho	Doutrina Militar Brasileira
Maj Leopoldo Freire	Assuntos Diversos
Maj Germano Seidl Vidal	Candidatos à ECEME
Maj Confúcio Pamplona	Guerra Atômica
Maj Dario Ribeiro Machado	Nossas Guarnições Militares
Cap-Ten Ayrton Brandão de Freitas	Ed. Física e Desportos
Cap Diógenes Vieira Silva	Guerra Química

III — DEVER MILITAR E POLÍTICA PARTIDÁRIA

Cel FELICÍSSIMO DE AZEVEDO AVELINE

Ao findar-se o ano de 1959, pôs a Companhia Editora Nacional em circulação o livro "Dever Militar e Política Partidária", de autoria do General Estevão Leitão de Carvalho. Esse eminente soldado, de destaca-
da atuação no cenário militar do país, que representou o Brasil na Liga das Nações em Genebra, onde desempenhou proeminente atividade, pondo em evidência a cultura e a capacidade dos nossos técnicos militares, foi o chefe da delegação militar do Brasil, que desempenhou a ingente tarefa de executar, no campo de batalha, as cláusulas de segurança do Protocolo de Paz, assinado aos doze de junho de 1935, que pôs termo ao conflito entre a Bolívia e o Paraguai, ocasionado por velha questão de limites entre êstes dois países.

Em 1942, foi o planejador, organizador e comandante da defesa do Nordeste do Brasil face a eventualidade de um provável ataque dos alemães à América, num momento de apreensões, em que a barbárie teuta ameaçava a liberdade das nações de todo o mundo, e posteriormente representou o Brasil como Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, sediada em Washington, onde teve destacada atuação na difícil conjuntura enfrentada pelas Américas no último conflito mundial.

Autor de várias obras de caráter técnico-militar, escreveu ainda "A Conferência do Desarmamento", "A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial", e "A Paz do Chaco. Como foi executada no campo de batalha".

Já no gozo de um merecido descanso a que fêz jus, após uma árdua vida de soldado, sempre a serviço da ordem e da lei, o Gen Leitão de Carvalho não se omitiu nos grandes lances da política nacionalista do Brasil, tendo ocupado lugar de vanguarda na luta pela implantação do monopólio estatal do petróleo no nosso país, campanha vitoriosa com o advento da Lei n. 2.004, que instituiu a Petrobrás a 3 de outubro de

1953, predicando nas conferências e na praça pública, tendo escrito o livro "Petróleo. Salvação ou desgraça do Brasil?" vindo a público em 1949.

Não é nosso propósito aqui, nem a tanto nos abalanciámos, fazer a análise do livro "Dever Militar e Política Partidária", no qual Leitão de Carvalho faz profundo estudo da atuação das Fôrças Armadas do Brasil, máxime do Exército, nos diversos acontecimentos político-militares que abalaram as instituições brasileiras, a partir da última década do reinado de D. Pedro II aos nossos dias. Para tanto não só nos falta a devida competência, como ainda não comportam o desenvolvimento dêste estudo os reduzidos espaços desta revista. O conjunto solar da evidência dos ensinamentos que o leitor atento colherá da leitura dêste livro, embora, discordar alguém possa de certos conceitos expendidos por seu autor, é dos que deixam profunda impressão ao espirito do cidadão, civil ou militar, que não descure de seus deveres para com a sua pátria e o seu povo.

Pregando a boa e verdadeira doutrina, certo de que ao soldado não deve caber o direito de se imiscuir na política dos partidos, o General Leitão de Carvalho mostra à sociedade, os males que tem advindo de uma reduzida parcela de militares brasileiros, muito poucos é verdade, se compararmos seu número com a maioria absoluta dos que nos quartéis, surdos aos chamamentos de uma política partidária, nem sempre interessada com as verdadeiras necessidades da nação, terem enveredado pelo atalho dos partidos políticos, uns por idealismo é provável, mas quase todos depois correndo célebre na conquista de posições e alguns do vil metal, e nessa luta usando e abusando do nome das instituições que sagradas devem ser aos brasileiros, pois a elas cabe a segurança do país e da liberdade do povo, nos momentos em que a cobiça dos mais fortes ousar atacar a integridade da pátria.

Move-nos o desejo de alertar os jovens brasileiros nos quartéis e fora dêles, para que leiam e meditem sobre o verdadeiro roteiro de cumprimento do dever militar que aponta Leitão de Carvalho aos nossos militares, ao povo enfim, pois, nos tempos modernos, as Fôrças Armadas de um povo livre, nada mais são do que o cérebro e o esqueleto ósseo que dirigirá as fôrças de combate da nação, e aglutinará os cidadãos na eventualidade da luta armada.

Oxalá sirvam ainda os ensinamentos dêste verdadeiramente abnegado patriota, cuja vida foi tôda consagrada aos altos interesses da pátria, e que sofreu injustiças, e quem, cidadão de valor e dedicado a seus deveres, não as tem sofrido no Brasil? De alerta áqueles que, nas fileiras das nossas Fôrças Armadas e das próprias organizações político-partidárias que pululam neste país, por ignorância ou má fé, por condenáveis ambições, ou louco espírito de domínio político, ainda sonhem

em lançar mão da força para oprimir o povo, enfraquecer a defesa nacional, encarcerar, embora por pouco tempo, a livre manifestação de pensamento de seus concidadãos.

Capacitem-se e se convençam todos aqueles civis e militares, que nos partidos políticos militam no Brasil, de que "a missão das Forças Armadas está muito acima do que pensam certos políticos adeptos de uma política de ódios", na afirmação solene do eminente político brasileiro. Não se esqueça o nosso povo de que "o Brasil precisa de um Exército forte, para...lançá-lo aos peitos do inimigo como uma bala de canhão", no conceito desassombrado e viril do eminente tribuno Gaspar da Silveira Martins.

Lembremos todos, os políticos e os militares, de que "a força dos governos não reside nas metralhadoras e canhões, nem no despotismo e violência contra os povos, mas sim no império da justiça, no respeito ao direito de todos, e à liberdade", segundo a lapidar sentença de Manuel Luiz Osório, o Legendário.

Queiramos sempre as nossas Forças Armadas como as queria o grande Rui: "vigorosas, eficazes, respeitáveis, mas sob o freio da lei, das instituições civis, do governo constitucional. Ao serviço da nação; não acima da nação. Escolas de ordem, legalidade, fortaleza e obediência.

São as virtudes sóbre cujo fundo se estabelece a liberdade e se desenvolve o progresso".

Nas horas em que parecer que as instituições nacionais estão prestes a mergulhar no torvelinho da anarquia, oxalá tenham todos os quadros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica presente em seu espírito o conceito do Dever Militar, lapidamente exposto pelo General Leitão de Carvalho em seu livro a que nos referimos, e cuja publicação deve encher de satisfação àqueles que verdadeiramente amam o Brasil e as suas Forças Armadas.

"Não é obra só para Militares, mas para políticos e brasileiros em geral, que encontrarão em suas páginas de austeridade e civismo, a análise do meio social do país e a definição do papel que nêle cabe à Fôrça Armada" afirma um comentarista desta notável publicação.

CONTRATOS — ALTERAÇÕES DE CONTRATOS — REGISTRO
DE DOCUMENTOS NA JUNTA COMERCIAL — CONTABILIDADE
EM GERAL

PLINIO KLEEMANN

CONTADOR

Com correspondentes em Curitiba

Avenida Rio Grande do Sul, 1378 — Gen Rondon — Paraná

A DEFESA NACIONAL

(Fundada em 10 de outubro de 1913)

- 1 — Reestruturando sua Seção de Anúncios, "A DEFESA NACIONAL" espera a colaboração de todos aquêles que tenham interesse em tornar conhecidos seus empreendimentos, particularmente no seio das Forças Armadas.
- 2 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) ela circula em todos os Estados do Brasil e Países da América do Sul;
 - b) seus exemplares passam por muitas mãos, e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes;
 - c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com a maioria das revistas;
 - d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 3 — Se sua existência, de quase meio século, não fosse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A DEFESA NACIONAL" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

AVISO N. 99

Tendo em vista que "A DEFESA NACIONAL" vem cooperando, ininterruptamente, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen Canrobert P. da Costa



A DEFESA NACIONAL mantém intercâmbio com as seguintes revistas estrangeiras:

AMÉRICA DO SUL

Argentina :

- Revista Nacional de Aeronáutica
- Combustibles y Energia;
- Boletin del Centro Naval — Revista del Suboficial;
- Revista de los Servicios del Ejército — Revista del Tiro;
- Técnica e Indústria — Boletin de Combustibles;
- Boletin Mensual de Estadística
- Boletin de Informaciones Petroleras — Revista Militar
- Revista de la Escuela Superior de Guerra — Revista del Servicio de Informaciones del Ejército
- Revista de Publicaciones Navales — Biblioteca Nacional de Aeronáutica.

Bolívia :

- Revista Militar.

Chile :

- Memorial del Ejército de Chile
- Revista de Mariña.

Colômbia :

- Revista de las Fuerzas Armadas
- Armada.

Equador :

- Revista Militar — Revista Municipal.

Paraguai :

- Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación — Boletin Naval.

Peru :

- Revista de Chorrillos — Revista Policial del Peru — Revista Militar del Peru — Revista de Mariña — Revista de CIMP.

Uruguai :

- Revista Militar y Naval.

Venezuela :

- Revista de las Fuerzas Armadas
- Revista del Ejército, Mariña y Aeronautica.

AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos :

- Armor-Army Information Digest-Army.

México :

- El Legionário.

AMÉRICA CENTRAL

Cuba :

- Boletin del Ejército.

EUROPA

Alemanha Ocidental :

- Ibero Amérikanische Bibliothek.

Bélgica :

- La Revue Maritime Belge.

Espanha :

- Guion — Ejército.

França :

- Revue des Forces Terrestres
- Revue Militaire Générale
- Revue Militaire D'Information
- Defense Nationale
- Revue des Forces Aériennes Françaises.

Itália :

- Revista Militare — Notiziario di Aviazione — Rivista Marittima — Rivista Aeronautica.

Portugal :

- A Defesa Nacional — Revista Militar
- Revista de Cavalaria
- Revista de Marinha.



Preço do Exemplar
Cr\$ 30,00

SMG
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1961